

Subsecretaria de Análise

S. F.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXI — Nº 66

SEXTA-FEIRA, 11 DE JUNHO DE 1976

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º da Constituição, e eu, José de Magalhães Pinto, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 55, DE 1976

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.464, de 29 de abril de 1976.

Artigo único É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.464, de 29 de abril de 1976, que “fixa o valor do soldo do posto de Coronel da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Senado Federal, em 10 de junho de 1976. — Senador *José de Magalhães Pinto*, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º da Constituição, e eu, José de Magalhães Pinto, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 56, DE 1976

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.461, de 23 de abril de 1976.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.461, de 23 de abril de 1976, que “reajusta os vencimentos e proventos dos servidores das Secretarias dos Tribunais Regionais e Eleitorais e dá outras providências”.

Senado Federal, em 10 de junho de 1976. — Senador *José de Magalhães Pinto*, Presidente.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 92ª SESSÃO, EM 10 DE JUNHO DE 1976

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Parecer

— Referente à seguinte matéria:

Ofício S—nº 1/76 (nº 1/P/MC/76, na origem), do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao

Senado Federal, cópias da petição inicial, das notas taquigráficas e de acórdão proferido nos autos da Representação nº 909, do Estado do Rio de Janeiro, no qual o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do artigo 37 do Decreto-lei nº 110, de 1969, do extinto Estado da Guanabara.

1.2.2 — Comunicações da Presidência

— Convocação da sessão extraordinária do Senado Federal a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

EVANDRO MENDES VIANNA

Diretor Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES

Diretor Executivo

PAULO AURELIO QUINTELLA

Diretor Administrativo

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER

Diretor Industrial

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 100,00

Ano Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00

Ano Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem 3 500 exemplares

— Arquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 10/76 (nº 1.369—C/73, na Casa de origem), que modifica a redação do art. 1º da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna, e dá outras providências, por ter recebido pareceres contrários, quanto ao mérito das comissões a que foi distribuído.

— Recebimento do ofício do Sr. Secretário-Geral do Ministério da Indústria e do Comércio, encaminhando ao Senado Federal pronunciamento daquele Ministério a respeito do Projeto de Lei do Senado nº 91/73, que institui o seguro em garantia de educação, e dá outras providências.

1.2.3 — Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 150/76, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que considera circunstância atenuante da pena o fato de ter sido o agente menor abandonado.

Projeto de Lei do Senado nº 151/76, de autoria do Sr. Senador Itálio Coelho, que altera a redação do § 1º do art. 3º da Lei nº 4.494, de 29 de dezembro de 1965, que regula a profissão de corretor de seguros.

1.2.4 — Requerimento

Nº 254/76, de autoria do Sr. Senador Benjamim Farah, solicitando que não seja realizada sessão do Senado no dia 17 de junho corrente, dedicado a **Corpus Christi**, nem haja expediente em sua Secretaria. **Aprovado.**

1.2.5 — Discursos do Expediente

SENADOR NELSON CARNEIRO — Observações de Agapito Durão sobre o desenvolvimento político do País.

SENADOR AUGUSTO FRANCO — Decisão do Senhor Presidente da República para a exploração do potássio sergipano.

SENADOR DANTON JOBIM — Teses sustentadas pelo jornalista Carlos Castelo Branco e pelo Senador Accioly Filho, no Seminário sobre Modernização Legislativa e Desenvolvimento Político, ora em realização no Senado Federal, sobre o papel do Congresso Nacional na legitimidade da Revolução de 64.

SENADOR OTAIR BECKER — Solicitando o apoio dos Ministros da Fazenda e das Minas e Energia, em favor do Projeto de Lei do Senado nº 236/75, de sua autoria, que dispõe sobre a

elevação da cota do Imposto Único sobre Minerais destinada aos municípios.

1.2.6 — Requerimento

Nº 255/76, do Sr. Senador Nelson Carneiro, solicitando a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 24/72, de sua autoria.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Requerimento nº 226/76, do Sr. Senador Franco Montoro, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso pronunciado pelo Prof. Eduardo Seabra Fagundes, no dia 22 de abril de 1976. **Aprovado.**

— Requerimento nº 227/76, do Sr. Senador Nelson Carneiro, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, de entrevista do Professor Zeferino Vaz, Reitor da Universidade Estadual de Campinas, no Estado de São Paulo. **Aprovado.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 95/75 (nº 399—B/75, na Casa de origem), que dá nova redação à letra c do artigo 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, estendendo a exigência de gratuidade aos cargos dos conselhos fiscais, deliberativos e consultivos das sociedades declaradas de utilidade pública. **Discussão adiada** para a sessão do dia 10 de agosto próximo, nos termos do Requerimento nº 256/76.

— Projeto de Lei do Senado nº 102/75 — Complementar, do Sr. Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre a obtenção de empréstimos simples pelos servidores públicos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público. **Discussão adiada** para a sessão do dia 10 de agosto próximo, nos termos do Requerimento nº 257/76.

— Projeto de Lei do Senado nº 210/75, de autoria do Sr. Senador Benjamim Farah, que inclui dispositivos no Decreto-lei nº 898, de 29 de setembro de 1969, definindo como crime contra a segurança nacional a venda, doação, cessão e transporte de explosivos para fins não industriais. **Discussão adiada** para a sessão do dia 10 de agosto próximo, nos termos do Requerimento nº 258/76.

— Projeto de Lei do Senado nº 104/76, do Sr. Senador José Lindoso, que dá nova redação ao artigo 26, da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos). **Aprovado** com emenda, em primeiro turno. À Comissão de Redação.

— Projeto de Lei do Senado nº 19/76, do Sr. Senador Franco Montoro, que dispõe sobre a concessão de abono de permanência em serviço às mulheres seguradas do INPS a partir de 25 anos de atividade, dando nova redação ao § 4º do artigo 10 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973. **Discussão adiada.**

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR FRANCO MONTORO, como Líder — A política do MDB para o setor de energia.

SENADOR VIRGÍLIO TÁVORA, como Líder — Considerações sobre o discurso do Sr. Franco Montoro.

SENADOR ORESTES QUÉRCIA — Novos aspectos da licitação para construção da Via Norte, em São Paulo, em aditamento ao pronunciamento de S. Exª feito na sessão de 18-3-76, sobre o assunto.

SENADOR MARCOS FREIRE — Abusos e violências policiais que teriam sido praticadas quando da recepção, no aeroporto de Recife, ao jogador de futebol Givanildo.

SENADOR FAUSTO CASTELO-BRANCO — Realização da "1ª Jornada Médica Governador Dirceu Arcoverde", no período de 18 a 25 de julho próximo, na cidade de Teresina—PI.

SENADOR PAULO BROSSARD — Pronunciamento do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul em favor da preservação dos Tribunais de Alçada na Reforma do Poder Judiciário.

SENADOR VASCONCELOS TORRES — Necessidade de construção de um viaduto na cidade de Três Rios, na Rua Nelson Viana, tendo em vista o grande movimento do tronco rodoferroviário ali existente.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — ATA DA 93ª SESSÃO, EM 10 DE JUNHO DE 1976

2.1 — ABERTURA

2.2 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Resolução nº 36/76, que autoriza a Prefeitura Municipal de Casa Branca (SP), a realizar operação de crédito no valor de Cr\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil cruzeiros). **Aprovado.** À Comissão de Redação.

— Parecer nº 369/76, da Comissão de Agricultura, que conclui pela aprovação da Indicação nº 3, de 1975, do Sr. Senador Nelson Carneiro, relativa ao exame, pela Comissão de Agricultura, da viabilidade de realização de estudos e debates acerca da situação florestal brasileira. **Aprovado.**

2.3 — MATÉRIA APRECIADA APÓS A ORDEM DO DIA

— Redação final do Projeto de Resolução nº 36/76, constante do primeiro item da Ordem do Dia. **Aprovada**, nos termos do Requerimento nº 259, de 1976. À promulgação.

2.4 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

3 — DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Sr. Senador Cattete Pinheiro, proferido na sessão de 28-5-76. (**Replicação**).

4 — ATAS DE COMISSÕES

5 — MESA DIRETORA

6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

7 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 92ª SESSÃO, EM 10 DE JUNHO DE 1976

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. MAGALHÃES PINTO E BENJAMIM FARAH.

Às 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Altevir Leal — Evandro Carneira — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domicio Gondim — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Lourival Baptista — Heitor Dias — Dirceu Cardoso — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Leite Chaves — Otair Becker — Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — A lista de presença acusa o comparecimento de 40 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário vai proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

PARECER:

PARECER Nº 424, DE 1976

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Ofício "S" nº 01, de 1976 (Ofício nº 01/P/MC, de 16-2-76, na origem), do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Senado Federal, cópias da petição inicial, das notas taquigráficas e de acórdão proferido nos autos da Representação nº 909, do Estado do Rio de Janeiro, no qual o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do artigo 37 do Decreto-lei nº 110, de 1969, do extinto Estado da Guanabara.

Relator: Senador Nelson Carneiro.

O art. 37 do Decreto-lei nº 110, de 11 de agosto de 1969, do então Estado da Guanabara, dispunha **in verbis**.

"O Estado poderá ingressar em qualquer processo e impugnar o valor declarado pela parte para pagamento de

taxa, requerendo inclusive, na forma da legislação processual, o pagamento do que for devido."

Após longo debate, o Supremo Tribunal Federal, em sua sessão de 7 de maio de 1975, decretou a inconstitucionalidade de tal dispositivo, vencido o Relator (Sr. Ministro Aliomar Baleeiro), ausente o Sr. Ministro Cordeiro Guerra (que já votara pela inconstitucionalidade) e colhido o voto do Presidente, Sr. Ministro Djaci Falcão.

O acórdão, publicado a 7 de novembro de 1975, tramitou em julgado.

Esta Comissão, em decisão recente, sendo relator o eminente Senador Helvídio Nunes, opinou pelo arquivamento do pedido semelhante eis que, estando ainda em curso o prazo para interposição de ação rescisória, possível seria ainda à Corte Suprema rever seu próprio julgado, naquele como neste caso não reiterado em sucessivas decisões, de modo a traduzir jurisprudência mansa e pacífica. (Ofício "S" nº 33, de 1975 — Ofício nº 26/P/MC, de 19-9-1975, na origem).

Assim, meu voto é pelo arquivamento do ofício, pelas razões acima expostas.

Sala das Comissões, em 2 de junho de 1976. — **Accioly Filho, Presidente — Nelson Carneiro, Relator — Renato Franco — Helvídio Nunes — Henrique de La Rocque — Otto Lehmann — Heltor Dias.**

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — O Expediente lido vai à publicação.

A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à apreciação do Projeto de Resolução nº 36, de 1976 e do Parecer nº 369, de 1976, da Comissão de Agricultura, sobre a Indicação nº 3, de 1975.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — A Presidência comunica que, nos termos do art. 278 do Regimento Interno, determinou o arquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1976, que modifica a redação do artigo 1º da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências, por ter recebido pareceres contrários, quanto ao mérito, das comissões a que foi distribuído.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Através de ofício de 11 de maio o Sr. Secretário-Geral do Ministério da Indústria e do Comércio encaminha ao Senado o pronunciamento daquele Ministério a respeito do Projeto de Lei do Senado nº 91, de 1973, que institui o seguro em garantia de educação e dá outras providências, em face de diligência solicitada pela Comissão de Constituição e Justiça. A Presidência, entretanto, esclarece que o órgão técnico já emitiu parecer sobre o referido projeto, o qual foi incluído na Ordem do Dia da sessão de 25 de maio último, sendo rejeitado. Determina, por isso, a remessa do documento ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, DE 1976

Considera circunstância atenuante da pena o fato de ter sido o agente menor abandonado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Inclua-se como nº V do art. 48 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940:

V — Ter sido menor abandonado.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Tenho, durante toda minha carreira parlamentar, focalizado o drama do menor abandonado e suas dolorosas consequências. Ele

hoje se apresenta possivelmente mais grave do que nunca. Os resultados da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Menor, realizada na Câmara dos Deputados, diz da extensão do problema, fruto em grande parte da miséria e da falta de assistência por parte dos Poderes Públicos. Dir-se-á que se extinguiu o SAM, triste Universidade que o Estado mantinha para doutorar menores abandonados, necessariamente, futuros delinquentes. A fundação da FUNABEM foi um passo, em busca de solução para um problema, que é hoje, praticamente, de todas as cidades e vilas do País. Mas os recursos, de que dispõe, só aparentemente são razoáveis, já que provavelmente não lhe bastam para enfrentar um mal, que cresce a todos os olhos, e próximos não se vêem sinais de sua erradicação. Os Governos criam loterias, que arrecadam suados cruzeiros dos pobres, iludidos com a esperança de prêmios multimilionários, e de seus proveitos nenhuma parcela, modesta que seja, reserva para assistir ao menor sem lar, sem comida, sem escola e sem destino. E a sociedade, rigorosa no punir os muitos que afinal se tornam delinquentes, não reivindica para si o quinhão maior de responsabilidade nos erros por eles um dia praticados. Por outro lado, a política populacional não permite soluções que outros países adotaram, seja a limitação da prole, seja o aborto social. Já que possível não é evitar que os meninos desamparados de hoje se convertam nos criminosos de amanhã, justo será que, no mínimo, se lhes reconheça a atenuante de não haverem despertado, na infância e na juventude, o interesse da sociedade, que mais tarde tão duramente os pune. Deste projeto se poderá dizer apenas que fica em meio do caminho. Que, no atual estado de coisas, em lugar de ter atenuada a pena, o fato de haver sido menor abandonado deveria excluir a responsabilidade criminal.

Se nenhum outro mérito tiver o presente Projeto, não se lhe negará o de convocar a atenção nacional para tão grave problema social.

Sala das Sessões, 10 de junho de 1976. — **Nelson Carneiro.**

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 Código Penal

Art. 48. São circunstâncias que sempre atenuam a pena:

I — ser o agente menor de vinte e um ou maior de setenta anos;
II — ter sido de somenos importância sua cooperação no crime;
III — a ignorância ou a errada compreensão da lei penal, quando excusáveis;

IV — ter o agente:

a) cometido o crime por motivo de relevante valor social ou moral;

b) procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano;

c) cometido o crime sob coação a que podia resistir, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima;

d) confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime, ignorada ou imputada a outrem;

e) cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se, lícita a reunião, não provocou o tumulto, nem é reincidente.

Parágrafo único. Se o agente quis participar de crime menos grave, a pena é diminuída de um terço até metade, não podendo, porém, ser inferior ao mínimo da cominada ao crime cometido.

(A Comissão de Constituição e Justiça.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 151, DE 1976

Altera a redação do § 1º do art. 3º da Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964, que "regula a profissão de corretor de seguros".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 3º da Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964, que regula a profissão de corretor de seguros" passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º

1º Se se tratar de pessoa jurídica, deverá a requerente provar que está organizada segundo as leis brasileiras, ter sede no País, e que seus diretores, gerentes ou administradores preencham as condições deste artigo, excetuada a alínea e, que pode ser satisfeita por apenas dois entre eles."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O texto atual na Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964, art. 3º, § 1º, está assim redigido: "se se tratar de pessoa jurídica, deverá a requerente provar que está organizada segundo as leis brasileiras, ter sede no País, e que seus dirigentes, gerentes ou administradores preencham as condições deste artigo".

As condições do artigo (3º) estão definidas no caput e alíneas, como segue:

Art. 3º O interessado na obtenção do título, a que se refere o artigo anterior, o requererá ao Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização — hoje Conselho Nacional de Seguros Privados (observação nossa) — indicando o ramo de seguro a que se pretenda dedicar, provando documentalmente:

- a) ser brasileiro ou estrangeiro com residência permanente;
- b) estar quite com o serviço militar, quando se tratar de brasileiro ou naturalizado;
- c) não haver sido condenado por crimes a que se referem as Seções II, III e IV do Capítulo VI do Título I; os Capítulos I, II, III, IV, V, VI e VII do Título II; Capítulo V do Título VI; Capítulos I, II e III do Título VIII; os Capítulos I, II, III e IV do Título X e o Capítulo I do Título XI, parte especial do Código Penal;
- d) não ser falido;
- e) ter habilitação técnico-profissional referente aos ramos requeridos.

São exigências para obtenção do título de habilitação para o exercício da profissão de corretor de seguros.

A exigência da alínea e: "ter habilitação técnico-profissional referente aos ramos requeridos", no entanto, torna-se demasiada, quando obrigatória para todos os diretores, gerentes ou administradores de uma empresa corretora de seguros.

Restringir essa exigência apenas a dois dentre os diretores, gerentes ou administradores das corretoras de seguros é o que objetivava o projeto. Com isso, evitar-se-ão embaraços à constituição e ao funcionamento dessas empresas, ao mesmo tempo em que enseja o aproveitamento de elementos capazes, ainda que não especializados.

A exigência de que pelo menos dois dentre os diretores, gerentes ou administradores preencham o referido requisito de habilitação específica garantirá a presença do especialista nos quadros dirigentes da entidade, evitando os inconvenientes do atual sistema, excessivamente rígido, sem a contrapartida de uma liberação total.

É oportuno recordar que o BNH goza das mais amplas prerrogativas no particular. Ele é considerado corretor habilitado, sujeito aos dispositivos regulamentares aplicáveis às empresas de corretagem de seguros, mas os seus diretores estão dispensados não apenas da exigência da alínea e, do art. 3º, da Lei nº 4.594/64, mas de

todas as exigências do art. 3º, e, mais, das dos arts. 4º, 5º e 17, alínea a, da mesma lei, e isso não por lei, mas por decreto.

Leiamos o texto todo: "O Banco Nacional da Habitação, por força das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 55.245, de 23 de dezembro de 1964, é considerado corretor habilitado, sujeito aos dispositivos regulamentares aplicáveis às empresas de corretagem de seguros, mas dispensados, os seus diretores, de provar o cumprimento das exigências contidas nos artigos 3º, 4º, 5º e 17, letra a, da Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964" (Decreto nº 56.900, de 23 de setembro de 1965, art. 1º, parágrafo único).

Como se vê, não é demasiado nem descabido o que se pretende no Projeto. Pelo contrário, a medida é saudável e sensata, razão pela qual esperamos seja a proposição aprovada.

Sala das Sessões, 10 de junho de 1976. — **Italvio Coelho.**

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Economia.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Os projetos lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 254, DE 1976

Nos termos regimentais, requero que não seja realizada Sessão do Senado no dia 17 de junho corrente, dedicado a **Corpus Christi**, nem haja expediente em sua Secretaria.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1976. — **Benjamin Farah.**

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Em consequência da deliberação do Plenário, não haverá sessão no Senado Federal no dia 17 do corrente, nem expediente em sua Secretaria. (Pausa.)

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ainda uma vez, Sr. Presidente, venho abusar da tolerância dos ilustres colegas para incorporar aos Anais observações de meu velho amigo Agapito Durão, que Deus conserve na liberdade com que aprecia os acontecimentos e julga os homens de nosso tempo.

Agapito era candidato a Vereador. Tinha um programa de trabalho, que ia, em seu município, desde a extinção da famosa taxa de lixo até a distribuição de alimentos e remédios às famílias humildes, famintas e enfermas. Com o projeto em curso no Congresso Nacional, recolheu as velas da candidatura. A cara envelhecida e a calvície avassalante não vestem seus bons propósitos de uma boa imagem. Como não poderá abrir a boca na Televisão nem no Rádio, desiste de candidatar-se, e com isso, quem sabe, se estiola e perde uma autêntica vocação política.

Dirão os honrados membros da ARENA que proibida não estaria a presença de Agapito Durão nos comícios. Dirão isso, Sr. Presidente, porque não sabem o medo que meu querido companheiro de mocidade tem de cachorro. Medo físico, constante, invencível. Um cidadão pode empenhar-se em luta com outro, trocar muros, até mesmo tiros. Mas, que fará um candidato contra o qual se lança um cachorro amestrado e sanguinário? Se corre, cai no ridículo. Se, com ele, se empenha em luta corporal, a assoada do público acaba com sua carreira política. Se o abate com uma bala, fica soando em seus ouvidos, o resto da vida, a atoarda com que, na minha querida Bahia, saudávamos, — ou será que apupávamos? — os empregados do circo, que recolhiam os apetrechos dos equilibristas ou arrebanhavam as vestes que os palhaços, como o famoso Passinho, espalhavam pelo picadeiro: — "Mata cachorro, mata cachorro!"

Acredito que, talvez, houvesse um jeito de Agapito pleitear uma vaga no pleito de 15 de novembro. Era se fosse candidato a Vereador no Rio Grande do Sul, pela ARENA. Mas a falta de domicílio destrói-lhe os propósitos.

Não se perdeu tudo, entretanto, Srs. Senadores, com a desistência de Agapito Durão. E não se perdeu, porque consegui que me

cedesse os originais de seu Plano Nacional de Desenvolvimento, Primeiro e Único. Impossível reproduzi-lo nestas breves palavras, desde o enfoque dado ao problema educacional até a solução proposta para o endividamento externo do País. Com essa omissão me privo, bem sei, da valiosa intervenção do nobre Senador Jarbas Passarinho e do revide inevitável do vigilante Senador Virgílio Távora.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Desculpe, Senador, mas gostaria que V. Ex^a repetisse.

O SR. NELSON CARNEIRO (MDB — RJ) — Estou divulgando as bases, os originais do Plano Nacional de Desenvolvimento do meu velho amigo Agapito Durão, que vai desde o problema educacional, até ao endividamento externo do País. Então, digo eu, não vou tratar desses dois aspectos, porque, senão, teria a interferência agradável porém inevitável do Senador Jarbas Passarinho e o revide imediato do Senador Virgílio Távora.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Nem sempre revide — muitas vezes, esclarecimentos.

O SR. NELSON CARNEIRO (MDB — RJ) — Contentar-me-ei em divulgar parte de seu PND, no que tange ao desenvolvimento político. Agapito entende que o primeiro erro da Revolução é querer fazer de quatro presidências uma só presidência, superando, aliás, o milagre da Santíssima Trindade. Em vez de uma Revolução de 12 anos, melhor fora, ao juízo de meu confidente, que se situassem, como sucessivos, mas não interligados, os Governos Castello Branco, Costa e Silva, Emílio Médici e Ernesto Geisel. Aliviava assim o atual Presidente dos erros, aliás inevitáveis em todos os Governos, das administrações que o antecederam. Não precisaria jogar pedras no passado, mas endossar desacertos pretéritos é que não parece razoável ao autor do novo PND. Por que calar, por exemplo, que o atual Governo está assoberbado com dívidas contraiadas em período anteriores, e que, vencidos os prazos de carência, somente agora se tornam exigíveis, inclusive com juros e correções monetárias?

Depois, e isso parecia principal a Agapito Durão, tudo cansa, com o tempo. Apenas o amor infindo, como diria o poeta Francisco Mangabeira, não cansa. Houve um hábil político brasileiro que, para explicar o fim do domínio de Vargas, em 1949, lembrou "a fadiga dos metais", que derruba aviões e ceifa a vida dos que neles se encontram.

Mas o PND, que tive em mãos, não se preocupa com o passado. Volta-se para o futuro, e alcança o período 1976 a 1978. O que vai ocorrer este ano, aí está aos olhos de todos. Para Agapito, 1977 é o ano chave. Como bom estrategista, cria várias alternativas, exatamente para evitar que o Senador Franco Montoro ou o Senador Roberto Saturnino, de livro na mão, venham cobrar-lhe o anunciado. Para usar uma expressão que ouço constantemente nos debates nesta Casa, o PND de Agapito Durão é um código de intenções, com muitas variantes. Por isso que seu autor não se considera novo Nostradamus, nem dispõe de bola de cristal, resume-se o PND, de que falo, a um cálculo de probabilidades.

A Revolução baixaria novo Ato Institucional, transformando o atual Congresso Nacional, durante determinado período, em Assembléia Constituinte. Mataria dois coelhos de uma só cajadada. Primeiro, substituiria a Emenda Constitucional, imposta pela Junta Militar, por Constituição aprovada pelos representantes do povo. Uma boa propaganda daria imagem favorável à iniciativa governamental. Segundo, por maioria absoluta, jungida à fidelidade partidária, aprovaria emendas que desejasse, sem depender do voto de Bancada oposicionista. A nova Constituição absorveria, em outra redação, o famoso AI-5, e, quem sabe, criaria o Conselho de Estado, sonhado pelo Sr. Paulo Egydio. Poderia acabar, ou não, com as eleições diretas para Governador. No primeiro caso — se acabasse — criaria um corpo eleitoral tão dilatado quanto fosse necessário para que o Governo continuasse escolhendo todos os dirigentes estaduais.

No segundo — se não acabasse — escolheria os candidatos da Oposição...

A dor de cabeça maior seria a renovação do Senado Federal. Isso mesmo, aliás, sem conhecer o PND de Agapito Durão, já acentuou o eminente Senador Amaral Peixoto, em recente entrevista à Imprensa.

Como impedir que, em 42 vagas, o MDB eleja 17? O PND sugere duas alternativas. Ou o unicameralismo, ou a eleição por outro processo que não o do voto popular. Bem sabe Agapito que a tradição brasileira, desde o Império, é bicameralista. Mas, até há 12 anos, a tradição brasileira, iniciada com a eleição de Prudente de Moraes, foi a da escolha direta do Presidente da República. Desde 1964, jogou-se no rol das coisas inúteis aquela velharia. Por que esse amor às coisas do passado? A escolha dos Senadores pelas associações de classe, pelos Prefeitos, pelos Governadores, seria outro obstáculo que se poderia criar à vitória do MDB, e serviria à tranquilidade do Governo.

Agapito Durão é pródigo em sugestões. Ou se restauraria a tradição imperial, tornando vitalícios os atuais Senadores. Não correria assim, o Governo, em 1978, qualquer risco...

Outro ponto, no PND que divulgo, digno de meditação, é o relativo aos partidos políticos. Agapito não tem dúvida de que não há doutor que dê jeito no "maior partido do ocidente". Se as peculiaridades do prélio municipal não decretarem seu fim, os resultados aparentemente favoráveis não serão bastantes para fazê-lo sobreviver ao pleito direto, se existir, em 1978. Houve quem já tivesse a mais curiosa das idéias. Formavam-se novos partidos, inclusive com elementos dos atuais.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO (MDB — RJ) — Pois não.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Nobre Senador Nelson Carneiro, o discurso de V. Ex^a, hoje, vazado na singeleza desse estilo de crônica, consubstancia uma das críticas mais contundentes ao projeto enviado pelo Executivo que impede o acesso de candidatos ao Rádio e à Televisão. O personagem criado pela inteligência prodigiosa de V. Ex^a encarna muito bem o desalento que grassa no seio de centenas de aspirantes aos cargos eletivos municipais, que não poderão transmitir as suas respectivas mensagens através dos poderosos veículos de comunicação, o Rádio e a Televisão. Não há dúvida, Senador Nelson Carneiro, que o seu discurso de hoje é uma crítica irônica, mordaz, contundente, ao projeto que tramita presentemente no Congresso Nacional.

O SR. NELSON CARNEIRO (MDB — RJ) — Eu confesso, ao agradecer o aparte de V. Ex^a, que o que mais sinto é que o meu querido amigo tenha desistido de ser candidato a Vereador. É uma autêntica vocação política que se perde.

Sr. Presidente, dizia eu que a fidelidade partidária, tal como o vínculo indissolúvel do matrimônio, acompanharia os parlamentares, acolhidos em outras legendas, na escolha do futuro Presidente da República.

Devo, a bem da verdade, dizer que tal *boutade* não figura no PND de Agapito, que trata, com seriedade, os problemas sérios.

Impossível seria, Sr. Presidente, em uma só oração, resumir todo o trabalho de pesquisa, de meditação, de futurologia, que tive sob os olhos, no último fim de semana. Hei de trazer à colação outros pontos desse PND, que, infelizmente, não será integralmente aproveitado, uma vez que Agapito Durão desistiu de candidatar-se a Vereador. (Risos.) Salvo se lhe for possível usar o retrato de Miss Brasil... (Muito bem! Palmas. O Orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra, por cessão da Liderança, ao nobre Senador Augusto Franco.

O SR. AUGUSTO FRANCO (ARENA — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Defendo, não é de agora, a instalação, no Nordeste, de um eixo mineral-petroquímico. O eixo mineral-petroquímico incorporaria, efetivamente, todos os Estados nordestinos ao processo de desenvolvimento, necessariamente global e integrador. Tal projeto impediria que se privilegiasse uns em detrimentos de outros, evitando, assim, ressentimentos tão provincianos quanto desatualizados. Deseja-se, nesta visualização realista, somar todos os Estados da área, na proporção das suas riquezas e possibilidades objetivamente levantadas. Só assim transitórios interesses ou unilaterais preferências não gerariam nem aprofundariam conflitos incômodos, que só podem comprometer, a curto ou a longo prazo, todo o Nordeste.

Por assim sentir e pensar, recebi com estranheza, não faz muito tempo, a notícia da implantação, no Rio Grande do Norte, de uma unidade industrial para produzir barrilha, a partir da utilização do sal marinho. Esta nossa posição não significa qualquer restrição ao dinâmico e bravo Estado nordestino. Ocorre que Sergipe, empregando, na produção de barrilha, o sal-gema, matéria-prima de maior concentração de cloreto de sódio, tem condições de oferecer um produto de custo mais baixo e, em consequência, com preço mais competitivo nos mercados nacional e latino-americano.

Após então a industrialização do potássio, este sal, que serviria para matéria-prima da barrilha, seria ainda mais barato, pois esta transformação iria partir do sal subproduto do potássio.

O Nordeste, mineral e petroquímico, pode e deve ser integrado na realização de uma política, cujo escalonamento de prioridades é contingente e imperativo. Este escalonamento, colocado na região globalmente visualizada, impediria, certamente, o choque de reivindicações, corrigindo evidentes desníveis entre os Estados envolvidos ou interessados. Parece incorreto pensar, atualmente, no desenvolvimento deste ou daquele Estado, quando o que se deseja e persegue é o próprio desenvolvimento da região, forma dela não se distanciar ainda mais do processo de expansão da riqueza nacional. Cada Estado nordestino só tem sentido como parte de um todo econômico, social e historicamente dinâmico. Da mesma maneira que o nacional, como prática criadora, história vivida, é ou deve ser a integração de regiões aparentemente conflitantes.

O Nordeste não pode caminhar cego e surdo às conquistas e transformações do mundo atual, a economia, a sociologia e a tecnologia esvaziando preconceitos e eliminando barreiras entre homens, classes, regiões e países. Os Estados nordestinos não devem, até por um ato de inteligência, percorrer diferentes estradas, quando todas elas levam e conduzem ao mesmo encontro. Compreende-se, assim, que eles deveriam ser convocados para, no setor mineral-petroquímico, traçarem juntos, discutirem iguais, as diretrizes básicas de uma política de integração regional. Não se pode, obviamente, creditar à SUDENE o sucesso desta iniciativa irrealizável.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, estou convencido do acerto desta posição, mesmo quando, como acontece agora, Sergipe vibra com a atitude presidencial, liquidando a concessão do potássio da minha terra, antes nas mãos do Grupo LUME. Na medida em que uma das subsidiárias do Grupo, a KALLIUM Mineração, revelou-se negligente, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em memorável decisão, transferiu para a PETROBRÁS o direito à exploração já pretendida e reclamada.

Saiu-se, em consequência, de um pesadelo oneroso, para se contemplar esperançosa perspectiva. O potássio de Sergipe não interessa, apenas, à gente sergipana, mas a toda a comunidade nacional, anualmente sacrificada com a importação de mais de 100 milhões de dólares do precioso fertilizante.

Descobria-se, já em 1941, no Município de Socorro, sais potássicos, especificamente carnalita, silvita e silvinita. Frustrada, no tempo, a tentativa de industrialização inicial, a PETROBRÁS, pesquisando, em 1963, petróleo, constata ocorrências de potássio no

Município de Carmópolis e em municípios vizinhos. Em 1972, o Grupo LUME, através da KALLIUM, ganha a concorrência para a pesquisa, lavra e comercialização do potássio. De lá para cá, por diferentes meios e pretextos, os sais potássicos continuaram desaproveitados, em prejuízo do próprio desenvolvimento do País, que não dispensa os fertilizantes e outros insumos básicos.

Eis que, agora, tem fim a protelação angustiosa. O General Ernesto Geisel, reafirmando o seu interesse de bem servir ao desenvolvimento nacional, põe termo às evasivas e omissões, delegando à PETROBRÁS o comando de um processo que, nas condições de Sergipe, não prescinde da cooperação desta empresa estatal.

Queremos ressaltar a posição do Governador José Rollemberg Leite, no assunto potássio, cuja posição no interesse de Sergipe calou no próprio espírito do Presidente Geisel.

Abrindo-se a perspectiva de a PETROBRÁS, diretamente ou através de subsidiárias, explorar o potássio de Sergipe, novas indústrias surgirão na estrada que ela, certamente, saberá abrir com patriotismo.

Ao petróleo, que já explora na Plataforma Continental, junta-se o potássio e, com eles, outros minerais que, devidamente industrializados, irão compor um elenco de produtos que a PETROBRÁS irá oferecer do desenvolvimento de Sergipe, do Nordeste e do País.

Sergipe, até por sua vocação mineral, persegue e acredita na integração do Nordeste, forma, aliás, da região participar, efetivamente, da riqueza pátria. Um Nordeste dividido, seccionado por reivindicações emocionais e provincianas, não tem condições de assegurar sua presença no processo de fortalecimento da unidade nacional. A unidade interna é condição primeira para o Brasil penetrar, vitoriosamente, no mercado internacional. Tal unidade tem raízes que mergulham no econômico e social, todas as Unidades da Federação trabalhando juntas na formação e equidista distribuição da renda por todos produzida.

Sergipe, em sintonia com este desejo, sonho de muitas gerações, oferece o petróleo, o potássio e outros recursos agora se transformando em riquezas. Ele não quer ser egoísta e usurário na posse e utilização de seu subsolo sabidamente rico e pródigo. Mais que Sergipe, há o Nordeste para enriquecer, há uma Nação que, com muito trabalho e suor, está se construindo. E está se construindo com gestos de audácia, com decisões como a agora tomada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que coloca o Brasil e não de agora — acima mesmo das mais legítimas pretensões estaduais. A decisão presidencial é exemplo para os ortodoxos e lição para os cépticos.

O povo sergipano e, com ele, todo o povo brasileiro não tem por que temer quando se enxerga o horizonte e se acredita no futuro a caminho.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Danton Jobim.

O SR. DANTON JOBIM (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O jornalista Carlos Castello Branco e o Senador Accioly Filho participaram da última reunião do Seminário sobre Modernização Legislativa e Desenvolvimento Político e sustentaram teses coincidentes.

O resumo dessas teses pode ser feito assim: se o poder se origina da força, necessita, essencialmente, do Congresso para legitimar-se.

Essa tese, V. Ex^a, Sr. Presidente, que tem boa memória, deve recordar que foi sustentada pelo então Ministro da Guerra da Revolução, General Costa e Silva, embora ele afirmasse que não era o Congresso que iria legitimar a Revolução, mas a Revolução que iria legitimar o Congresso.

Uma vez legitimado, entretanto, o Congresso se arma de atribuições importantes para propiciar a celeridade da transição, que então se fazia, de um regime acusado de antidemocrático e contrário ao Parlamento, uma vez que se orientava no sentido de egar o equilíbrio dos Poderes. O Congresso, então, ficou incumbido de

escolher o Presidente da República, o primeiro Presidente da fase revolucionária.

Lembro-me bem do horror do Presidente Castello Branco, em que nós, jornalistas, o tratávamos não como Presidente da República, mas como Chefe de um poder discricionário ou ditador. Os Generais brasileiros, em geral, não querem ser crismados assim, o que é um bom sinal. É um sinal de que no subconsciente e na formação de cada um está o ideal da legitimidade dos governantes, através de um órgão de procedência popular.

De certo modo, a afirmação do General Costa e Silva era correta. Uma Revolução nasce com poderes excepcionais, com o poder de instituir, que lhe vem do tácito mandato recebido das forças que a apoiaram e a deflagraram.

Mas a Revolução de 1964 apresentava-se com outro aspecto: engajada no compromisso democrático. Ela queria restabelecer as Instituições brasileiras na sua pureza democrática.

Todas as Revoluções têm um aspecto saudosista. Elas imaginam restaurar alguma coisa, algum bem que se perdeu no passado.

Mas por que a Revolução não fechou o Congresso, como o fizeram numerosos outros movimentos que agitaram a nossa vida pública?

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, porque fora no Congresso, precisamente no Congresso, que ela encontrara o seu principal ponto de apoio. No Congresso, como não podia deixar de ser, é que se travou a batalha contra o Governo João Goulart, em debates acesos, que se refletiram nas páginas dos jornais. E foi através do Congresso que se lançou a doutrina famosa da guerra revolucionária que, levada à exacerbação, produziu muitas distorções nos ideais do Movimento de 1964.

Em segundo lugar, à Revolução não interessava fechar o Congresso, porque o Governo Revolucionário ansiava pela sua legitimação. E a única fonte de legitimidade, aos olhos do povo e aos olhos das Forças Armadas, comprometidas no Movimento, era a eleição, pelo Congresso, do primeiro Presidente da nova ordem instituída.

Até hoje este conceito não variou. O interregno da Junta Militar foi brevíssimo, e o sucessor do Marechal Castello Branco, o General Costa e Silva, teve de receber o mandato dos representantes do povo, pois a simples indicação dos militares não lhe parecia, nem a seus pares, suficiente para dar-lhe a legitimidade tão desejada.

Já é um consolo, Sr. Presidente, sabermos que os Generais brasileiros diferem de seus colegas da América Espanhola pelo respeito que conservam ao tabu da representação popular, como fonte legítima do poder. Muitas vezes a forma, nos rituais da política, tem tanta importância quanto o fundo.

Por isso, não temo pelo Congresso como instituição. Contra ele se têm praticado violências, como as cassações de mandatos, mas dificilmente se chegará à sua dissolução. No dia em que esta vier, cairá por terra a legitimidade, que é o mais eficiente fator da estabilidade. Nem os militares respeitarão um poder que não tem outra justificativa senão a força.

No seu depoimento de ontem, o jornalista Carlos Castello Branco teve oportunidade de lembrar que a Revolução de 1964 teve seu berço na tribuna parlamentar. "O Congresso" — disse ele — "é o elemento politicamente válido do sistema, ao qual oferece legitimidade. Seu poder é escasso, mas sua presença imensa, mesmo impotente e silenciada".

O Sr. Castello Branco sustentou que a partir de 1968 a exceção se tornou permanente mas nem por isso se dissolveu o Congresso, nem dele se prescindiu. "Trata-se — é textual — de uma instituição que guarda consigo, pelo voto popular, o selo da representatividade". Observou, ainda, que o poder emana do povo. "Não há — disse — nos regimes que se pretendem democráticos, outra fonte do poder. Daí, apesar de sua fragilidade atual, a força é o poder do Congresso".

Sem dúvida, esta argumentação é irrefutável. Não acredito que quem quer que seja, entre aqueles que representam a Liderança do Movimento de 1964, e que compõem o que chamamos, à falta de outra qualificação melhor, o Sistema, sonhe em suprimir aquele pedaço de chão onde — como tenho sempre repetido — se guardam ainda as raízes do renascimento democrático.

Todas as vezes que certos radicais argumentam, fora e dentro do Congresso, que, de crise em crise, nós poderíamos chegar à supressão das Câmaras, eu respondo com esta argumentação: seria uma medida suicida.

André de Blonay e Coddacci-Pisanelli, no prefácio do livro **Parlements**, editado pela União Interparlamentaire, 1966, diz o seguinte:

"A experiência prova que a noção da legitimidade democrática do poder está hoje tão profundamente ancorada nos espíritos que, cedo ou tarde, renascem assembleias representativas, e isso mesmo nos Estados onde o Parlamento e seus métodos pareciam falidos."

A Revolução precisa compreender que a valorização do Congresso é de seu próprio interesse.

Muitas vezes nós temos ouvido opiniões respeitáveis, sem dúvida, de homens públicos e cientistas políticos, que temem que uma vitória do MDB nas eleições deste ano, e sobretudo nas eleições de 1978, traria consigo, inevitavelmente, o fechamento da Instituição Parlamentar. Não vejo qualquer motivo para que se abrigue na alma dos que são responsáveis pelo sistema revolucionário — mas que se recusam a admitir que este País está condenado irremediavelmente a ser tutelado e governado por uma ditadura — a idéia de que o Congresso é incompatível com uma mudança de equilíbrio entre os dois partidos que presentemente militam na vida pública do País. A verdade é que tanto a vitória da ARENA como a vitória do MDB não constituiriam nenhuma ameaça ao processo revolucionário.

O que poderia acontecer com um pronunciamento claro e insofismável da maioria do povo, da opinião pública em favor do partido da Oposição, seria apenas o surgimento de uma corrente poderosa mesmo entre aquelas forças que sustentam a Revolução, no sentido de que se chegue à normalização da vida pública do País. Tenho a impressão de que, mais cedo do que esperamos, — porque estamos dentro da floresta e vemos apenas as árvores, não a vemos no seu todo — a Revolução vai caminhar para o estuário da normalização democrática no Brasil. Vai, e sem dúvida, vai servir-se, para isto, do único instrumento válido para tanto: o Congresso Nacional.

Por isto, Sr. Presidente, apesar das vozes agoureyras que de vez quando ouvimos, soprando profecias terríveis, eu não temo pela nossa sorte, pela sorte da Instituição parlamentar neste País.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Otair Becker.

O SR. OTAIR BECKER (ARENA — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tramita, de modo auspicioso, por esta Casa, projeto de minha autoria, através do qual busco dar destinação mais justa ao Imposto Único sobre Minerais. O problema comporta soluções diversas, mas optei por fórmula que me pareceu a mais adequada e, sobretudo, viável. Assim é que meu projeto se limita a reduzir a cota que cabe aos Estados, aumentando a destinada aos municípios. Teve parecer favorável nas duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Economia.

Na Comissão de Finanças, o nobre Senador Saldanha Derzi pediu, como preliminar, audiência dos Ministros das Minas e Energia e da Fazenda. A consulta constitui medida de rotina, através da qual se busca o entendimento entre Legislativo e Executivo na elaboração de leis, especialmente aquelas de conteúdo econômico-financeiro.

Os pontos de vista que venham a ser sustentados pelos Ministros das Minas e Energia e da Fazenda serão de significação e, naturalmente, influirão na tramitação final do projeto.

Eis por que, Sr. Presidente, formulo desta Tribuna um apelo ao Ministro Mário Henrique Simonsen e ao seu colega das Minas e Energia, Sr. Shigeaki Ueki, no sentido de emprestarem seu valioso apoio ao projeto, de amplo interesse para os municípios brasileiros em que o imposto é arrecadado. Trata-se de antiga e justa reivindicação de numerosos municípios de nosso País.

Estou plenamente seguro da procedência de minha iniciativa, que apenas pretende reforçar a cota do Imposto Único sobre Minerais destinada aos municípios, igualando-a à dos Estados. Nada mais justo. Ideal seria, mesmo, que ao município se atribuísse bem mais do que lhe é concedido em meu projeto. Bem conhecemos a precariedade de recursos que caracteriza os municípios brasileiros.

A exploração mineral é, via de regra, ainda predatória. As reservas se esgotam e ficam terríveis consequências de uma exploração raramente não predatória. Tanto é assim que, em toda parte, se protege a região produtora de minerais, inclusive indenizando-as dos danos que sofre com a exploração mineral.

No meu Estado, na região carbonífera, precisamente a mais necessitada de apoio e amparo de toda espécie, o problema assume proporções alarmantes. Trata-se de uma situação sobejamente conhecida, mais que, no entanto, permito-me ilustrar tornando parte integrante deste meu discurso, reportagem publicada pelo *O Estado*, edição de 31 de março deste ano. Trata-se de um dos órgãos mais conceituados da imprensa catarinense. E a reportagem, intitulada "O Carvão Transforma o Sul num Deserto Negro", nada tem de exagero, pois, na verdade, apenas nos dá rápido retrato de uma região e de uma população que tem sido vítima do fato de possuir riqueza da maior significação para o Brasil. Não há quem, conhecendo a realidade da zona carbonífera do Sul Catarinense, não se impressione com o panorama ali existente e que é preciso mudar de qualquer forma, e rapidamente. E plenamente justificado estará o meu projeto!

Sr. Presidente, o projeto que tive a satisfação de oferecer ao exame de meus nobres Pares não apresenta inconveniente algum. E está inteiramente de acordo com o pensamento expresso pelo eminente Presidente Ernesto Geisel no Encontro de Guarujá, quando afirmou sua fé municipalista a milhares de Prefeitos brasileiros!

Eis por que me animo a formular um apelo aos Ministros da Fazenda e das Minas e Energia, a fim de que dêem seu apoio ao projeto, em conformidade com pensamento declarado do Chefe do Governo! (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. OTAIR BECKER EM SEU DISCURSO:

O CARVÃO TRANSFORMA O SUL NUM DESERTO NEGRO

O desordenado processo de extração de carvão no Sul do Estado está transformando a região num deserto negro, como qualificam os biólogos. Só em Siderópolis, 100 quilômetros quadrados já foram devastados, e a carência de água potável é uma ameaça para um futuro breve. Nem plantas rasteiras resistem à ação poluitiva do carvão. Nos rios não há mais peixes e o ar já está contaminado pelo enxofre que se desprende da pirita. Os prefeitos têm uma solução: destinar os 70% do Imposto Mineral à preservação da região. Mas o Governo do Estado é que retém esses 70%, destinados a outras obras que o progresso exige.

Cerca de dez municípios que compõem a bacia carbonífera do Sul de Santa Catarina estão ameaçados de se tornarem num deserto negro, se o plano federal, que preconiza o aumento da produção de carvão, não obedecer a uma legislação de preservação da flora e fauna. No atual estágio de desenvolvimento das companhias de mineração, a poluição das águas dos rios e a contaminação do ar

pelo enxofre que se desprende da pirita são comprovadas pelo índice de doenças pulmonares — o Sul registra o maior índice do Estado — e pela inexistência de lavouras. Se esse desenvolvimento carbonífero for acelerado — como observam geólogos — o processo de extinção da flora e fauna do Sul se tornará mais rápido, podendo culminar com as transformações da região em área inabitável.

Os problemas de meio-ambiente que a região Sul enfrenta decorrem da concepção que surgiu há cerca de meio século, de que o carvão seria a sua redenção. Essa concepção se firma hoje com a implantação do complexo carboquímico, mas seu preço é caro demais, como acentua o Prefeito de Siderópolis, onde a destruição das áreas verdes é mais acelerada face à mineração a céu aberto.

As primeiras companhias de mineração instaladas na região, que hoje se denomina de bacia carbonífera, tinham só uma preocupação: produzir o suficiente para que o produto se tornasse rentável a curto prazo. Com esta preocupação, as companhias deram início ao "ciclo da devastação", principalmente em Siderópolis e em Lauro Müller, onde dificilmente se conseguirá recuperar as extensas áreas escavadas. "Em Siderópolis não há aterro suficiente para encobrir as marcas da destruição", observou um funcionário de uma companhia local.

Até hoje, os próprios Governos municipais não se preocupam com o perigo provocado pelo carvão. Os rejeitos piritosos continuam sendo canalizados para os rios e em Criciúma a Prefeitura se encarrega de piorar ainda mais a situação: coloca os rejeitos para tapar os buracos de ruas. Em dias de forte calor, os veículos se encarregam de levantar o pó misturado com enxofre. Hoje, até os rios Aranguá e Tubarão, que cortam áreas onde não há exploração de minério, estão totalmente poluídos. E a CASAN, apesar de se negar a confirmar, deixa transparecer que a região Sul poderá ficar privada de água potável caso não haja providências no sentido de se evitar que a poluição atinja maior grau.

Grande ameaça

Dos cinco municípios onde há extração do carvão, Siderópolis, e Urussanga são os que mais sentem o efeito da poluição, porque a mineração é de céu aberto. As máquinas escavam extensas áreas como se estivessem construindo açudes. Nos locais onde o carvão já foi retirado, a terra preta e a poeira que se levanta em dias de fortes ventos caracterizam um deserto negro. Nem plantas rasteiras resistem à ação poluitiva do carvão. Quando chove, a água que se mistura à terra negra acumula-se nas baixadas, quando não escorre em direção ao rio.

Em pesquisa realizada na região Sul, o Departamento de Ciências Biológicas da Faculdade de Ciências e Educação de Criciúma, constatou que a poluição iniciada, principalmente, em Siderópolis, Urussanga e Lauro Müller se estende aos municípios vizinhos — Morro da Fumaça, Tubarão, Araranguá, Nova Veneza e Maracajá. Esta ação se estende principalmente através dos rios. "Não foi o tempo em que a pesca era um meio de sobrevivência nesta região", lembrou um velho pescador, de 77 anos, residente em Araranguá.

Lauro Müller em pior situação

Lauro Müller, que ainda não se recuperou da catástrofe de 74, é um dos municípios mais abandonados do Estado, na opinião de seu Prefeito Argemiro Raulino Mendes. Os recursos obtidos com os impostos são insuficientes e a própria Companhia Barro Branco só exerce uma finalidade: proporcionar emprego a uma parte da população. Mas, por outro lado, é causadora de um grave problema: estoca os rejeitos piritosos a 500 metros do centro da cidade, ocasionando acentuado índice de poluição. Segundo o Departamento de Ciências Biológicas da FUCRI, a população deste município apresenta um dos maiores índices de doenças pulmonares do Sul do País, porque não há controle sequer para o uso dos rejeitos.

O rio Araranguá, onde desembocam os "Mãe Luzia" e São Bento, vem há cinco anos apresentando indícios de poluição. Para os

pescadores, já está poluído porque não há mais peixes. O mesmo ocorre com o Tubarão, onde desembocam os rios de Lauro Müller e Urussanga, que apresenta águas escuras em todo seu curso.

Qual a solução

Para os Prefeitos do Sul, a única solução é fazer com que as Prefeituras tenham condições de, pelo menos, iniciar a solução dos problemas. E um dos meios — segundo eles — é fazer com que os municípios tenham maior participação no Imposto Único Sobre Minerais do País. Atualmente, as quotas de participação são assim distribuídas: 70 por cento para o Governo do Estado (e os Prefeitos lembram que o Estado não fez nada até o momento para minimizar o problema da poluição na região); 20 por cento para os municípios produtores e 10 por cento para a União.

— Se os 70 por cento do imposto revertido ao Estado fossem aplicados em benefício da própria região, no sentido de se solucionar os problemas sociais e ecológicos dos municípios produtores de carvão, nós não estaríamos exigindo junto ao Governo Federal modificações na distribuição das quotas. Mas, o Governo do Estado não aplica sequer 1% desses recursos visando estas soluções”, afirmou o Prefeito de Siderópolis, Plínio Bonassa.

A Prefeitura de Siderópolis, recebe por mês de Imposto Único Sobre Minerais do País — IUSMP — apenas Cr\$ 60 mil. “Isto não dá nem para começar nosso trabalho, de terraplenar (já que aterrar é impossível) as áreas escavadas e promover o reflorestamento “seria uma tentativa”.

Cerca de 100 quilômetros quadrados de terra de Siderópolis já foram revolvidas pelas companhias de mineração. “Ainda nos resta água para beber e um pedaço de terra para cultivar alguma coisa. Mas pensamos também no dia de amanhã. E estamos muito pessimistas”.

Doença incurável

Na região carbonífera, onde onze companhias de mineração operam durante 24 horas por dia, sete mil mineiros arriscam-se a contrair a mais temível das doenças: a pneumoconiose, que além de incurável é fácil de ser contraída principalmente pelos que exercem a função de “furador”, a cerca de 15 metros abaixo do solo, frente às sólidas paredes de carvão. A maioria dos que contraem esta doença não volta ao serviço na mina. É aposentado, pois seu estado é considerado de invalidez. Mas, não é só o mineiro que contrai doenças. O índice de tuberculose e outras doenças pulmonares é elevado, principalmente de bronquite. As crianças, face a umidade e o pó do carvão que paira no ar contraem facilmente doenças como bronquite, pneumonia, sarampo. Se estes índices estão baixando — observa um funcionário da Companhia Barro Branco — é porque o Sul possui hoje bons médicos”.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 255, DE 1976

Sr. Presidente

De acordo com o artigo 195 — I, do Regimento Interno, requero a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 24, de 1972, de minha autoria.

Sala das Sessões, 10 de junho de 1976. — **Nelson Carneiro**.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — O requerimento lido será publicado e incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 279, II, c, do Regimento Interno.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Guimard — José Esteves — Jarbas Passarinho — José Sarney — Petrônio Portella — Luiz Cavalcante — Gilvan Rocha —

Eurico Rezende — João Calmon — Vasconcelos Torres — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item I

Votação, em turno único, do Requerimento nº 226, de 1976, Senhor Senador Franco Montoro, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso pronunciado pelo Professor Eduardo Seabra Fagundes, no dia 22 de abril de 1976.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Aprovado. Será feita a transcrição solicitada.

E O SEGUINTE O DISCURSO DO PROFESSOR EDUARDO SEABRA FAGUNDES:

“Constitui, para mim, honra imerecida e inesperada, ascender, a esta altura a minha vida profissional, ao posto máximo desta instituição veneranda, com quase um século e meio de existência, depositária das mais nobres tradições da classe dos Advogados em sua permanente luta pela liberdade e aprimoramento da ordem jurídica.

É honra das maiores que um advogado pode aspirar ser guindado, pelo voto de seus pares, à cadeira já ocupada por homens do porte de Teixeira de Freitas Nabuco, Rui Barbosa, Rodrigo Otávio, Levi Carneiro, Astolfo de Rezende e Philadelfo Azevedo.

Tenho plena consciência de que a minha escolha não se deve aos meus méritos, que não os tenho, mas sim ao desejo dos sócios desta Casa de entregar a sua Presidência a alguém que, tendo sido sempre e somente advogado, esteja afinado com as suas aspirações de liberdade e aprimoramento das instituições jurídicas brasileiras, especialmente as que se relacionam com os direitos fundamentais do Homem e a prática da Democracia.

Muitas são as dificuldades que uma Casa como a nossa enfrenta, voltada exclusivamente para a atividade cultural, em meio à agitação da vida moderna.

Mas, ao lado delas, pelo menos dispõe o Instituto, agora, de meios-materiais para atender às suas mínimas necessidades. Não se pode deixar de louvar o descortino do Grupo de Trabalho que, ao elaborar o Código de Custas do novo Estado do Rio de Janeiro, teve a iniciativa de elevar a participação tradicionalmente atribuída a este Instituto, proporcionando-lhe, dessa forma, o equilíbrio orçamentário que os seus sócios sempre almejavam.

Assim é que, alcançando agora também o território do antigo Estado do Rio de Janeiro, a renda proveniente da participação nas custas, que representa cerca de 60% da receita do Instituto, elevava-se de Cr\$ 16.011,79, em fevereiro de 1975, a Cr\$ 36.580,77, em abril do mesmo ano, primeiro mês que se seguiu à fusão dos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara, mantendo-se, de então para cá, em torno desse nível.

O Instituto teve sempre papel de relevo no aperfeiçoamento do nosso Direito, desde quando, em seus primeiros anos de existência, tomou posição de vanguarda no movimento de extinção do regime de trabalho escravo, despertando, decerto, a mesma incompreensão de que são alvo os que hoje defendem a coexistência de desenvolvimento econômico, ordem e segurança, com o respeito aos direitos hu-

manos e o Estado de Direito, posto que, naquela época, os abolicionistas eram tachados de inimigos do progresso econômico do seu País, então baseado no trabalho servil, e da segurança do Império, que, segundo se apregoava, não teria meios de manter a ordem se os milhões de escravos ficassem, de uma hora para outra, livres do cativo. Nem por isso, entretanto, o Instituto desertou a luta. Ao contrário, feriu o problema, em seus debates, antecipando-se a muitas das medidas legislativas redentoras.

Os tempos hoje são outros, os problemas bem diversos, mas o caminho a seguir não é menos árduo.

O Direito, que surgiu para substituir a violência, perde terreno, a cada dia, para a brutalidade sem freios.

Os Governos de quase todas as nações, ao invés de estimularem o aprimoramento das técnicas de investigação policial incentivam ou aceitam o emprego da tortura como forma rotineira de combate à delinquência, especialmente a de natureza política.

À violência oficial, os grupos que se opõem aos Governos, acusados e sem esperança de que se lhes permita alcançar o poder pacificamente, respondem com o terror.

E os cultores do Direito assistem, impotentes, ao retorno do Homem aos tempos em que a Lei e a Justiça lutavam para substituir a violência própria do primitivismo e, o que é pior, são testemunhas de violência ainda mais terrível do que a de antanho porque a Humanidade dispõe, hoje, de sofisticada tecnologia para infligir o sofrimento e causar a morte em grande escala.

O "Relatório sobre a Tortura no Mundo" (edição Sugarco, de Milão, 1975), da Anistia Internacional, entidade privada sem coloração política, ideológica ou religiosa, com inegável autoridade porque contrária à violação dos Direitos Fundamentais do Homem parta de onde partir, seja dos países do Mundo Comunista ou do Mundo Ocidental, como Espanha e Inglaterra, seja dos países industrializados ou dos subdesenvolvidos, o "Relatório sobre a Tortura no Mundo", repito, mostra um estado de coisas que não enobrece as gerações deste final de século, de progresso tecnológico, mas de retrocesso no que concerne ao respeito à pessoa humana.

Segundo esse Relatório, baseado em cuidadosas pesquisas, a tortura é praticada, hoje em dia, na grande maioria dos países, em todos os Continentes, não havendo, apenas, dados relativos à Oceania, que não foi pesquisada. Basta dizer que em toda a América Latina, só com relação à Costa Rica não se tem notícia de torturas.

Em suas conclusões, o Relatório assinala:

"foram introduzidos em muitos países métodos sofisticados de tortura. A técnica de interrogação vem constantemente associada. Mas a tortura não vem sendo usada apenas para extorquir informações. É usada igualmente para o controle da desavença política. Frequentemente as duas principais motivações se combinam em uma só prática terrificante" (ps. 273/274).

"A responsabilidade pela tortura, todavia", continua o Relatório,

"não está mais limitada exclusivamente aos governos. Têm ocorrido denúncias de maus tratos e de brutalidades, equivalentes à tortura, contra diversos movimentos de oposição que recorrem à violência e que, de vez em quando, fazem prisioneiros ou reféns. Conquanto relativamente recente, este fenômeno é grave. Não existe reparação de qualquer espécie para a vítima. A prática favorece o aumento da violência. E, ante o confronto das forças do governo e da oposição, o indivíduo encontra-se completamente sem proteção" (p. 274).

É muito difundida, hoje em dia, a idéia de que a subversão e o terror só podem ser eficientemente combatidos por Governos fortes, desvencilhados dos freios democráticos.

Puro engano. Muito pelo contrário, o Estado autocrático tem em si mesmo o germe da subversão e do terrorismo. Os regimes ditatoriais constituem o caldo de cultura por excelência dos movimen-

tos políticos clandestinos, que só sobrevivem e têm alguma expressão se contarem com a simpatia ou a complacência de parte ponderável da população, simpatia e complacência que somente existem se, a par de outros fatores, as minorias não tiverem ao seu alcance meios legais de defesa das suas idéias e de luta pelo Poder.

Se houver liberdade, se existir democracia autêntica, a subversão será reduzida a inexpressivo grupo de desajustados, que, além de não oferecer o menor risco para a segurança do Estado, contará com a antipatia e a repulsa da quase totalidade dos cidadãos, como ocorre com relação aos criminosos comuns.

A realidade mundial mostra que nenhum País onde se pratica autêntica democracia enfrenta movimento subversivo capaz de colocar em risco a sua segurança interna. E os atos de terrorismo que neles se praticam — sem maior significado, por sinal — são, na maioria das vezes, a expressão de lutas travadas fora do seu território por nações irreconciliáveis, populações coloniais que aspiram à independência ou minorias oprimidas.

A Ciência Política, aliás, explica tal fenômeno, como Maurice Duverger ("Sociologia Política", ed. Forense, 1968) o demonstra:

"A política elimina completamente a violência física, substituindo-a por outras formas de combate: batalhas eleitorais, debates parlamentares, discussões em comissões, etc.

Os processos democráticos são, portanto, meios de expressão das lutas políticas mais moderados, mais suaves, menos brutais que a violência física. Reprovar à democracia o fato de exprimir abertamente as controvérsias, as disputas, os conflitos, é desconhecer um de seus objetivos fundamentais. Ela tende a colocar a discussão em lugar da batalha, o diálogo em lugar dos fuzis, os argumentos em lugar dos punhos, o resultado dos escrutínios em lugar da superioridade dos músculos ou das armas."

Em verdade, não apenas a eliminação do livre jogo político, também o desmedido relevo que se atribui, em muitos países, à segurança interna do Estado, é em grande parte responsável pelo clima de violência que impera no Mundo de hoje.

Discorrendo sobre o tema, o Professor Abreu Dallari, das Arca-das, escreve com grande propriedade ("O Renascer do Direito", ed. J. Bushtsky, 1976):

"Há uma concepção mais extremada, que deve ser seriamente considerada e combatida, porque inúmeros de seus adêptos, valendo-se de uma série de circunstâncias favoráveis momentaneamente conjugadas, conseguiram tomar o poder em vários Estados, praticando duas distorções, que transformam a segurança em obstáculo à preservação da dignidade humana. Em primeiro lugar, não se limitam a reconhecer na segurança um dos objetivos da ordem social, mas lhe dão a condição de objetivo supremo e primordial, ao qual todos os demais devem ficar subordinados. Além disso, concebem a segurança como um valor em si, colocado acima da Moral e do Direito, admitindo que todos os valores fundamentais da pessoa humana sejam sacrificados desde que haja segurança.

É inevitável que essa concepção, formalista e estática, que confunde segurança com "ordem mantida pela força", subverte a ordem jurídica e transforma os organismos públicos em instrumentos de coação. A partir daí, como a prática tem demonstrado, a segurança passa a ser um pretexto para a violência e os encarregados da segurança, que deveriam ser estimados e respeitados, passam a ser temidos, porque agem arbitrariamente, acima do Direito ou contra ele. Impondo-se como defensores de um valor supremo — a segurança —, não admitem qualquer limitação aos seus atos, considerando-se plenamente justificados, mesmo quando violam os direitos fundamentais da pessoa humana.

A análise mais atenta das situações em que ocorrem essas distorções leva à verificação de um paradoxo: onde se

exalta demais a segurança, invocando-a como justificativa para ações arbitrárias do governo, o povo não tem segurança, mas o governo também se sente inseguro.

Realmente, num lugar em que muitas pessoas que não cometeram qualquer crime, que exercem profissão regular e que tem residência fixa e permanente vivem temendo os organismos de segurança, é evidente que os governantes temem o povo" (p. 46/47).

Claro está que os homens do Direito, nesta Casa ou onde quer que se encontrem, não defendem nem aspiram a insegurança do Estado; batem-se eles, isto sim, pela justa medida da segurança; e, especialmente, para que a segurança não seja um fim em si mesma, mas um dentre os meios de busca da felicidade do Homem.

Evidentemente, para iniciar a superação do clima de violência que impera no Mundo, não basta que os Estados enunciem os direitos fundamentais do Homem de forma escoreita, ou subscrivam as declarações internacionais desses direitos. É mister, sobretudo, garanti-los de modo efetivo. Não basta, porém, suprimir a violação sistemática dos direitos fundamentais do Homem para que a expressão dos antagonismos pela violência seja, de pronto, eliminada. A brutalidade como forma de manifestação política só será suprimida — ou reduzida a ponto de se tornar inexpressiva — nos países onde se respirar a verdadeira democracia; onde a imprensa for efetivamente livre, sem exceções, para policiar, pela denúncia pública, os desmandos das autoridades; onde os juízes desfrutarem das garantias necessárias ao julgamento dos poderosos; onde os excessos verbais da Oposição não sejam julgados pelo Governo que ela tem o dever de fiscalizar; onde o uso da tribuna parlamentar não possa jamais envolver a condenação criminal dos congressistas nem a perda dos respectivos mandatos; onde nenhum governante detiver poder absoluto e incontestável para decidir o futuro político dos cidadãos; onde os advogados não sejam confundidos com os criminosos que lhes cabe defender; onde os torturadores sejam punidos e eliminados dos órgãos repressivos; onde nenhuma prisão ilegal possa ser subtraída ao imediato, amplo e efetivo controle judicial; onde seja lícito contestar o regime pacificamente sem receber o estigma de delinquente político; onde ninguém possa ser preso pelo simples fato de ter idéias diversas das dos governantes.

Evidentemente os que elegem a via democrática como forma ideal de convivência política não são ingênuos — como se pretende — porque não supõem ter encontrado regime isento de imperfeições. Sabem eles que a imperfeição é indissociável do ser humano e de todas as suas criações, sem qualquer exceção, não havendo porque exigir a perfeição apenas do regime democrático, como se este — e somente este — houvesse de ser isento de falhas para se tornar aceitável.

Os regimes autocráticos — sejam eles de esquerda, de direita ou de centro — têm em si, em abundância, sementes de males gravíssimos. Neles os governantes, por melhores que sejam, correm o risco de se distanciarem da realidade por falta de crítica sincera e autêntica; os desmandos das autoridades inferiores não lhes chegam aos ouvidos, em toda a sua gravidade, porque — temerosa a Imprensa, cautelosa a Oposição — a sua principal fonte de informações são os áulicos, especialistas em mostrar apenas meias verdades; a violência se espraia pelos órgãos repressivos, cujos agentes julgam possível lograr a impunidade, gerando assim mais violência.

A vantagem que os Governos ditatoriais levam sobre as democracias no combate à corrupção é, as mais das vezes, aparente. Nos países democráticos a opinião pública, a Imprensa livre e a Oposição atuam como poderosos mecanismos de combate à corrupção. Neles os corruptos e corruptores temem muito mais a sanção moral que a divulgação da negociação envolve do que as sanções civis e penais que se lhes podem impor. As democracias ocidentais estão dando eloquente exemplo desse mecanismo de

defesa social no episódio do suborno de altos funcionários por grandes empresas norte-americanas. Nos Governos fortes a punição dos corruptos depende do conhecimento dos seus atos pelos chefes imbuídos de austeridade, o que ocorre, geralmente, em pequeno número de casos dada a ausência de plena liberdade de crítica e o excessivo temor que as autoridades em geral inspiram. Esta circunstância dá, aos menos avisados, a falsa impressão de que, nos regimes autoritários, o combate à corrupção é mais eficaz do que nas democracias.

É enganoso supor que a escolha dos governantes pelo próprio povo redunde na seleção de dirigentes menos austeros do que os indicados pelas cúpulas governamentais. O *Jornal do Brasil*, em sua edição de 17 de agosto de 1975 (págs. 30, 31 e 32), quando começaram a vir à tona os deslizos dos Governos estaduais substituídos em março daquele ano, traz impressionante relato, pela sua extensão, dos fatos condenáveis apurados pelos novos governantes, nas respectivas administrações, em nada menos de 16 Estados, de norte a sul do País. Logo, não têm razão os que criticam os regimes genuinamente democráticos sob o pretexto de que o povo não sabe escolher os seus dirigentes a contento. Erro na escolha pode sempre ocorrer; é, também, decorrência das imperfeições humanas.

No plano econômico, as democracias vêm de demonstrar que podem superar as mais graves crises sem necessidade de impor restrições à liberdade dos seus súditos, enquanto alguns Governos fortes, sem embargo da enorme gama de poderes que detêm, continuam a braços com gravíssimos problemas de recessão e inflação.

Mas, se tanto os regimes autocráticos como os democráticos têm defeitos, estes últimos levam sobre aqueles uma vantagem incomensurável em ponto que, para os cultores do Direito, é mais importante do que qualquer outro: a tranquilidade que transmitem ao cidadão quanto à sua vida e integridade física. Neles qualquer pessoa pode ir dormir sem o sobresalto de ser preso durante o sono, independentemente de ordem escrita de autoridade responsável e sem a segurança de que a sua vida e a sua integridade serão respeitadas.

Nenhum país democrático poderia ser, jamais, palco dos sangrentos expurgos havidos na Rússia stalinista, somente descobertos em toda a sua dramática extensão quando os seus autores foram apeados do poder e postos em desgraça. Em nenhum país democrático os governantes ousariam internar os seus antagonistas políticos em hospitais psiquiátricos, pelo só fato de terem idéias diferentes das suas, como o fazem os governantes soviéticos de hoje, se não sanguinários, tão desumanos como os seus antecessores do após guerra.

Dirão, decerto, os adversários do liberalismo político, que não se confunde com o liberalismo econômico, que não se pode pretender para o Brasil instituições somente compatíveis com países nos quais o nível econômico, cultural e social é incomparavelmente superior ao nosso.

Não temos, porém, porque admitir a nossa inferioridade em relação às Nações mais adiantadas politicamente. Até porque nenhuma delas chegou ao ponto em que atualmente se encontra sem trilhar o difícil caminho do aperfeiçoamento das suas instituições democráticas. Assim como não se pode aprender a nadar antes de entrar na água, nenhum povo pode pretender assimilar a democracia sem praticá-la, com avanços e recuos, erros e omissões, mas independentemente da tutela de quem quer que seja. A História mostra que não há outra via para se atingir a plenitude democrática se não essa.

Os tutores dos povos, sejam eles estrangeiros ou nacionais, querendo evitar-lhes os erros, apenas conseguem prolongar a sua imaturidade política e, com ela, os erros que sonharam erradicar, como o Portugal de hoje o demonstra.

A História mostra, por outro lado, que não basta o progresso econômico e cultural para que um povo passa viver democraticamente. O povo russo, apesar do progresso que conheceu nas últimas décadas, vive sob ferrenha ditadura porque jamais lhe foi dado aprender o jogo democrático pelo seu livre exercício.

O povo brasileiro, ao contrário de outras nações tem inegável vocação democrática, como já o demonstrou em várias fases da sua História. Basta referir, para somente aludir ao que se passou um século atrás, que aos contestadores do regime monárquico, no final do segundo reinado, foi dado formar um partido republicano, sob cuja bandeira puderam disputar eleições, mandar representantes ao parlamento e pregar suas idéias, pela Imprensa, em comícios e da tribuna parlamentar.

O povo brasileiro compreendeu, já naquela época, que os contestadores que não recorrem ao uso das armas têm uma função social relevante a desempenhar, pela crítica ao regime — e não apenas ao Governo — contribuindo, assim, para o seu aperfeiçoamento ou, até mesmo, para a sua substituição pacífica por outro, mais de acordo com as aspirações populares.

Compreenderam as elites políticas da época que nenhum regime com respaldo popular tem por que temer a contestação, sendo preferível a discussão aberta com os contestadores do que a conspiração destes.

Respeitou-se, já naquele tempo, a liberdade de imprensa, apesar dos frequentes, veementes e, muitas vezes, injustos ataques à pessoa do Imperador. Este, verdadeiramente um estadista, dizia sobre a imprensa, na carta que dirigiu à filha prestes a assumir a regência:

"Entendo que se deve permitir toda a liberdade nestas manifestações quando não se dê perturbação da tranquilidade pública, pois as doutrinas expendidas nessas manifestações pacíficas ou se combatem por seu excesso ou por meios semelhantes menos no excesso".

E acrescentava em magnífica lição de tolerância política:

"Os ataques ao Imperador, quando ele tem consciência de haver procurado proceder bem, não devem ser considerados pessoais, mas apenas manejo ou desabafo partidário".

Em várias outras oportunidades o povo brasileiro tem demonstrado sua vocação democrática, seu amor à liberdade e sua capacidade de conduzir-se satisfatoriamente dentro das regras do livre jogo político, sem prejuízo do seu progresso econômico e social e da plena segurança do Estado. Admitidas as deficiências naturais de todo e qualquer regime político, não há por que negar-lhe os atributos necessários à prática da democracia, como comumente se faz, sob todo e qualquer pretexto.

Agora mesmo, e a todo instante, os adversários da democracia representativa, no Brasil, têm dado desmesurado relevo às fraquezas da nossa classe política, com o evidente propósito de demonstrar a sua inaptidão para o comando da vida nacional. Paralelamente critica-se o Poder Legislativo pela sua inoperância no campo da elaboração das leis e pelo seu elevado custo.

Todos sabemos, entretanto, que em qualquer classe é possível encontrar defeitos e virtudes. A classe política brasileira não é melhor nem pior do que qualquer outra, embora tenha, como é lógico, as deformações próprias da sua atividade, como todas as demais classes as têm. A verdade é que todas as áreas da sociedade brasileira, se submetidas à mesma espécie de ação deletéria, deixarão à mostra suas deficiências.

Todos sabemos, também, que o Poder Legislativo não cumpre sua função social apenas quando elabora leis em quantidade. Ao fiscalizar o Executivo, impedindo-lhe, assim, a prática de excesso e desvios, o Poder Legislativo justifica sua existência e retribui, com vantagem, o gasto que a sociedade faz para mantê-lo.

Não basta que nós o saibamos, porém. O problema é muito grave. A campanha insidiosa, o enfoque propositadamente unilateral dos defeitos da nossa classe política, e somente os dela, bem como da inoperância legislativa dos nossos Paramentos, aliado à idéia de que aos jovens não é dado fazer política nas Universidades, pode causar males irreversíveis à sociedade brasileira, afastando da carreira política de melhores valores das novas gerações e, assim, levando o

País à crise de lideranças tão séria como a que atinge, atualmente, o admirável povo argentino.

Os profissionais do Direito, mas não apenas eles, também os políticos, especialmente os políticos, têm o dever de mostrar o erro que se está cometendo com os olhos voltados apenas para o presente, em detrimento do futuro da Nação brasileira.

Este Instituto jamais traiu os ideais democráticos dos seus fundadores. Continuará a cumprir, espero em Deus, a sua missão de colaborar com a comunidade brasileira, no plano estrito das idéias e do debate científico, pelo aperfeiçoamento das suas instituições jurídicas e políticas. A sua força é apenas moral, mas a sua autoridade imensa.

Muitos são, todavia, os problemas que estão a exigir a atenção do Instituto.

O Direito, que vive em permanente processo de mutação, atravessa fases em que esse processo sofre vertiginosa aceleração, provocada por fatores diversos, como o progresso tecnológico, o crescimento econômico, a explosão demográfica, as mudanças sociais, o desenvolvimento cultural, o intercâmbio mais intenso de idéias, etc.

O Mundo inteiro e o Brasil, em particular, atravessam atualmente, uma dessas fases, que alguns identificam como de crise do Direito e outros como de vitalidade dele.

Tenho para mim que o processo de rejuvenescimento da tese jurídica, mesmo quando febril, é demonstração de vitalidade e não de crise do Direito: embora seja ele sempre encarado como crítico pelos pessimistas e pelos que enxergam no Direito apenas um instrumento de manutenção, tanto quanto possível, de velhas estruturas.

O Instituto há de se fazer ouvir, estou certo, como ocorreu em inúmeras oportunidades, ao longo de sua história, sobre as reformas dos Códigos Civil, Penal e de Processo Penal, da Lei de Sociedades por Ações — fundamental para o sadio crescimento e a democratização da economia nacional — bem como sobre a edição de normas disciplinadoras do Uso do Solo — indispensável à salvação das grandes metrópoles brasileiras — cuja sorte está entregue à especulação desenfreada dos economicamente poderosos.

Dentre todas as reformas em estudos, entretanto, uma há de merecer a especial atenção do Instituto pela magnitude da obra a empreender e pela importância dos seus efeitos para a sociedade brasileira: a do Poder Judiciário.

O clamor constante dos Advogados brasileiros pela reforma do Judiciário fez-se ouvir, finalmente. Mas — é curioso notar — neste exato momento, talvez em razão da posição marcadamente liberal da classe, não se cuidou de auscultar as opiniões e idéias daqueles que melhor conhecem o funcionamento, as virtudes, deficiências e defeitos da Justiça.

A necessidade da reforma, há muito sentida e proclamada pelos Advogados, que atuam como elo de ligação entre o povo e os órgãos jurisdicionais, é hoje reconhecida por Magistrados, Governo, Políticos, Empresários e opinião pública em geral.

O esclerosamento do Judiciário chegou a tal ponto que, hoje em dia, praticamente nenhum assunto de importância vital para a Nação é resolvido no recinto dos Tribunais, que, salvo raríssimas exceções, limitam sua atuação a casos de rotina, como o despejo de modestos inquilinos, a execução de devedores em dificuldades, a falência de pequenos comerciantes, o pagamento de indenizações por acidentes de trânsito e o julgamento de humildes delinquentes.

Os grandes problemas do País, os que interferem com a vida de parcelas ponderáveis da população, como — para citar apenas um — a inviabilidade econômica de macroempresas, são discutidos e decididos nas agências governamentais, nos gabinetes ministeriais, nas sedes das empresas e nos escritórios de advocacia.

A falência, hoje em dia, só atinge os modestos comerciantes; os grandes agrupamentos empresariais, quando atravessam problemas econômicos insolúveis, são alvo de liquidações extrajudiciais ou intervenções governamentais veladas; resolvem-se, muitas vezes, pela

venda mais do que aconselhada, praticamente imposta pelo Estado todo-poderoso, processo que quase sempre conduz às comuníssimas concentrações empresariais, realizadas como verdadeira reação em cadeia. Dir-se-á — e é verdade — que o problema é de obsolescência do instituto da falência. Mas nenhum processo judicial realmente sério e eficaz poderá ser implantado, com vistas à solução das dificuldades econômicas das empresas comerciais e industriais, sem distinção entre as grandes e as pequenas, enquanto o Poder Judiciário padecer dos males que atualmente o afligem.

Os agentes governamentais, à medida em que a legislação evolui, procuram, cada vez mais, escudar-se atrás de competências discricionárias, furtando-se, assim, à discussão judicial dos seus atos, tendência que a sociedade em geral aceita por perceber a ineficácia dessa discussão.

Os empresários, como forma de fuga ao tormento da discussão judicial das suas divergências, apela, quase invariavelmente, para as soluções negociadas, ainda que onerosas, ou, quando não são elas possíveis, para as arbitragens.

E os particulares em geral às vezes submetem-se a acordos que se constituem em verdadeiras extorsões com temor dos percalços que teriam de enfrentar em uma demanda judicial.

Nós, advogados, cuja atividade repousa fundamentalmente na fé que a Justiça a todos deve inspirar, a tudo assistimos contristados e apreensivos. E tememos, sobretudo, que, agora que a necessidade da reforma amadureceu no espírito de todos, o esforço apenas conduza a uma meia reforma, a uma transação entre o passado e o presente, sem consideração do futuro, a paliativos que apenas encobrem e adiam os problemas reais.

De anos para cá todas as medidas relacionadas com o funcionamento do Judiciário, visando o seu desafogo, tem repousado, quase que invariavelmente, na redução dos direitos dos cidadãos à proteção jurisdicional. Entre estas podem ser citadas a supressão do recurso ordinário para o Supremo Tribunal nos mandados de segurança; e as restrições impostas ao cabimento do recurso extraordinário em causas de pequeno valor ou relativas a determinadas matérias ou espécies de processos.

Todos nós reconhecemos que é preciso reduzir a carga insuportável que atualmente recai sobre o Supremo Tribunal, sob pena de não lhe ser possível desempenhar as missões mais importantes que a Nação brasileira lhe confiou. Entretanto, a forma, única ou ideal, de reduzir essa carga não é, como a muitos parece, a supressão pura e simples de alguns direitos que a Nação conquistou e que são, para ela, de extrema importância. A competência do Supremo Tribunal pode, em muitos casos, ser atribuída a outros Tribunais Superiores, como ocorreu, aliás, com sucesso, no âmbito das Justiças do Trabalho e Eleitoral.

A criação de tribunais superiores de Justiça com a atribuição, a eles, de parte das atuais funções da Suprema Corte, oferece a vantagem de permitir a especialização dos seus membros, com melhoria nos padrões de julgamento, aumento de produtividade e redução a um mínimo das divergências jurisprudenciais. A instituição de Tribunais Superiores de Justiça cível, criminal, fiscal, etc., intercalados, na estrutura do Poder Judiciário, entre as Cortes estaduais e federais de segundo grau, ensinaria, ao lado do descongestionamento do Supremo Tribunal, o restabelecimento das vias recentemente fechadas à ampla defesa dos direitos dos cidadãos, sem qualquer prejuízo para a celeridade e a qualidade dos julgamentos. A distribuição da competência entre os Tribunais Superiores em razão da matéria, aliada, quando indispensável, à divisão fundada no critério territorial, permitiria manter estes órgãos permanentemente descongestionados, em condições, portanto, de prestar justiça boa e rápida.

O desdobramento do Tribunal de 2º grau da Justiça Federal comum em várias Cortes, distribuídas pelo Território Nacional, especializadas em determinadas matérias, é solução que quase todos aceitam como inadiável, a fim de que os que litigam com a União não tenham de esperar às vezes 5 anos ou mais, como atualmente acontece, pelo julgamento das suas ações em grau de recurso. O au-

mento do número de Ministros do Tribunal Federal de Recursos, com a especialização das suas Turmas, é solução para muito pouco tempo. O relatório do seu Presidente relativo ao ano de 1975, lido na sessão de abertura das atividades da Corte em 1976, mostra que, recebidos 8.357 processos no ano, o Tribunal conseguiu, mercê do enorme esforço dos seus Juizes, julgar 6.859 feitos e publicar 6.245 acórdãos; vale dizer, o Tribunal logrou ultimar a prestação jurisdicional que dele se esperava, pela publicação dos seus acórdãos, em número de processos que representa menos de 75% (74, 73%, aproximadamente) dos casos a ele submetidos. Logo, a cada 4 anos, desprezado o crescimento vegetativo do volume de serviço, o Tribunal acumula um ano de atraso! Isto será tanto mais grave se se considerar que aquela Corte atravessa uma das melhores fases da sua história pela qualidade e operosidade dos seus Ministros.

Enquanto isto ocorre, parece evidente que só a Capital de São Paulo, por exemplo, mereceria um Tribunal federal de razoável dimensão, para julgar, em segundo grau de jurisdição, questões de natureza tributária.

A Justiça Federal de primeira instância, com pouco mais de 10 anos de existência, apresenta acúmulo de serviço verdadeiramente assustador, em que pese o esforço da grande maioria dos seus Juizes, aguardando as partes, muitas vezes, dois, três ou mais anos pelo julgamento de suas ações. A redução da competência dessa Justiça, que não tem porque julgar, por exemplo, "as questões de direito marítimo e de navegação" e as ações trabalhistas em que a União e seus desmembramentos se virem envolvidos; a redução da sua competência — repito — a criação de varas em número suficiente e a sua especialização, são providências que todos há muito enxergam e aconselham.

Os Estados, por sua vez, precisam ter maior flexibilidade na organização da sua Justiça, a fim de que todos eles, dos menores aos maiores, como Rio de Janeiro e São Paulo, não tenham de manter a mesmíssima estrutura, com a só diferença de contarem, alguns, com Tribunais de Alçada. Os grandes Estados precisam ter Tribunais Superiores, com número reduzido de Juizes e funções predominantemente constitucionais e corregedoras, que velem pelo funcionamento regular do Poder Judiciário estadual, pela constitucionalidade das suas leis e das dos seus municípios pela uniformidade da jurisprudência das suas Cortes de 2º grau, etc.

Os Tribunais excessivamente numerosos, como os do Rio e São Paulo, são, quando reunidos em sessões plenárias, morosos e onerosos.

É mister, além disso, que nos grandes centros urbanos haja Cortes distritais em condições de resolver, em poucas horas, e logo que surja, em processo todo ele oral, registrado para fins de recurso ou rescisão, apenas em fitas magnéticas, questões com aspectos ao mesmo tempo civis e penais, como as decorrentes de acidentes de trânsito, evitando-se a formação de dois ou mais processos, que irão tramitar durante meses a fio, com desnecessária perda de tempo e dinheiro pela Justiça, partes e advogados.

Não se quer dizer, entretanto, que o desdobramento dos atuais órgãos do Poder Judiciário e a criação de novas Cortes, signifique, por si só, a concretização da reforma tão desejada.

Há inúmeros outros pontos que precisam ser atacados, como a forma de recrutamento dos Juizes, a sua remuneração condigna, a sua responsabilização, civil e disciplinar, pelos atos que praticarem com incúria ou eivados de favoritismo, a burocratização dos cartórios, que produziu frutos excelentes no âmbito da Justiça do Trabalho, a remoção dos servidores irrecuperáveis, que não possam ser expurgados, para outros setores da Administração Pública, onde serão, certamente, menos nocivos à sociedade, e a modernização dos meios materiais postos ao alcance dos órgãos jurisdicionais.

Em centros urbanos de grandes dimensões, nos quais centenas de milhares de ações são ajuizadas diariamente, o Judiciário não mais pode prescindir da computação eletrônica, sob pena de se tornar inviável até mesmo o simples controle da massa de papéis que tramita em suas repartições. A massificação do Direito é fenômeno

que não pode continuar ignorado por muito tempo mais, sob pena de gravíssimo colapso em setor vital da sociedade.

É indispensável que as partes arquem com os ônus da atividade jurisdicional desnecessária, indenizando o vencido, de forma efetiva, as despesas da ação travada inutilmente e do recurso sem possibilidades de sucesso. O sistema atual, face, inclusive, à avareza dos Juizes na fixação da verba honorária, estimula a discussão estéril, o recurso procrastinatório. É preciso que a cada instância corresponda uma verba honorária independente, de tal forma que o vencido só venha a recorrer quando estiver convencido de que tem, de fato, condições de obter sucesso.

Não se pense, porém, jamais, em eliminar a figura do advogado dos pleitos judiciais, quaisquer que sejam eles. O *hátonnier* Gelson Fonseca, no último grande serviço que prestou à classe dos advogados e à Nação, demonstrou que é grave erro pensar que o contato direto das partes com os Juizes constitui fórmula capaz de simplificar o funcionamento da Justiça. Ao contrário, a apresentação de pretensões inviáveis ou de forma inadequada, obscura, repetitiva; o oferecimento de prova desnecessária e a não produção de prova indispensável; a insistência inútil e a não interposição de recursos cabíveis, de parte o prejuízo que trarão aos que recorrerem pessoalmente ao Judiciário, tornarão o trabalho dos Juizes maior e mais penoso, contribuindo para agravar o congestionamento dos órgãos jurisdicionais.

Contribuindo para que a reforma do Poder Judiciário seja a melhor possível, este Instituto estará colaborando, como de sua tradição, para o aperfeiçoamento dos mais importantes valores da nossa sociedade, pois sem uma Justiça capaz, atuante, eficiente e respeitada, não pode haver liberdade, democracia autêntica e respeito integral aos direitos fundamentais do Homem.

Há, finalmente, outro ponto de magna importância para a comunidade brasileira ao qual o Instituto há de voltar sua atenção: a independência da brava Ordem dos Advogados. Quando os Advogados defendem a autonomia da Ordem não são movidos pelos interesses particulares de sua classe, mas de toda a Nação. Mais importante do que a independência dos Juizes é, sem dúvida, a independência dos Advogados. É preciso que todos entendam que no dia em que os Advogados forem submetidos à autoridade estatal, absolutamente incompatível com a natureza da sua atividade, a Nação terá perdido instrumento imprescindível à distribuição correta da Justiça, à luta pela liberdade e pelos Direitos Fundamentais do Homem e, sobretudo, à segurança de que ela carece para viver e desenvolver-se em paz."

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Item 2:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 227, de 1976, do Senhor Senador Nelson Carneiro, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, de entrevista do Professor Zeferino Vaz, Reitor da Universidade Estadual de Campinas, no Estado de São Paulo.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado. Será feita a transcrição solicitada.

É A SEGUINTE A ENTREVISTA DO PROFESSOR ZEFERINO VAZ:

A PROBLEMÁTICA DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

Prof. Zeferino Vaz

Reitor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

SÃO PAULO — A universidade, como ninguém ignora, é o viço em que se formam os dirigentes da Nação. Como tal, há de cultivar, entre mestres e alunos, o conceito de que sua finalidade básica é pôr a serviço da pátria e da civilização as técnicas e conhe-

cimentos que a cultura elaborou, coordenando as atividades criadoras e divulgando os pensamentos estéticos e ideológicos. A universidade não pode dedicar-se apenas ao ensino profissional, à investigação científica e ao conhecimento da filosofia e da estética. No conjunto heterogêneo dos cursos que a compõem ela há de criar uma unidade espiritual, através da cultura de orientação humanista, dirigindo a formação da personalidade de seus alunos no sentido de criar neles uma consciência nacional, assim como para o enaltecimento dos valores morais que se oponham à crescente mecanização do espírito e ao utilitarismo frenético de nossos dias.

Os objetivos da universidade podem ser assim resumidos: formação de profissionais ética e cientificamente preparados, para atendimento das necessidades do País; promover os conhecimentos humanos através da investigação original nas ciências, nas artes e na filosofia; equacionar e procurar resolver os problemas da coletividade; incutir em seus alunos uma consciência ética, valorizando os ideais, de ciência, de pátria e de humanidade, bem como o espírito de que, dentro da variedade dos conhecimentos humanos, o que se busca é o bem-estar espiritual, físico e social do homem.

Há crença generalizada de que a universidade brasileira não tem conseguido cumprir esses objetivos, nem mesmo quanto à quantidade de profissionais. Certamente temos motivos sobejos para envaidecer-nos de muitos cientistas brasileiros que, nas universidades, vêm contribuindo, pela investigação científica original, para o progresso da ciência. Havemos de envaidecer-nos, também, da qualidade do ensino ministrado em algumas faculdades, sobretudo de Medicina. Os cientistas autênticos são, porém, muito poucos em relação às enormes demandas da Nação, assim como poucas são as faculdades realmente boas entre as centenas existentes. A verdade é que prevalece a inicial afirmativa do precário rendimento de nossas universidades.

Evidências das Doenças Universitárias.

1. No que se refere às profissões clássicas, formam-se insuficientes profissionais em quase todas as categorias para o atendimento das presentes necessidades da Nação.

2. O ensino das ciências biológicas básicas e de seus ramos é tratado como se ainda mantivessem o *status* de ciências descritivas, alicerçadas apenas em conhecimentos morfológicos, ignorando-se o tremendo impacto de conhecimentos científicos adquiridos nos últimos 30 anos. Esses conhecimentos novos que subverteram os alicerces científicos das ciências biológicas resultaram da utilização de poderosos instrumentos físicos, que tornam possível a medida dos fenômenos biológicos. Pode-se hoje detectar e medir as transformações químicas que se passam na intimidade das células, assim como medimos as manifestações energéticas, resultantes dessas transformações químicas. Isso significou a introdução do número e da linguagem matemática para a descrição quantitativa e precisa dos fenômenos biológicos. Bem poucos, porém, se dão conta de que a quantificação dos fenômenos biológicos significou autêntica revolução do saber, perfeitamente comparável à promovida por Galileu, quando introduziu a quantificação dos fenômenos físicos, criando para isso instrumentos adequados. Galileu Galilei substituiu o método do pensamento humano desenvolvido pelos gregos, de submeter o raciocínio dos fatos do mundo exterior e interior do homem pela verificação experimental de hipóteses plausíveis nas ciências físicas experimentais.

Essa dificuldade de incorporação de novos conhecimentos ainda é mais acentuada no ensino das ciências humanas, ainda tratadas como ciências especulativas de mero raciocínio mental, ignorando-se as imensas repercussões que o progresso das ciências biológicas acarretou sobre elas. A psicologia humana é destrutada nas nossas Universidades quando ninguém, em país civilizado, nega mais o profundo significado dos fatores psíquicos no comportamento do homem e da sociedade, assim como no desenvolvimento das mais sérias doenças que nos afetam na era moderna. Enquanto isso ocorre entre nós, em algumas Universidades européias e norte-americanas,

a Matemática, através da teoria dos conjuntos, já se tornou uma espécie de gramática geral das Ciências Humanas, aí incluído o Direito. A quantificação do fenômeno social é a última e mais recente conquista do pensamento humano desde o sucesso da aplicação da teoria dos conjuntos no estudo da Lingüística. De tudo quanto foi exposto, é fácil concluir que os profissionais diplomados em nossas Universidades não somente são em número que não atende às necessidades sociais como também não são preparados para a utilização dos conhecimentos científicos modernos.

3. As Universidades não atendem nem remotamente à demanda de professores secundários para os ginásios e colégios instalados no Brasil.

4. As Universidades não criam novos cursos para as profissões surgidas em consequência do desenvolvimento científico e tecnológico. Limitam-se às 20 ou 30 profissões clássicas. Exemplos: a inexistência de cursos normais de bacharelato para a produção de esteticistas, planejadores, engenheiros tecnólogos de alimentos e em ciências de computação, principalmente.

5. As Universidades isolam-se do ambiente e se alheiam da realidade sócio-econômica e cultural à sua volta. É quase total a falta de entrosamento com as indústrias e com a agricultura, para conhecê-las os problemas e procurar dar soluções adequadas. Como resultado, gastamos quantias imensas em pagamentos de royalties.

Muitos problemas foram resolvidos por Institutos não integrantes de Universidades como o Oswaldo Cruz, o Butantã, o Biológico, o Agrônomo de Campinas, o Adolfo Lutz.

6. O crescimento das Universidades faz-se pela criação de novas Faculdades individualizadas, ao sabor de interesses pessoais e de prestígios momentâneos, sem qualquer planejamento prévio.

7. Registre-se também a notória deficiência de produção de pensamento original, através da pesquisa, e de formação de pesquisadores de alto nível.

Deficiências de recursos

A grande maioria dos que procuram explicar as causas do fracasso da Universidade no cumprimento de seus objetivos aponta monotonamente uma causa: a insuficiência de recursos financeiros que lhe destinam os Governos, por incompreensão dos altos objetivos da educação superior. O argumento monocórdio é que o ensino e a pesquisa científica não podem melhorar no Brasil pela carência de recursos materiais e o grande culpado seria o Governo que não percebe que a educação e a pesquisa científica representam os melhores investimentos da Nação.

A escassez de recursos é verdadeira. Mas convém ter em mente que escassez é para todas as atividades na Nação e trata-se de uma consequência natural, inexorável, do subdesenvolvimento, não se tratando, portanto, de fenômeno específico que só ocorre na universidade. Acredito ser chegado o momento de aceitarmos a inelutabilidade da carência de recursos como fenômeno natural do subdesenvolvimento e não como atitude de incompreensão e hostilidade de governantes. Se quisermos ser objetivos, impõe-se que deixemos um pouco em paz o Governo como bode expiatório e responsável pelo fracasso da universidade, voltando-nos para nossas próprias consciências, fazendo a seguinte pergunta: as universidades brasileiras teriam aplicado, adequadamente, os escassos recursos postos à sua disposição pelos Governos de uma Nação pobre? Na realidade, elas têm malbaratado esses recursos, aplicando-os inadequadamente e com baixa rentabilidade.

Causas principais das disfunções

O culto do monumental, através da construção de edifícios grandiosos e de fachadas imponentes, tem caracterizado a implantação física de muitas universidades brasileiras. Constroem-se, como na Ilha do Fundão no Rio e em Recife, gigantescos hospitais universitários de clínicas, cheios de mármore e caixilhos de alumínio e às vezes eles nem podem ser concluídos por falta de recursos ou, quan-

do concluídos, já não sobra mais dinheiro que chegue para equipá-los, ficando abandonados. O exemplo do Hospital de Sobradinho, simples e eficiente, utilizado pela Universidade de Brasília, deveria ser seguido por outras universidades. Ocorre-me também o exemplo da Universidade do Pará, cujas construções são padrão de sobriedade e de eficiência, obtendo os indispensáveis efeitos estéticos através de belezas naturais da flora brasileira. Mas, apesar das exceções honrosas, havemos de reconhecer que a estrutura arcaica, fragmentária, estática e essencialmente individualista, torna-as pouco capazes de incorporar dinamicamente as conquistas da ciência e espiritualmente são despreparadas para utilizar adequadamente os poucos recursos financeiros postos à sua disposição. Constroem-se edifícios imensos para laboratórios, com a preocupação da beleza arquitetônica à custa de enormes espaços perdidos e de acabamentos de alto padrão. O famoso Minhocão, de Brasília, tem 750 metros de fachada, 150 mil metros de área construída de que são aproveitados apenas 42% do espaço.

Mármore, fachadas, lambris, aço inoxidável e espaços perdidos não melhoram o tratamento dos pacientes dos hospitais nem elevam o nível da pesquisa nos laboratórios. Conhecendo a maioria das universidades do mundo ocidental, posso afirmar que em nenhuma delas pude ver os requintes de monumentalidade e o delírio de grandiosidade que se observam em algumas universidades brasileiras. Quem viu os laboratórios de Severo Ochoa, Prêmio Nobel, na New York State University, de paredes de tijolo concretado, sem qualquer revestimento, simplesmente pintados de cal, com as canalizações a descoberto, mas dotados de equipamentos os mais modernos, não pode compreender esse nosso vício. Os países ricos aplicam seus dinheiros adequadamente em material humano, equipamentos, bibliotecas e biotérios e os edifícios estão no último degrau da escala de prioridade. Entre nós, quase sempre, estão em primeiro lugar. As fachadas imponentes servem, em geral, apenas, para esconder as deficiências dos recursos humanos, de instrumental e de bibliotecas.

Outra forma de desperdício consiste na aquisição de alguns aparelhos caríssimos, de última moda, apenas para mostrar às visitas. É impressionante o número de microscópios eletrônicos utilizados precariamente no Brasil, alguns tão virgens de uso como no dia em que foram comprados. Muitos milhões de dólares em equipamentos científicos estão ainda encaixotados em corredores e alguns já até deteriorados.

A necessidade imperiosa desses poderosos instrumentos de trabalho e seu alto rendimento científico são negáveis, mas a primeira condição para adquiri-los é a existência de homens capazes de utilizá-los e de conservá-los. Na verdade, enquanto muitos equipamentos dormem nas mesas dos laboratórios, alguns cientistas brasileiros de alto padrão lutam desesperadamente para conseguir aparelhos ou até revistas científicas, gastando tempo e energia com pouco resultado. A impressão de quem observa o panorama universitário brasileiro é a de que a atitude espiritual da casa-grande dos senhores de engenho transferiu-se para as universidades como consequência da mentalidade aristocrática que caracteriza a maioria dos professores universitários.

Mediocridade e rotina

Uma larga vivência, de 40 anos de exercício da cátedra e de 26 anos como membro do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo, acrescidos de oito anos de trabalho em institutos de pesquisa de alto nível como é o Instituto Biológico, deram-me um razoável conhecimento da patologia de nossas instituições culturais. Já escrevi, de outra feita, que assisti ao esplendor, à estagnação e à decadência de várias delas e me convenci de que quase tudo derivou da transigência com a mediocridade. A causa básica da decadência foi sempre a mesma: o afrouxamento dos critérios de seleção de valores, a consequente admissão de medíocres nos quadros docentes e o sentimentalismo fácil que impede a eliminação dos incapazes. É muito cômodo, mas criminoso, ostentar falsa bondade à custa do

dinheiro público e do futuro da ciência. Poucos se dão conta do imenso perigo que correm as universidades, admitindo incapazes como docentes. Nada resiste à mediocridade destruidora e nada é tão unido como um grupo de médiocres para combater e destruir o talento. Nada é tão contagiante como a inércia e a rotina e nada supera a capacidade de intriga dos espíritos mediocres, os quais por vezes, e com diabólica esperteza, se escondem sob as máscaras da humildade, da subserviência, da meia-ciência e da falsa ciência.

Os ardis da meia-ciência, isto é, dos que escrevem com ares de ciência, foram analisados, com grande sabedoria, por um dos brasileiros que mais sofreram a guerra implacável que lhe moveram falsos cientistas: o grande e inolvidável mestre Henrique da Rocha Lima. O seu trabalho *Vicissitudes da Vida Científica* deveria ser lido por todos quantos lutam pelo progresso das ciências em nossa pátria.

Os cultores da meia-ciência são os mais assíduos frequentadores das antecâmaras dos governantes e da redação dos jornais. Publicam numerosos e polpidos trabalhos, vazios de conteúdo original, simples compilações, anunciados, porém, e trombeteados pelos jornais, trabalhos que, aliás, ninguém lê em virtude da doença que infelicitava a maioria dos brasileiros e que o pranteado cientista César Pinto denominou de *Gutenbergofobia*, ou fobia da leitura.

Quando me perguntam qual o fator primordial da rapidez com que a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e a Unicamp se impuseram ao mundo científico, a resposta é simples, clara e incisiva: foi a seleção cuidadosa dos professores, dentre homens de alta dignidade científica e ética. Nisso pus toda a minha alma, pois bem sabia que, sem homens capazes, de nada adiantariam planos, estruturas e regulamentos, por mais modernos que fossem. Em Ribeirão Preto, por exemplo, os prédios eram velhos e haviam servido a uma Escola Prática de Agricultura.

A eterna luta das forças destruidoras da mediocridade, da rotina e da inveja, contra as do talento, da insatisfação e do idealismo ocorre nas universidades brasileiras em escala impressionante. Os poucos homens de talento e de ideal, existentes em todas as nossas instituições culturais, lutam desesperadamente para sobreviver e desperdiçam o melhor de suas capacidades para defender-se da conspiração das forças destrutivas. Muitos não resistem e abandonam o País, atraídos por convites de renomadas universidades estrangeiras, caçadoras de talento.

Fuga da realidade

Já disse do isolamento em que se mantém a universidade brasileira, em relação aos fatores da produção industrial e agropecuária e aos problemas da saúde do homem brasileiro. Repito que as grandes contribuições brasileiras, para o incremento da produção agrícola e animal e para a saúde humana, partiram, quase todas, de alguns grandes institutos de pesquisa extra-universitários. As universidades muito pouco produziram e o que fizeram foi em relação à patologia humana.

Exemplo característico do alheamento das universidades em relação à realidade social é o não prestar qualquer atenção à importantíssima questão da qualidade do ensino secundário em nosso país.

Todos nós universitários gritamos, a uma voz, que o ensino secundário não vale nada, que os candidatos à universidade chegam totalmente despreparados e, após tanto gritar, descansamos tranquilos com nossas consciências. Olvidamos que a universidade compete melhorar o ensino secundário e que este só se aperfeiçoa em função da qualidade de seus professores e, por fim, cabe exclusivamente às universidades a tarefa de formar esses professores em número e qualidade adequados.

Nesse, como em outros problemas, precisamos assumir atitudes construtivas, não nos limitando à cômoda posição de atribuir a outrem todas as culpas e indagando de nós mesmos o que devemos fazer para corrigir situações erradas.

A terapêutica

Uma longa e sofrida experiência de 40 anos de atividade científica e de exercício da cátedra universitária, sempre em regime de tempo integral, acrescida da vivência da implantação e da direção de faculdades e universidades, e o conhecimento, delas derivado, da problemática da educação superior no Brasil e fora dele, levaram-me à convicção profunda de que na raiz de todas as nossas múltiplas deficiências está o despreparo do corpo docente da maioria das instituições universitárias brasileiras.

Tudo decorreu da necessidade social imperiosa de criação, em poucos anos, de numerosas universidades e institutos isolados de ensino superior, sem que dispuséssemos de cientistas docentes qualificados, sobretudo para as disciplinas básicas.

Se a causa fundamental é essa, só há um meio de corrigi-la, ainda que demorado e de alto custo: preparar através de cursos de pós-graduação, realmente qualificados, jovens professores capacitados a assimilar e a transmitir aos estudantes o tremendo impacto de conhecimentos científicos adquiridos sobretudo nos últimos 30 anos; conhecimentos que balançaram os alicerces das ciências exatas, biológicas e humanas.

Mas os cursos de pós-graduação de pouco ou nada valem se se limitarem à ministração de aulas teóricas e práticas, mesmo em nível mais profundo, de disciplinas já estudadas nos cursos de graduação. Se os estudantes não forem obrigados a também participar de programas de pesquisa científica original, aprendendo por experiência própria e sob a direção de cientistas experimentados, a severa metodologia da investigação científica, é certo que não alcançaremos o objetivo de formar autênticos docentes.

Conseqüentemente, somente instituições que contenham cientistas de alto valor comprovado pela publicação de trabalhos originais têm a capacidade e o direito de criar e ministrar cursos de pós-graduação e somente a elas devem ser alocados os recursos que a Nação, em boa hora, entendeu de destinar a tão sério objetivo.

Essas observações, aparentemente óbvias, decorrem do fato de que assisto, altamente preocupado, a proliferação de numerosos cursos chamados de pós-graduação em muitas instituições universitárias públicas ou privadas cujo corpo docente não está sequer preparado para os cursos de graduação em nível aceitável.

Atualização

A nossa geração tem o privilégio de viver numa era de fascinantes descobertas, sobretudo nas últimas quatro décadas, que avançam os horizontes do conhecimento, a ponto de permitir ao homem pôr ao seu serviço as forças mais profundas da natureza, pela fissão ou pela fusão do átomo. Conseguimos o domínio do tempo e do espaço pelo incrível aumento da velocidade dos meios de comunicação e de transporte e, como acentua o filósofo Weichsel, vivemos na era do máximo domínio do homem, mas, também o de sua máxima dependência.

As maravilhosas descobertas da Física e da Química, a penetração nos mecanismos e forças da alma humana, tornada possível pela Psicanálise, e a quantificação dos fenômenos biológicos e sociais subverteram a conduta humana e obrigaram-nos a pensar seriamente nos destinos do homem. E, sem dúvida, maravilhoso viver esta era, mas os professores universitários, que são responsáveis pela formação e preparo das novas gerações, carregam sobre os ombros a tremenda responsabilidade de se adaptarem às novas circunstâncias científicas. Somente alcançando esse propósito é que os professores cumprirão o dever de formar profissionais, cientistas, filósofos e artistas capazes de utilizar, construtivamente, as brilhantes conquistas da ciência. A maior dificuldade da atualização de professores está na adaptação à nova situação. Ocorre que a maior parte deles graduou-se há mais de 20 anos e se sente feliz e alicerçada nos velhos conhecimentos que lhe permitiram atingir a presente e privilegiada situação. É compreensível, pois, que lhes seja difícil aceitar a necessidade de reciclagem, de "atualização", como dizia o Papa João

XXIII. Mas é preciso fazê-lo urgentemente, se quisermos sobreviver como Nação soberana. E se não o fizermos nós, que pretendemos ser líderes, assumindo a crista da onda e conduzindo a reforma da universidade, planificada e ordenadamente, talvez ela nos seja impossível por pressões sociais incoercíveis, avassaladoras e descontroladas, que destruirão, em sua passagem, muito do bom que devemos preservar."

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 1975 (nº 399-B/75, na Casa de origem), que dá nova redação à letra e do art. 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, estendendo a exigência de gratuidade aos cargos dos Conselhos Fiscais, Deliberativos e Consultivos das Sociedades Declaradas de Utilidade Pública, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 225, de 1976, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 256, DE 1976

Nos termos do art. 310, alínea c, do Regimento Interno, requeiro adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 1975, a fim de ser feita na sessão de 10 de agosto próximo.

Sala das Sessões, 10 de junho de 1976. — **Virgílio Távora**.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — De acordo com a deliberação do Plenário, a matéria figurará na Ordem do Dia da sessão do dia 10 de agosto.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 102, de 1975-Complementar, do Senhor Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre a obtenção de empréstimos simples pelos servidores públicos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 4, 5 e 6, de 1976, das Comissões:

- de **Constituição e Justiça**;
- de **Serviço Público Civil**; e
- de **Finanças**.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 257, DE 1976

Nos termos do art. 310, alínea c, do Regimento Interno, requeiro adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 102, de 1975-Complementar, a fim de ser feita na sessão de 10 de agosto próximo.

Sala das Sessões, 10 de junho de 1975. — **Virgílio Távora**.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — De acordo com a deliberação do Plenário, a matéria figurará na Ordem do Dia de 10 de agosto.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Item 5:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 210, de 1975, de autoria do Senhor Senador Benjamim Farah, que inclui dispositivo no Decreto-lei nº 898, de 29 de setembro de 1969, definindo como crime contra a

Segurança Nacional a venda, doação, cessão e transporte de explosivos para fins não industriais, tendo

PARECERES, sob nºs 46 e 47, de 1976, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de **Segurança Nacional**, favorável.

A discussão do presente projeto foi adiada em virtude de requerimento aprovado pelo Plenário, quando da sua inclusão na Ordem do Dia da sessão de 12 de maio do corrente ano. O Regimento Interno, entretanto, no seu § 2º, art. 310, permite um segundo adiamento com prazo não superior a 30 dias. Com esse objetivo, foi encaminhado à mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 258, DE 1976

Nos termos do art. 310, alínea c, do Regimento Interno, requeiro adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 210, de 1975, a fim de ser feita na sessão de 10 de agosto próximo.

Sala das Sessões, 10 de junho de 1976. — **Benjamim Farah**.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — De acordo com a deliberação do Plenário, a matéria figurará na Ordem do Dia da sessão de 10 de agosto.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Item 6:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 104, de 1976, do Senhor Senador José Lindoso, que dá nova redação ao art. 26, da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), tendo

PARECER, sob nº 383, de 1976, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, favorável ao Projeto com a Emenda que apresenta de nº 1-CCJ.

Em discussão o projeto e a emenda.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar discuti-los, vou encerrar a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 104, DE 1976

Dá nova redação ao artigo 26, da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 26, da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26. É vedado:

I — ao Presidente e ao Vice-Presidente da República, aos Ministros de Estado, Governadores e Vice-Governadores, Secretários de Estado e dos Territórios Federais, Prefeitos e Vice-Prefeitos o exercício de funções executivas nos Diretórios Partidários;

II — a qualquer filiado pertencer, simultaneamente, a mais de um Diretório Partidário, salvo se um deles for o Nacional;

III — aos cônjuges e a parentes consangüíneos ou afins, entre si, até o 3º grau, pertencerem a um mesmo Diretório."

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Passa-se à votação da emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Comissão de Redação.

É a seguinte a emenda aprovada:

EMENDA Nº 1-CCJ

Dê-se ao inciso III do art. 26, da Lei nº 5.682, de 21-7-1971, proposto pelo art. 1º do projeto, a seguinte redação:

"III — Aos cônjuges e a parentes consanguíneos ou afins, entre si, até o 3º grau; pertencerem ao mesmo Diretório, salvo se qualquer deles exercer mandato legislativo."

O rigor da inelegibilidade, até ao 3º grau, cortou, por exemplo, recentemente, a carreira parlamentar de ilustre homem público, iniciada muito antes de seu sobrinho a fim de ser escolhido para governar um dos Estados da Federação. Não vale incidir no mesmo exagero.

É o meu voto, salvo melhor juízo, pela constitucionalidade, juridicidade e favorável quanto ao mérito, com a emenda acima.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — *Item 7:*

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 19, de 1976, do Senhor Senador Franco Montoro, que dispõe sobre a concessão do abono de permanência em serviço às mulheres seguradas do INPS a partir de 25 anos de atividade, dando nova redação ao § 4º do art. 10 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, tendo

PARECER, sob nº 187, de 1976, da Comissão:

— *de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.*

A matéria constou da Ordem do Dia de 13 de maio, tendo a discussão adiada, a requerimento do Sr. Senador Franco Montoro, para a presente sessão.

A Presidência, entretanto, não havendo objeção do Plenário, deixa de submeter o projeto à deliberação, tendo em vista a existência do Requerimento nº 195, de 1976, através do qual são solicitadas informações ao Poder Executivo a respeito do assunto. (Pausa.)

O projeto ficará na Secretaria-Geral da Mesa aguardando as informações referidas.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Está finda a Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro, que falará como Líder.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Para enfrentar o problema da dependência do País em relação ao petróleo, o Movimento Democrático Brasileiro propõe adoção de uma política nacional de energia, adequada às nossas condições naturais e integrada pela utilização racional das diversas fontes energéticas, tais como: o petróleo, as hidrelétricas, o álcool, a energia nuclear, o carvão mineral e vegetal, a energia solar, o vento, os ventos, que constituem a chamada energia eólica, e outros fatores não convencionais.

Para esse fim, fundamentado em estudo global do problema, realizado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos e Assessoria do Congresso Nacional — IPEAC, com a participação de professores universitários, cientistas e técnicos especializados, a Comissão Executiva do MDB acaba de aprovar um documento de base, relatado pelo ilustre Senador Roberto Saturnino, cujas conclusões trazemos ao conhecimento do Senado.

No momento em que a classe política é acusada, freqüentemente, de se alhear dos grandes problemas nacionais, pensamos que essa contribuição demonstra a seriedade com que a Oposição se lança na

procura de soluções efetivas para as questões de interesse fundamental ao nosso desenvolvimento.

O documento, Sr. Presidente, que pedimos faça parte integrante desta comunicação, finaliza pela apresentação das conclusões do estudo realizado:

POLÍTICA DO MDB PARA O SETOR DE ENERGIA

I — *Quadro Geral do uso de Energia no Brasil*

Tendo seguido, sem a necessária consideração crítica, o modelo das economias líderes do mundo contemporâneo, o Brasil tem, nos combustíveis fósseis — petróleo, carvão mineral e gás natural — a sua principal fonte energética, que responde por cerca de metade de toda a energia consumida no País. Essa predominância tem crescido e tende a crescer mais nos próximos anos, caso não seja adotada uma política firme de reversão dessa tendência, desenvolvendo mais a utilização das fontes alternativas, como a energia hidrelétrica, o carvão vegetal, o álcool, a energia nuclear, e outras formas não convencionais.

Essa preponderância dos combustíveis fósseis está sendo reconhecida como inconveniente por todos os países do mundo, em consequência de suas razões principais: de um lado a perspectiva de esgotamento das jazidas de petróleo no decorrer do próximo século, que determinou a forte valorização dessa matéria-prima por parte dos países que controlam a sua produção e, do outro, os efeitos degradantes do meio ambiente decorrentes de sua crescente e generalizada utilização.

Esses inconvenientes, no caso do Brasil, se agravam ao extremo pelo fato de, até o presente, não termos conhecimento de jazidas importantes de petróleo, gás natural e carvão no Território Nacional, o que nos obriga a importar mais de 80% do que consumimos em combustíveis fósseis, com as conhecidas consequências que dia a dia mais nos afligem: de uma parte, o peso crescente e asfixiante dessas importações sobre o nosso balanço de pagamentos, com a elevação dos preços do petróleo e do carvão mineral; de outra, a força da dependência desses suprimentos, que cria embaraços ao desenvolvimento da nossa política externa e que pode constituir séria ameaça à segurança nacional em caso de guerra.

Completando esse quadro desfavorável e preocupante, observa-se o desperdício e a utilização nem sempre racional dessa energia importada, assim como o emprego de técnicas primitivas na produção da energia de origem vegetal, que cobre cerca de 30% das nossas necessidades energéticas. Diante desse quadro, preliminarmente se coloca a urgência da adoção de um conjunto de medidas eficazes, no sentido de promover:

1. a contenção do consumo, a eliminação de desperdício e a racionalização do uso da energia proveniente de combustíveis fósseis (petróleo e carvão mineral principalmente);
2. o desenvolvimento da produção de energia de outras fontes que não os combustíveis fósseis (energia hidrelétrica, energia nuclear, álcool etílico, metanol, carvão vegetal, hidrogênio);
3. a modernização das técnicas empregadas na produção de energia de origem vegetal (carvão, álcool etílico, metanol);
4. o estudo para o aproveitamento racional do lixo das nossas grandes cidades para a produção de energia e matérias-primas da indústria química;
5. a pesquisa e o esforço tecnológico aplicados à exploração e ao desenvolvimento de fontes e formas não convencionais de energia (energia solar, hidrogênio, energia eólica etc.).

II — ENERGIA DE COMBUSTÍVEIS MINERAIS

I — *O Petróleo*

Dada a importância com que figura, seja como fonte energética, seja como item da nossa pauta de importações, o petróleo concentra naturalmente as atenções e preocupações não só dos que se debruçam sobre o tema da energia como de todos os que se interessam pelos grandes problemas econômicos do País.

Nessa questão relevante, o MDB vem sustentando uma política nacional baseada em quatro linhas fundamentais: I) contenção, a curto prazo, do consumo de gasolina pela via do racionamento; II) eliminação de desperdícios e racionalização do uso dos derivados no sistema de transportes; III) substituição parcial e crescente da gasolina e do diesel por álcool carburante (álcool etílico e metanol); IV) aumento do esforço interno de pesquisa de novas jazidas sem quebra do monopólio da PETROBRÁS.

A curto prazo, a contenção do consumo da gasolina é um imperativo decorrente da necessidade de impedir que esse gasto continue a crescer às taxas elevadas dos últimos anos.

Essa contenção pode ser obtida por uma das duas vias: pelo racionamento ou pela elevação dos preços da gasolina. O Governo optou pelo aumento de preços, sob a alegação de que o racionamento, além de introduzir complexidades burocráticas, facilita a corrupção e deslustra a imagem do País no Exterior. O MDB discorda dessa opinião e defende a aplicação do racionamento por duas razões principais: porque o racionamento permite a fixação de metas (por exemplo manter constante o gasto absoluto, ou diminuí-lo em 10% ao ano) com um grau de certeza muito maior na obtenção dos resultados; e porque o racionamento só atinge os proprietários de veículos e tem um custo social bem menor do que a elevação de preços que prejudica toda a população pela alta do custo de vida.

A racionalização do consumo dos derivados do petróleo no sistema nacional de transporte é o conjunto de medidas tendentes a realizar o mesmo serviço global de transportes — cargas e passageiros — com o menor gasto possível em termos de petróleo refinado. É transportar mais por ferrovia, por via marítima ou fluvial do que por rodovia — e vale aqui insistir na crítica da Oposição ao excessivo rodoviarismo governamental; é dar mais ênfase aos transportes coletivos do que ao automóvel individual nos centros urbanos cada vez mais cheios de viadutos e de congestionamentos; é dar prioridade à fabricação de veículos mais leves, de baixa potência, assim como de motores de maior rendimento em termos de combustível (diesel); é limitar a velocidade dos automóveis e ônibus nas nossas estradas para economizar gasolina.

A substituição parcial e crescente de gasolina e diesel por álcool carburante é uma linha de ação capaz de produzir múltiplos efeitos altamente positivos e será objeto de um item especial deste documento.

O aumento do esforço de pesquisa para a localização de novas jazidas de petróleo no nosso território e na nossa plataforma continental é obviamente recomendável. O que o MDB não pode aceitar é que, para atrair capitais estrangeiros para esse esforço de investimento, o Brasil tenha que quebrar o monopólio da PETROBRÁS e entregar parte do petróleo encontrado a empresas multinacionais.

2 — O Xisto

A dimensão extraordinária das jazidas de xisto betuminoso do Brasil faz desse mineral uma das nossas grandes riquezas. A extração de óleo a partir do xisto apresenta, entretanto, problemas de tal envergadura — ligados principalmente com a necessidade de gigantescas movimentações de terras e rochas, que não parece recomendável o desenvolvimento intenso dessa exploração com vistas à substituição do petróleo. O uso mais racional do xisto parece ser o da sua utilização como matéria-prima para a indústria química, de fertilizantes e de medicamentos, ou para a produção de gás industrial ou doméstico, assim como na fabricação de prensados e agregados para a construção civil.

Todavia, tendo em vista o objetivo da diversificação e da flexibilidade no suprimento de óleo, por razões ligadas à segurança nacional, o MDB considera acertada a decisão de construir a usina de S. Mateus, com capacidade aproximada de 50.000 barris diários.

3 — O Carvão Mineral

As nossas reservas conhecidas de carvão mineral próprio para a transformação em coque siderúrgico são pequenas e de má quali-

dade. Esse fato, considerado juntamente com a elevação substancial dos preços do carvão importado, caracteriza um sério obstáculo à plena realização de uma das nossas indiscutíveis vocações econômicas que é a indústria siderúrgica. Cumpre, pois, vencer essa indesejável dependência de suprimento externo de tão importante matéria-prima. O conhecimento das nossas reservas é entretanto muito precário, e desde logo se recomenda uma intensificação da prospeção geológica, para detalhar as bacias detectadas e localizar novas ocorrências.

De outro lado, um esforço tecnológico pode e deve ser feito no sentido de dar maior aproveitamento ao produto atualmente disponível, partindo de técnicas recentes que utilizam na siderurgia carvões de tipo não coqueificável ou que melhoram a qualidade do nosso carvão coqueificável.

A gaseificação dos carvões do Rio Grande do Sul, cujas reservas são importantes, é outra linha de desenvolvimento que deve ser considerada e aprofundada tendo em vista as grandes possibilidades de se chegar a um aproveitamento econômico para a produção de gás industrial, de metanol e outras matérias-primas da indústria química.

A diretriz que nos oferece, entretanto, perspectivas mais promissoras é a reorientação da nossa política para o setor siderúrgico, no sentido de intensificar a utilização do carvão vegetal. A idéia de que essa reversão constituiria uma involução tecnológica é um preconceito originado, como quase sempre, em outros países, que não têm a nossa dimensão territorial, o nosso clima tropical, a nossa disponibilidade de mão-de-obra. Mas esse assunto será melhor abordado nesse documento, no capítulo da energia de origem vegetal.

III ENERGIA HIDRELÉTRICA

O MDB reconhece o mérito da política que vem sendo adotada no País há várias décadas nesse campo, e executada pelas grandes empresas estatais do setor. Cabe entretanto fazer algumas observações vinculadas a essa política: a primeira, insistindo na necessidade de ser dada maior prioridade ao incremento da fabricação nacional do equipamento elétrico pesado.

A segunda observação diz respeito à localização geográfica de grande parte do nosso imenso potencial hidrelétrico ainda não explorado, que está muito distanciado dos grandes centros de consumo. Nessas condições, a pesquisa de novos meios econômicos de transmissão dessa energia é para nós extremamente importante, despontando o hidrogênio como nova forma de armazenamento e transporte de energia que deve merecer de nossa parte a maior atenção.

A terceira observação é para a possibilidade do aproveitamento econômico de pequenas quedas d'água que até agora têm sido desprezadas sob a ótica de produção hidrelétrica, mas que podem interessar, pela sua localização na região centro-sul, para a produção de hidrogênio e amônia.

Finalmente, um reparo de especial relevo deve ser feito com relação às tarifas de energia elétrica vigentes no País. As distorções evidentes e a elevação desmesurada que se vem observando particularmente em algumas regiões, prejudicando o nosso desenvolvimento industrial e pesando fortemente sobre o consumo doméstico e rural, recomendam uma completa revisão do sistema tarifário em vigor, com vistas à redução do preço de energia.

IV A ENERGIA DE ORIGEM VEGETAL

A fotossíntese é o processo natural tanto de captação como de armazenamento da energia solar.

Essa importante fonte renovável de energia deve ser estudada com atenção e desenvolvida com prioridade pelo Brasil, dadas as extraordinárias possibilidades encontradas no nosso território em razão dos fatores favoráveis: I) abundância de insolação; II) grande área territorial ainda inexplorada; III) baixa densidade demográfica nessas áreas; IV) disponibilidade de mão-de-obra ociosa ou semi-ociosa.

Apesar de ser bastante grande a utilização no Brasil da energia de origem vegetal — respondendo por cerca de 30% de nossa produção energética — a utilização dessas fontes é feita no País de forma predatória. De uma parte, o rendimento energético obtido é baixo, em decorrência de se usarem tecnologias primitivas; de outra, os danos ambientais produzidos são graves e em muitos casos não há tempo para que a natureza se recupere das alterações profundas que nela são provocadas.

Há, assim, no caso do Brasil, um grande interesse na introdução de práticas racionais na utilização dos recursos vegetais como fonte energética economicamente viável, principalmente no que respecta ao álcool e ao carvão vegetal.

1. O Alcool Etílico

Não parece haver dúvida de que, nas condições do Brasil, o álcool etílico anidro é o carburante mais promissor para substituir, em parcelas crescentes, a gasolina e o óleo diesel como fonte de energia. Sob o ponto de vista técnico, não há nenhum problema numa substituição imediata ao nível de 15% a 20% tanto no caso da gasolina como do óleo diesel. E, pensando em horizontes mais distantes, é certo que essa substituição pode chegar, com ligeiras adaptações nos motores, a níveis da ordem de 50%, não sendo nada absurdo pensar-se em motores inteiramente movidos a álcool anidro. O desenvolvimento tecnológico nesse sentido deve ser estimulado pelo Governo, já que não se pode esperar grande sensibilidade para esse problema por parte das multinacionais que dominam a nossa indústria automobilística.

Há fatores e aspectos que formam para a produção de álcool etílico no Brasil uma perspectiva muito favorável e animadora: 1) ampla disponibilidade de fatores de produção (terras apropriadas e mão-de-obra) e condições ecológicas bastante favoráveis; 2) completo domínio da tecnologia de produção por parte do empresariado nacional (pelo menos no que tange ao álcool de cana); 3) existência de organismos governamentais capazes de estimular e coordenar a produção e a distribuição; 4) facilidades decorrentes da possibilidade de utilização de toda a infra-estrutura existente de armazenagem, transporte e distribuição de combustíveis líquidos.

O MDB reclama dinamismo na implementação do programa de produção de álcool cujo lançamento há muito vinha defendendo com vigor.

É certo que, nas primeiras etapas visando a uma resposta mais rápida do lado da produção, a ênfase seja dada ao álcool de cana, onde há toda uma estrutura empresarial pronta a entrar em ação com conhecimento técnico adequado. A prazo mais largo entretanto, é recomendável o desenvolvimento da produção a partir de outras matérias-primas, despoitando a mandioca com melhores possibilidades.

O programa do álcool apresenta, também, um enorme potencial de benefícios no campo social, cuja concretização o MDB considera de primordial importância. Trata-se de aproveitar essa excelente oportunidade para melhorar a distribuição de renda, para acelerar substancialmente a redistribuição de terras, para promover o desenvolvimento das regiões mais pobres do País. Julga o MDB que a desatenção para com esses aspectos, com a fixação na ótica exclusivamente econômica, significará uma redução de tal natureza na dimensão do programa que o seu mérito global pode ficar comprometido dentro de uma perspectiva histórica de longo prazo.

Outro aspecto que vale a pena ressaltar nesse programa é a preocupação para com os efeitos altamente poluidores dos processos atualmente adotados pelas nossas usinas e destilarias lançando os resíduos (vinhoto) "in natura" nos nossos rios. A prevenção da multiplicação desses efeitos destruidores, deve obrigar o aproveitamento desses resíduos para a produção de proteínas pela fermentação, o que constituirá importante reforço para a solução do nosso angustiante problema da alimentação.

2. O Carvão Vegetal

Pelas razões já apontadas na parte introdutória deste capítulo, o carvão vegetal constitui, para nós, uma alternativa economicamente válida para substituir o carvão mineral importado no desenvolvimento da nossa siderurgia.

Já na próxima década, devendo a nossa produção de aço ultrapassar a casa dos 30 milhões de toneladas anuais, teremos que importar mais de 20 milhões de toneladas de carvão mineral, ao custo de mais de 2 bilhões de dólares por ano.

Uma parte ponderável dessa dependência e desse gasto de divisas pode ser eliminada com o uso do carvão vegetal com o reflorestamento de cerca de 5% do território do Estado de Minas Gerais, ou com a exploração racional de uma ínfima parte da floresta amazônica poderíamos cobrir metade dessa necessidade de carvão para a década dos oitenta.

Não existe, no Brasil, uma verdadeira exploração florestal feita de modo racional com a utilização de técnicas modernas no aproveitamento integral da madeira extraída. As práticas correntes são predatórias; é a derrubada indiscriminada e sem critério, causando o desperdício e o descalabro ecológico.

Esse dado da nossa realidade, aliado à importação de conceitos que valem para outros países onde o ciclo de crescimento das árvores é muito mais lento, levou as nossas autoridades do setor siderúrgico a condenarem o uso do carvão vegetal.

Essa distorção, esse falso conceito precisa ser revisto — essa é a opinião do MDB.

A exploração florestal criteriosa, com o replantio sistemático de espécies de crescimento rápido e a substituição do uso de fornos primitivos de carbonização pela tecnologia moderna de destilação da madeira, com a obtenção não só de um carvão de melhor qualidade, mas de importantes matérias-primas da indústria química, de álcool e de álcool metílico, além do aproveitamento das folhas para a produção de rações, são exigências que, uma vez atendidas, modificarão por completo o quadro de avaliação econômica do carvão vegetal dando inteira viabilidade à sua produção e ao seu uso na grande siderurgia, em substituição ao carvão mineral.

Há a objeção dos que sustentam que nossas reservas florestais devem ter uma utilização mais nobre, na produção de uma mercadoria de preço mais alto que é a celulose. A resposta deve ser dada com a nossa imensa área disponível, com as condições climáticas excelentes para o reflorestamento, com o subemprego angustiante da nossa mão-de-obra, com a preocupante rarefação demográfica do nosso interior — condições que cobrem com folga as exigências para entrarmos firmemente no mercado mundial de celulose e ainda abastecer de carvão vegetal uma indústria siderúrgica de 100 milhões de toneladas por ano.

Uma palavra final deve ser dada em favor do esforço tecnológico para o aproveitamento econômico do babaçu. Além de um carvão capaz de produzir um coque siderúrgico de excelente qualidade, do babaçu tira-se álcool carburante e o tradicional óleo de múltiplos usos. Sendo uma riqueza de enorme significado para uma região pobre do País, dadas as gigantescas reservas naturais do Maranhão e do Piauí, sua exploração deve merecer por parte do Governo um apoio ainda bem maior do que vem obtendo.

3. O Metanol

O metanol, ou álcool metílico, é um combustível líquido com características semelhantes do álcool etílico, capaz de exercer a mesma função substitutiva, em mistura com a gasolina ou o óleo diesel, ou mesmo em substituição total a esses derivados do petróleo.

Obtido a partir do metano, gás que resulta tanto da destilação da madeira, como da pirólise dos lixos urbanos ou da gaseificação do carvão mineral, o metanol já significa hoje, principalmente no caso do Brasil, uma alternativa economicamente viável para emprego nos motores de explosão ou combustão interna.

A concretização desse grande potencial energético depende apenas de uma decisão política de deflagrar um programa de metanol, a exemplo de que foi feito em relação ao álcool etílico.

V — A ENERGIA NUCLEAR

Neste capítulo, o MDB concorda com as linhas fundamentais da nova política adotada pelo Governo que, abandonando a desastrosa linha de importação fechada de usinas acabadas, assinou o tratado de desenvolvimento nuclear com a Alemanha Ocidental, instrumento que nos possibilita dominar as complexas técnicas do setor e ingressar verdadeiramente numa nova era tecnológica.

Essa possibilidade, todavia, é apenas um potencial, uma promessa que pode ou não se concretizar na prática. A formação de cientistas e técnicos brasileiros em quantidade e qualidade suficientes para absorver a tecnologia que a Alemanha pode nos fornecer é uma necessidade imperiosa. Assim como necessário é que não nos limitemos a seguir unicamente o caminho do acordo de cooperação com a Alemanha, sob pena de nos encontrarmos novamente em situação de grande atraso tecnológico daqui a 15 ou 20 anos.

VI — FONTES E FORMAS NÃO CONVENCIONAIS DE ENERGIA

A utilização de outras fontes e formas não convencionais de energia não deve ser desprezada diante do quadro futuro que se apresenta ao mundo de hoje. Não deve o Brasil ficar à espera do desenvolvimento tecnológico que se está buscando em outros países. Nossas condições ecológicas são particulares e podem oferecer soluções próprias bem diferentes dos países de clima temperado.

O uso de pequenas unidades que utilizem energia solar direta, como destiladores, secadores e aquecedores, parece apresentar possibilidades promissoras para as nossas áreas rurais, assim como as turbinas eólicas de pequena potência, particularmente apropriada para aproveitar os ventos alíseos da nossa região nordestina.

Como forma de armazenar e transportar energia, o hidrogênio oferece perspectiva que, no caso brasileiro, adquire importância grande, face às enormes distâncias que separam nosso potencial hidrelétrico da região amazônica dos maiores centros de consumo do País.

VII — CONCLUSÕES

De todo estudo realizado, o MDB propõe a fixação de uma política de energia para o Brasil resumida nos seguintes pontos fundamentais:

1. Criação de um Conselho Nacional de Energia, como órgão superior de formulação da política energética, capaz de realizar um trabalho de permanente planejamento e ajustamento contínuo do atendimento das necessidades nacionais no campo de energia com o ritmo da inovação tecnológica produzida dentro e fora do País e com o melhor aproveitamento possível dos nossos recursos naturais.

2. Contenção do consumo de gasolina pelo racionamento e não pelo aumento de preços. Adoção de um conjunto eficaz de medidas voltadas para a eliminação do desperdício e para a racionalização e a conservação da energia proveniente do petróleo. Aumento do esforço interno de pesquisa de novas jazidas de petróleo, sem quebra do monopólio da PETROBRÁS.

3. Dinamização do programa de produção de álcool etílico anidro e lançamento de um programa semelhante para a produção de metanol, objetivando a substituição da gasolina e do óleo diesel. Desenvolvimento tecnológico com vistas à fabricação do motor inteiramente movido a álcool.

4. Aproveitamento do programa de produção de álcool para obter melhorias significativas na distribuição de terras, na distribui-

ção de renda e na diminuição dos desequilíbrios econômicos regionais.

5. Implantação de uma política de exploração florestal feita de modo racional, com a utilização de técnicas modernas no aproveitamento integral da madeira extraída, visando a reorientação da política nacional para o setor siderúrgico no sentido de utilizar mais o carvão vegetal.

6. Intensificação de prospecção geológica sobre as nossas bacias carboníferas e desenvolvimento de projetos capazes de dar melhor aproveitamento ao carvão mineral do sul do País, especialmente no que tange à sua gaseificação.

7. Implementação do acordo nuclear firmado com a Alemanha Ocidental, com a formação de cientistas e técnicos brasileiros em quantidade e qualidade suficientes para que se concretize plenamente a absorção da complexa tecnologia desse setor. Desenvolvimento de outras linhas de ação no campo de energia nuclear de modo a que o Brasil não fique limitado exclusivamente à diretrizes do referido Acordo. Dinamização das pesquisas e prospecção de minérios de urânio e tório.

8. Estudo das pequenas quedas d'água da região centro-sul e das grandes quedas da região norte, com vista ao seu aproveitamento para a fabricação de hidrogênio, amônia ou outras matérias-primas. Revisão global e criteriosa do sistema de tarifas de energia elétrica no sentido de oferecer redução de níveis para utilização industrial, doméstica e rural.

9. Implantação da usina de S. Mateus de aproveitamento do xisto, na escala projetada de 50.000 barris/dia de óleo. Desenvolvimento de um programa de utilização do xisto para obtenção de matérias-primas da indústria química, farmacêutica e de fertilizantes.

10. Estudo e desenvolvimento de um programa de aproveitamento dos lixos das nossas grandes cidades, com vistas à produção de energia, de adubos e de outras matérias-primas industriais.

11. Pesquisa e esforço tecnológico próprios aplicados à utilização de fontes e formas não convencionais de energia que se mostrem particularmente interessantes no caso brasileiro, como a energia solar direta, a energia eólica e o hidrogênio.

Estas, Sr. Presidente, as conclusões gerais que trazemos ao conhecimento do Senado. Cada um destes itens, fundado nos estudos técnicos e especializados, será objeto de comunicação dos diversos Membros da Bancada.

Nesta oportunidade, desejamos destacar, pela sua urgência, um dos pontos focalizados com prioridade, neste documento. Trata-se do problema da racionalização do uso da gasolina, para redução da importação do petróleo.

O Governo, que através de medidas adotadas em outros setores, reconhece a gravidade, a urgência e a premência de nossa situação no tocante à balança de pagamento, insiste em não tomar uma medida que está sendo reclamada pelo interesse público e, mais do que isso, está sendo reclamada, positivamente, por diversos setores da população brasileira.

São cientistas que aconselham a medida, são congressos especializados que se realizam em todo o País. São câmaras municipais que transmitem o seu apelo.

Ainda hoje, Sr. Presidente, recebemos da Câmara Municipal de Santos um ofício sobre a matéria, dando conta da aprovação, por aquela Câmara Municipal, de uma solicitação dirigida ao Poder Público, para a adoção desta medida, considerada urgente.

O Sr. Nelson Mattos, Presidente da Câmara Municipal, relata que a Câmara Municipal de Santos, em sessão do dia 24 de maio último, aprovou o requerimento do Vereador Carlos dos Santos Tavares, com o adendo do Vereador Paulo Pacheco de Castro, sugerindo a adoção do sistema de racionamento da gasolina, como medi-

da para reduzir o consumo do combustível, tendo em vista as ponderações contidas na justificação que segue, em anexo:

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Estado de São Paulo

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador Franco Montoro,
Digníssimo Líder do MDB no Senado Federal.
BRASÍLIA — DF.

Santos, 26 de maio de 1976.

Nº 851/76-SRR.

Req. 619/76.

Senhor Senador:

Cumpra-me comunicar a Vossa Excelência que esta Câmara Municipal aprovou, em sessão de 24 do mês em curso, requerimento do Vereador Sr. Carlos dos Santos Tavares, com adenda do Vereador Dr. Paulo Pacheco de Castro, sugerindo a Vossa Excelência a adoção do sistema de racionamento de gasolina, como medida para reduzir o consumo de combustível, tendo em vista as ponderações contidas na justificativa anexa.

Valha-me o ensejo para apresentar a Vossa Excelência protestos do mais alto apreço e respeitosa estima.

Atenciosas Saudações. — Dr. Nelson Mattos, Presidente.

Justificativa

Ref. Req. 619/76.

"Sr. Presidente e Srs. Vereadores:

Divulga a imprensa novo aumento no preço de venda da gasolina, óleo diesel e gás liquefeito, com vigência a partir de 1º de junho próximo, na base de 15 por cento.

O objetivo do Governo seria o de forçar a queda do consumo, aliviando, assim, a balança de pagamentos, cujo equilíbrio vem sendo meta prioritária. Devemos convir, no entanto, que esse mesmo objetivo foi apontado quando dos aumentos anteriores, sem que pudesse ser alcançado.

Segundo as estatísticas oficiais, apesar dos repetidos aumentos, o consumo da gasolina não sofreu redução. Pelo contrário, vem aumentando também.

Por outro lado, embora o Governo procure demonstrar o oposto, já não poderá ser negada a incidência dos aumentos da gasolina na elevação do custo de vida. Gasolina e óleo diesel estão presentes em todos os setores da atividade humana. O seu preço incide, praticamente, em todos os itens e, de maneira acentuada, nos gêneros de primeira necessidade.

Isto quer dizer que o novo aumento nos preços dos combustíveis determinará, sem dúvida alguma, o aumento do custo de vida, cujos últimos índices, de tão acentuados, chegaram a impressionar o Senhor Presidente da República.

Se o Governo, com o critério adotado, não consegue reduzir o consumo de gasolina e melhorar a posição da balança de pagamentos, entende-se que outros caminhos devam ser buscados, para que o aumento do custo de vida não venha a se tornar insuportável.

A verdade, que já não poderá ser minimizada, é que o padrão aquisitivo de nosso povo vem perdendo consistência a cada dia, sem que qualquer medida governamental produza os desejados resultados.

Deve ser considerado, ainda, um aspecto resultante do aumento no preço dos combustíveis, que gera injustiça para aqueles que, não possuindo automóvel, sofrem as consequências do aumento do custo de vida, determinado precisamente pela elevação do preço da gasolina.

Melhor seria, então, que o Governo encontrasse uma solução capaz de obter a redução do consumo, uma vez que

está provado que o aumento de preços não conseguirá jamais esse objetivo.

O Governo tem se declarado contrário ao racionamento, não vemos outra solução, desde que atinja, além dos carros particulares, os oficiais também. Assim, nos dias ímpares circulariam os carros com final de chapa ímpar; nos dias pares, os de final de chapa correspondente. Essa medida poderia proporcionar a redução do consumo, sem qualquer prejuízo aos meios de produção.

Outra solução seria a de dar condições de equilíbrio ao poder aquisitivo, elevando-se os salários na mesma proporção do aumento da gasolina, para que o custo de vida não viesse forçar a deterioração dos rendimentos dos trabalhadores.

Somos, no entanto, pela primeira hipótese. Os preços dos combustíveis não necessitariam ser elevados com a assiduidade dos últimos anos, já que o consumo seria reduzido dentro dos propósitos do Governo e os inocentes não seriam chamados a pagar pelos pecadores.

O aumento da gasolina já não pode ser debitado a "conjuntura internacional", visto que os preços do petróleo bruto vêm se mantendo estáveis. Se o problema, portanto, é interno, que se adote o racionamento.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1976. — a) Carlos dos Santos Tavares."

Esta justificativa, Sr. Presidente, é um brilhante estudo em que são mostrados os graves inconvenientes da atual política adotada pelo Governo, que é a da elevação sistemática do preço da gasolina.

Ainda ontem os jornais noticiavam que, brevemente, haverá um novo aumento a ser fixado dentro de 10 dias. Ora, esse aumento tem duas consequências da maior gravidade. A primeira, é que o aumento dos preços traz, inevitavelmente, um aumento do custo de vida, que é o grande óbice reconhecidamente visto pelo próprio Governo e que não consiste, apenas, Sr. Presidente, num dado de ordem econômica ou num tema de discurso. Trata-se de um sofrimento terrível da população brasileira. Não há quem não tenha sentido, em qualquer ponto do Brasil, as manifestações candentes de apelo ao Poder Público e aos responsáveis para impedir o aumento do custo de vida. Ora, sabidamente, um dos fatores que mais contribuem para o aumento do custo de vida é o aumento dos transportes, gerado pelo aumento da gasolina.

O Governo, sensível a este aspecto, insiste, mais uma vez, em adotar a medida do aumento do produto que, além deste inconveniente, Sr. Presidente, tem um outro mais grave: o de selecionar pelo preço do produto, pela elevação do preço, e estabelecer um sistema iníquo porque atinge o pequeno mas não atinge o grande, para quem esses acréscimos representam pequenas somas para seus rendimentos habituais.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Ouço com prazer o aparte de V. Exª.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — V. Exª tem toda a razão nestas colocações que faz, e eu diria mais ainda, Senador: estou convencido de que o Governo vai adotar o racionamento de gasolina, vai terminar adotando.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Porque não há outra saída.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — Exatamente. A nossa situação cambial é real e, efetivamente, calamitosa; não há outra saída senão cortar o gasto de divisas de todas as formas possíveis, inclusive e principalmente, cortando um dos seus maiores itens, que é, justamente, o petróleo e seus derivados, inclusive, a gasolina. O racionamento terá que vir, forçosamente, mas, virá com um atraso

de um ou dois anos, pelo menos, porque essa medida já deveria ter sido tomada desde meados de 1974 e, quando vier, os efeitos desastrosos dos aumentos sucessivos de gasolina já terão produzido um mal-estar em toda a população, como estamos observando, hoje, pelas suas conseqüências altamente inflacionárias. Então, será mais uma prova da incompetência do Governo; tomar soluções erradas; tomar caminhos errados e, depois de percorridos longos trechos desses caminhos, voltar atrás e adotar a solução que deveria ter sido adotada há mais tempo, isso depois de produzir um efeito desastroso, como o que estamos observando. Este recrudescimento da ordem inflacionária tem como principais motivos, principais vetores, esses aumentos sucessivos da gasolina. Então, depois de produzidas todas as conseqüências desastrosas, aí o Governo descobre que teria que ter adotado o racionamento já há muito tempo. V. Exª tem toda a razão em tocar nesse ponto que é da mais alta relevância, repito.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — *Eminente Senador, o aparte de V. Exª ilustra e documenta, sob outro aspecto, a fundamentação de rigoroso interesse público na medida defendida pelo Movimento Democrático Brasileiro.*

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Permite V. Exª um aparte?

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Ouço, com prazer, o nobre Senador.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — O Governo tem preferência.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — O Governo não tem preferência; o Rio Grande do Sul faz justiça à ordem cronológica dos pedidos, o que lhe senta muito bem.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Se não fosse o Governo seria o Senador pelo Ceará.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Isso é a grandeza gaúcha que lhe é característica. Eminente Senador, estávamos ouvindo, com o respeito que merece, a enunciação, aí sim, de um plano agora aprovado por um partido, sobre um dos setores da Economia, justamente o setor energético. O nosso ilustre debatedor em comum, o eminente Senador Roberto Saturnino, aliás, elogia sua própria obra, já que é o relator da Comissão, e dá o seu aparte. O Governo não é incompetente, o Governo sabe o que quer. Pode a sua solução não ser exatamente aquela solução advogada pela Oposição, mas a solução que ele adota, o faz consciente e conseqüentemente, diremos: dois caminhos se abrem para enfrentar uma situação cambial — não calamitosa como aqui foi afirmado — mas uma situação cambial difícil, como difícil já tivemos em épocas anteriores e, lá sim, em termos calamitosos porque, muitas vezes, com ameaça por nossa parte até de pedir moratória internacional. Pois o Governo, ante essa situação cambial que, se transformada de calamitosa na sua conceituação, em difícil, poderemos no momento discutir, tem dois caminhos a seguir: o adotado por Suas Excelências, na parte que toca a combustível, isto é, no racionamento, e o caminho que ele seguiu, do desestímulo pelo acréscimo de preço. Sobre o assunto, vamos responder item por item à proposta do MDB, agora sim, configurada como oficial, já aprovada pela sua Direção maior. E fá-lo-emos na primeira oportunidade, já que os dados estão quase todos em nossas mãos. Obtivêmo-los de antemão, quando dias atrás, praticamente, o Senador Montoro apresentou essas conclusões. Queremos, desde já, deixar bem claro que o Governo não é, como pode parecer pelo aparte do nobre Senador fluminense, nem irresponsável — sabendo que há uma solução e não a adota por pirronice — e muito menos prisioneiro de idéias preconcebidas. A nobre Oposição tem, não uma vez, mas várias vezes, exemplos claros de propostas por ela aqui feitas — e pela Liderança apresentadas às autoridades maiores —

haverem sido consideradas. Desculpe-nos a interrupção do seu belo discurso que, acredito, é um trabalho construtivo que os Srs. apresentam à consideração da Maioria e das autoridades.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Agradeço o aparte de V. Exª e o reconhecimento de que se trata de uma sugestão concreta, fundamentada e voltada para o interesse público.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Sem sombra de dúvida.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — O que desejamos é precisamente, independentemente de julgamento de intenções, julgar o acerto ou desacerto da medida tomada.

Em relação às conclusões gerais, aqui apresentadas, o debate terá seguramente continuidade nas exposições setoriais que serão feitas oportunamente.

No momento, estávamos nos fixando no problema do racionamento ou da racionalização da utilização da gasolina.

Ouçó, com prazer, o aparte do nobre Senador Paulo Brossard.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — V. Exª acabou de usar a palavra que me parece mais adequada: racionalização. Melhor do que racionamento, embora todo mundo compreenda que quando se fala em racionamento está se falando, também, em um uso racional do combustível. O nobre Senador Roberto Saturnino disse, há pouco, que a despeito de todas as negativas, o Governo vai terminar adotando esta providência. Estou convencido disso. E acredito que o Governo ainda não tenha...

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Permita-nos: Ruy Barbosa já dizia — tão citado, nesta Casa — que mudar é próprio da natureza humana.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Claro! E ouço, aliás, com prazer o que V. Exª diz, porque quer me parecer que o Governo, até agora, nunca reconheceu que tivesse errado.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — V. Exª labora, não só em equívoco — e aí comete erro — como também faz injustiça, mais uma vez ao atual Governo que tem retificado posições tomadas dentro de diretrizes gerais. Uma coisa são diretrizes gerais, outra, o acompanhamento de planos e programas que o Executivo tem mudado, reconhecendo, muitas vezes, equívocos maiores ou menores, porque sempre aqui fizemos questão de dizer que o Governo não se julga onisciente, onipresente, onipotente.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Desculpe-me. Onipotente parece que é; pelo menos tem sido.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Se onipotente fosse, não teríamos, no momento, a dificuldade cambial que estamos atravessando.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Sr. Presidente; nobre orador, que tenho a honra de apartear: já começo a ouvir uma outra linguagem...

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Talvez V. Exª freqüente pouco o Plenário. Nós não mudamos...

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — ... mais humana, verdade é que anunciada pelo humaníssimo representante do Estado do Ceará, que goza de privilégios especiais nesta Casa...

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — De ser colega de V. Exª e dos demais.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — ... especialmente nos setores da Oposição, pelo seu cavalheirismo, pela sua competência, pela sua elegância no trato das matérias.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Agradecido a V. Exª pela amabilidade.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Mas, dizia, Sr. Presidente, que começo a ouvir, com certo agrado, essas manifestações, porque o Governo já está começando a deixar de ser onisciente e onipotente.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Quer dizer que V. Ex^a ainda acha só onipotente...

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Se eu cometi alguma injustiça, não dou a mão à palmatória; mas dou ambas as mãos. Mas, creio não tê-la cometido. Volto ao assunto do meu aparte, que está se tornando longo, contra todos os meus princípios, para lembrar o que disse o nobre Senador Roberto Saturnino: que o Governo vai terminar adotando esta medida. Eu também estou convencido disto e creio que, se ainda não o fez, é para ele não dar a mão à palmatória, às advertências da Oposição.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Não faça esta injustiça, eminente Senador, porque convencido ainda não está...

(CRUZAM-SE APARTES)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — (Faz soar a campainha.)

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — É uma conclusão minha, nobre Senador. Dê-me licença para concluir.

O Sr. José Lindoso (ARENA — AM) — Não há capricho do Governo em torno desse assunto.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Dê-me licença de concluir. Se quiser, digo assim: dê-me licença de errar. Estou convencido disso. Mas, o que vale acentuar agora, neste momento, foi o que disse, ainda que ligeiramente, o nobre Senador Roberto Saturnino. É que as medidas têm a sua oportunidade e o seu modo.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — Muito bem!

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Uma medida adotada hoje pode produzir um resultado; adotada com 6 meses de atraso, pode produzir resultados maléficos, nocivos e até prejudiciais. Amanhã, quando a situação talvez se torne desastrosa, vir-se-á dizer que foi adotada, afinal, a solução alvitada pela Oposição brasileira; e que esta não produziu os resultados prometidos, quando a medida vem com um atraso largo, e já encontra uma situação realmente penosa e mais difícil. O que está acontecendo agora, com relação às viagens para o Exterior, é a prova disto, é a prova mais eloquente disto. A Nação inteira receberia bem, medidas tendentes a diminuir as despesas resultantes de viagens ao Exterior; mas o Governo parece que escolheu a pior de todas elas.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Na opinião de V. Ex^a

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Eu costumo externar as minhas opiniões.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — E o Governo pode ficar com a sua, também, eminente Senador.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — O que não contesto; e até seria conveniente que nem sempre conservasse a sua e adotasse outras. Mas, o fato é este: é que escolheu a pior, que está provocando um verdadeiro problema social, — e vou dizer mais — um problema nacional. Basta abrir os jornais para verificar esta verdadeira cortina de ferro, que à maneira daquela que foi levantada no coração de Berlim, levanta-se agora, entre o Brasil e o mundo, porque o Governo não foi capaz de adotar aquelas providências racionais às quais aludia V. Ex^a, nobre Senador Franco Montoro, quando dizia que o problema do uso do combustível estava a exigir, senão um racionamento, — para que se não venha a dizer que a Oposição está propondo que os transportes coletivos e os gêneros de primeira necessidade venham a sofrer o racionamento de combustível — a raciona-

lização no gasto desse combustível. Era apenas isto, com perdão do orador, o que desejava dizer.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — V. Ex^a trouxe magnífica contribuição ao esclarecimento e à fundamentação de nosso ponto de vista.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Ouço com prazer o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Lázaro Barboza.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — Nobre Senador Franco Montoro, não temos nenhuma dúvida em endossar, aqui, o aparte produzido há pouco pelo nobre Senador pelo Rio Grande do Sul, Paulo Brossard. O Governo, mais hoje ou mais amanhã, vai partir para o racionamento; e até a linguagem dos técnicos do Governo já mudou a respeito. O Jornal O Estado de S. Paulo, de ontem, diz o seguinte:

“Rio — O governo, segundo asseguram seus porta-vozes mais autorizados, não pretende impor, ao menos por enquanto, qualquer restrição ao consumo de combustível com o racionamento direto, embora admita que os gastos com a importação de petróleo estão superando as previsões, já que somente no mês de maio a estimativa é de que tenha alcançado 600 milhões de dólares.

Por enquanto, o governo persistirá na tentativa de reduzir o consumo interno pela majoração dos preços, malgrado seus resultados até o momento não sejam considerados como plenamente satisfatórios e seus reflexos sobre o custo de vida, notórios.”

Ora, nobre Senador e eminente Líder Franco Montoro, diante das dificuldades que o País atravessa com sua balança de pagamentos, quando o Governo chega a adotar a solução que adotou, erigindo — como disse o Senador Paulo Brossard — uma cortina entre o Brasil e o mundo, a ponto de impedir os brasileiros da classe média de fazer qualquer viagem ao Exterior, com repercussões as mais terríveis, não apenas internamente, em nosso País, mas repercutindo lá fora, de forma muito mais grave do que um plano de racionalização de consumo aqui, pergunto então: Como o Governo não vai partir, mais hoje ou mais amanhã, para esse plano de racionamento ou de racionalização do combustível? É pena que, quando o Governo vier a adotar esse plano, poderá ocorrer aquilo que enfatizou o Senador Paulo Brossard: já seja bastante tarde. E que a culpa não seja jogada sobre os ombros da Oposição.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Agradeço mais esta contribuição a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Pediria ao nobre Senador que terminasse o seu discurso porque o seu tempo já se esgotou há mais de dez minutos.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Sabe V. Ex^a, Sr. Presidente, que o tempo foi ocupado muito mais pelos brilhantes apartes do que pelas considerações que o orador pôde fazer. Procurarei, entretanto, atendendo ao apelo de V. Ex^a, concluir estas considerações.

O debate, Sr. Presidente, trouxe muita clareza sobre o problema e verifica-se, de forma palpável, que está havendo uma mudança de orientação. O nobre Senador Lázaro Barboza acabou de citar um texto do jornal O Estado de S. Paulo de ontem, em que já se fala que por enquanto, o Governo não pretende tomar a medida. Mas, há uma outra notícia que está também no mesmo jornal e acrescenta uma nova informação que já era de conhecimento mais ou menos amplo e que agora é de conhecimento público. O Governo fala “por enquanto”, mas há uma nova circunstância importante. “Sabe-se” — diz a mesma notícia — “que a idéia do racionamento dispõe de

ardorosos defensores dentro do Governo, que advogam a medida". Então já se vê, aqui, uma nova informação que confirma os dados que tínhamos: há uma divisão no Governo. A matéria é, realmente, de um interesse relevante. Apesar de ter sido anunciado como infalível, como inamovível, de início, esta medida, e de se ter quase que desmoralizado a idéia da racionalização ou do racionamento, ela já passa a ter, agora, defensores dentro do Governo.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Com prazer.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Para não desfazer a boa imagem do País no Exterior.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Era o acréscimo que faltava. Até isso se invocava como argumento.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Invocava, o Governo.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — O Governo.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — O Presidente da República.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — O Presidente da República anunciou que este era o motivo. Motivo, evidentemente, destituído de fundamento, porque as maiores nações do mundo, como os Estados Unidos, por exemplo, adotaram um racionamento. A Holanda, a França, os países da Europa, adotaram a racionalização e o racionamento.

Assisti, Sr. Presidente, nos Estados Unidos, a um tipo de racionamento diferente. Aqui, parece-me, está uma das causas do erro incluído numa circunstância indicada na notícia publicada no jornal de ontem:

"Sabe-se que a idéia do racionamento ..."

Aqui o importante:

"... que seria executada mediante cupons e vinculados à expedição de taxas ..."

Em uma outra alocução do Ministro das Minas e Energia e numa declaração do Senhor Presidente da República dizia-se que o racionamento acarreta burocracia.

Ora, não é esta a única forma de racionamento. Está havendo um equívoco na colocação do problema. Os países que, racionalizando o uso da gasolina, chegaram até ao racionamento, estabeleceram, não um cartão de racionamento para cada pessoa, mas processos diferentes, que é preciso lembrar e que podem ser adotados no Brasil. Nos Estados Unidos, por exemplo, durante muito tempo — não sei exatamente o prazo em que perdurou esta medida — as bombas de gasolina só serviam cinco galões de gasolina. Fui testemunha deste fato, Sr. Presidente. Estava na Universidade de Yale, onde se diplomava um de meus filhos e havia um grupo de professores brasileiros que ia me acompanhar até o aeroporto. Eram 5 automóveis; mas, lembrados do racionamento, imediatamente fizeram um entendimento: em lugar de irmos com 5 automóveis, vamos as 6 pessoas num único automóvel porque há um racionamento.

O racionamento tem a importância e a consequência muito significativa de criar uma consciência de que é preciso reduzir o gasto, que é o interesse nacional desta medida.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — É poupar; gastar menos. Um outro tipo de racionamento adotado em outros países, e que é sugerido pelo Delegado da ARENA em São João da Boa Vista, mandado ao Ministro competente do Poder Público e publicado nos jornais, é no sentido de que se faça racionamento a exemplo do que se fez em outras nações. Nos fins de semana, quando

as nossas estradas ficam tomadas de automóveis, numa concentração de tráfego que muitas vezes paralisa uma estrada durante 10 horas até, num puro passeio, o racionamento consistiria em estabelecer: primeiro domingo do mês, carros ímpares; segundo domingo, carros pares, e assim por diante. Reduzir-se-ia pela metade e a pessoa sacrificaria, apenas, um pouco de seu conforto.

O Sr. Benjamim Farah (MDB — RJ) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — São essas pequenas medidas que têm sido adotadas em outros países e que trazem uma economia sensível ao consumo do produto.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto, Fazendo soar a campainha.) — Eu pediria a V. Ex^a que concluisse seu discurso, pois o seu tempo está esgotado e recebo sempre reclamações dos oradores.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Sr. Presidente, peço apenas permissão para ouvir os apartes solicitados. Não concederei novos apartes, em virtude da informação que V. Ex^a dá.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — Neste ponto, nobre Líder, não há como deixar de lembrar a observação feita pelo Senador Paulo Brossard de que a medida — o racionamento, ou a racionalização — adotada há seis meses ou há um ano atrás, poderia ser aplicada através de processos muito menos drásticos do que será se demorar mais. A limitação de velocidade nas estradas, a proibição de circulação nos centros congestionados da cidade, alternativa de carros pares e ímpares nos fins de semana, a limitação da venda de gasolina nos postos são medidas de racionamento ou racionalização perfeitamente suportáveis e que produziriam efeitos eficazes no seu tempo. Se passa a oportunidade, é evidente que o racionamento terá que ser muito mais drástico, controlado através de cupons, com uma limitação muito mais profunda.

O Sr. Benjamim Farah (MDB — RJ) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Pois não.

O Sr. Benjamim Farah (MDB — RJ) — Acho que a PETROBRÁS não tem necessidade de fazer racionamento nem de aumentar preço, porque ela está muito rica. Tanto que os diretores ganham salários altíssimos conforme foi denunciado por um representante da própria ARENA, não por nós. Se paga aqueles vencimentos, é sinal de que tem muito dinheiro. Há poucos dias, houve a denúncia de um professor, jornalista e ex-Diretor do DASP, de que altos dignitários da Administração Pública estariam percebendo remuneração também pela PETROBRÁS. Quer dizer, desempenhando funções fora da instituição e estão recebendo por lá. É sinal de que a PETROBRÁS tem muito dinheiro. E a PETROBRÁS tem muito dinheiro para gastar com gasolina, tanto que cada Ministro dispõe de um avião privativo. Não me refiro aos Ministros militares que, por questão de estratégia, muitas vezes precisam se deslocar rapidamente daqui para os mais diversos locais. Mas não entendo por que os Ministros Civis não podem viajar em avião comercial. Para que avião privativo para os mesmos? Vou citar um fato concreto: ao tempo do Governo do honrado Marechal Castello Branco, como Deputado viajei muitas vezes, de Brasília ao Rio, do Rio a São Paulo, em companhia de ministros; lembro, por igual, que o Chefe da Casa Militar, um dos homens de maior responsabilidade do Governo, que não era outro senão o atual Presidente da República, General Ernesto Geisel, S. Ex^a viajava em avião comercial, entrava em contato com os passageiros, não tinha medo dos riscos e não se dava ao luxo de ter um avião particular. um avião particular para cada Ministro, talvez até mais, é sinal de que a PETROBRÁS tem muito dinheiro, está muito rica, está inchada de dinheiro, como dizia Bernardo de Vasconcelos.

É de se estranhar que, na hora em que o Presidente fala em poupança, estejamos esbanjando, através dessas aberturas, dessas fissu-

ras, como os aviões particulares para os Ministros. Como disse, faço uma ressalva em relação aos Ministros militares que, num País continental como este, precisam se deslocar para uma fronteira, para qualquer lado, ou para uma reunião de magna importância em favor da segurança. Quanto a avião privativo para uso dos Ministros civis, não somos tão ricos assim, para nos darmos a este luxo. S. Ex^{as} podem voar em aviões comerciais, não há perigo, e não devemos fazer essas despesas. Se é por questão de segurança, nos aviões comerciais, em que viajamos, S. Ex^{as} terão a segurança do próprio piloto, porque o povo brasileiro é bom, simples, solidário, e, quando está sob uma autoridade, dá tudo de si para defendê-la.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto. Fazendo soar a campainha.) Pediria ao nobre Líder que ajudasse a Mesa a cumprir o Regimento Interno.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Sr. Presidente, limitei-me a conceder os apartes que me foram solicitados.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, os apartes mostraram uma dezena de medidas concretas, efetivas, que podem ser tomadas para diminuir o uso e o consumo da gasolina, sem trazer, como consequência, a elevação do custo de vida.

Lembro ainda que o Brasil talvez seja o único País do mundo que transporta gado de caminhão. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos acaba de aumentar a sua frota de caminhões para entrega de correspondência. Tudo isto implica em aumento de despesas, em aumento do consumo de gasolina.

O próprio Governo deveria dar o exemplo e, acima de tudo, determinar uma medida concreta para a redução do consumo desse produto que está pesando terrivelmente em nossa balança comercial, em nossa balança de pagamentos, provocando consequências terríveis para a população de nossa terra.

Com essas considerações, Sr. Presidente, queremos solicitar ao Governo que não retarde essa medida que deve tomar e que a tome sem receio de reações que possam parecer contrárias aos interesses do seu Partido.

A medida que o Governo acaba de tomar, em relação ao turismo, é uma prova de que providências são necessárias para equilibrar a balança de pagamentos, para diminuir o dispêndio de divisas. Mas a medida ora adotada é inadequada aos seus fins. Os apartes demonstraram claramente que, sem o debate, o Governo trouxe, unilateralmente, medida das piores para toda a população brasileira.

No momento em que o MDB aponta as suas sugestões concretas para a política energética, quero destacar a urgência imperiosa de uma medida drástica para redução do consumo de gasolina pela população brasileira.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. FRANCO MONTORO EM SEU DISCURSO:

RACIONAR A GASOLINA

"Senhor Redator:

O eminente Ministro Armando Falcão solicitou, na edição de 21 do corrente, a opinião de jornalistas sobre a oportunidade da política do Governo de restringir o consumo através de preços altos de petróleo. Procurando colaborar com as autoridades, aqui vai o ponto de vista de um agricultor do interior de São Paulo, após uma ligeira pesquisa. O preço alto da gasolina, deve diminuir o consumo, mas por outro lado a ARENA no próximo pleito estará em sérias dificuldades pela alta do custo de vida. O Ministro das Minas e Energia tem o exemplo da alta do petróleo provocada pelos produtores árabes, quando triplicaram o preço do petróleo no mercado internacional, gerando uma crise mundial sem precedentes, envolvendo a todos numa inflação altamente nociva para aqueles que dependiam da importação de energia. Será que os assessores e o próprio Ministro não percebem o grande desperdício de gasolina nos sábados e domingos no País inteiro, será que Sua Excelência não pensou que

com a alta sistemática dos combustíveis, os 100 milhões de brasileiros que não possuem automóveis, vão pagar por cerca de 3 milhões que possuem carros e muitas vezes 2 a 3 veículos por família? Senhor Ministro, quando a balança de pagamentos de uma nação está em déficit, o povo aplaude medidas corajosas e até drásticas. Na minha opinião, o caminho certo é simplesmente proibir aos sábados e domingos que veículos particulares saiam às ruas, pois, quem quiser viajar nestes dias tem à sua disposição, ônibus, ferrovias e taxis.

Racionar gasolina é perigoso, traz o cambio negro e o enriquecimento ilícito desmoralizante; haja vista o que ocorreu na última guerra. Para economizar gasolina os automóveis precisam ficar nas garagens, caso contrário o câmbio negro virá implacavelmente.

Durante a Revolução Francesa o infrator do racionamento era punido com a guilhotina e muitos franceses morreram guilhotinados e o governo fracassou totalmente.

A política de preços altos é contra o povo Senhor Ministro, ela poderá trazer sérios problemas para o seu próprio governo". Elyseu Ferreira Valle Germano,

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Virgílio Távora, como Líder.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — CE. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, ouvimos com atenção as enunciações da direção maior do MDB, substanciadas naquilo que chama o seu Plano Energético.

Vimos que o Plano Energético, em última análise, é composto de uma série de itens, muito dos quais já absolutamente em plena execução pelo Governo. Sobre isso deter-nos-emos na próxima ocasião que assumarmos a tribuna.

Sr. Presidente, parece-nos que essa enunciação era como que um prólogo para vir S. Ex^a discutir o problema do racionamento de gasolina, do racionamento do combustível. E ouvimos, entre as afirmativas de S. Ex^a e os apartes que o apoiavam, algumas afirmativas que nos deixam verdadeiramente estáticos. Gostaríamos que alguém nos mostrasse, dentro da relativa insciência que temos do assunto, pois conhecimento dele apenas possuímos pelos livros, que todo o problema se situasse em termos de cortar, por exemplo, os aviões ministeriais.

Esses aviões ministeriais, Sr. Presidente e Srs. Senadores — não há nenhuma ironia no que vamos dizer — são jatos executivos, não usam gasolina, usam simplesmente querosene. E que do nosso conhecimento seja — há pouco discutimos e muito isso, nesta Casa — não se destila um barril de petróleo em que, pelo seu próprio processo, não haja uma participação mínima de querosene, seja o querosene de aviação, seja o querosene comum.

Segundo, Sr. Presidente, o Executivo tem tomado medidas objetivas e concretas para redução do consumo do petróleo, que não se destina só à gasolina. De cada barril de petróleo, nós temos uma média percentual — já vimos aqui na sessão passada — de 27%, destinado à gasolina. Pode-se aumentar, diminuir essa percentagem, conforme o tipo da refinaria e ao seu destino não resta a menor dúvida. Mas temos também um dispêndio grande de óleo combustível, no item petróleo.

Se os dignos membros da Oposição tivessem prestado mais atenção ao discurso do seu eminente Colega, representante por Goiás e à contradição que fizemos — cujos dados vamos aqui usar para fazer bem ciente nosso ponto de vista sobre o racionamento — veriam, inclusive, o que se despende em óleo combustível, não só utilizado nas fábricas de cimento, na siderurgia, para citar só dois desses casos.

Então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não há um desses setores que possa ser apontado, sobre o qual o Governo não tenha procurado atuar para diminuir o consumo de petróleo. Não é possível reduzir o problema apenas à questão de gasolina, quando o racionamento e a poupança têm que ser encarados em termos muito mais largos.

Vamos adiante, Sr. Presidente. É preciso lembrar o verdadeiro subsídio que é dado, hoje em dia, às indústrias que utilizam como redutor, não o óleo, mas o carvão nacional, o vapor de carvão.

Tudo isso são medidas a respeito das quais vamos trazer dados, porque detestamos ficar só na eloquência que, aliás, não é nosso forte, (Não apoiado!) para mostrar a V. Ex^{as} que o Governo não é irresponsável como a nobre Oposição está querendo aqui pintar. Se estivesse convencido de que o racionamento era a solução melhor, o Governo o determinaria, porque, se há um Governo que não teme impopularidade quando toma medidas, a seu ver, justas e certas, é este.

Não vamos nos privar do prazer do aparte do eminente Senador por Sergipe, que hoje está muito contente com a solução do potássio.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Realmente, Excelência, estou muito contente pela meia solução do nosso potássio.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — CE) — Um momento, Sr. Presidente. Esta Oposição é incorrigível. Dá-se a solução que ela deseja e ainda diz meia solução. Vamos ouvir o aparte.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Somos da terra de São Tomé — estamos pagando para ver. Estou regressando daquela terra que, realmente, está meio contente com a solução do potássio. O que nós do MDB desejamos não é discutir se o Governo está gastando querosene ou gasolina, ambos derivados do petróleo.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — CE) — Não fomos nós que trouxemos o problema do querosene à baila, foi o eminente Colega de V. Ex^a

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Gostaria apenas de lembrar que, tive ciência de que o povo do Nordeste está saqueando para comer. O que o MDB está querendo do Governo é que entre nesse espírito de crise nacional. Lá no Nordeste, enquanto víamos na televisão "O Homem de Seis Milhões de Dólares", soubemos que o Ministro comprou uma casa de seis milhões de cruzeiros.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — CE) — Sr. Presidente, veja o que a paixão, muitas vezes de espíritos mais lúcidos, como o do eminente representante do pequeno e heróico Estado, traz à baila.

Primeiro: estava-se discutindo o racionamento. S. Ex^a diz que estão saqueando no Nordeste. O Senador Mauro Benevides não está presente, mas podemos afirmar que não houve saque nenhum, a não ser na imaginação de quem assim mandou a notícia. O que é melhor, foram prontamente atendidas aquelas reivindicações, em termos humanos.

Seca não é culpa nenhuma de Governo. Seca existe desde que o Nordeste é Nordeste.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — Por isso mesmo é culpa do Governo.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — CE) — Já atenderemos a V. Ex^a

Depois, Sr. Presidente, falando ainda em racionamento, afirma S. Ex^a que, numa época dessas, o Sr. Ministro da Fazenda foi comprar uma casa de seis milhões de cruzeiros. Muito bem. Sabem V. Ex^{as} que o Ministro da Fazenda, cuja Pasta foi uma das últimas a se deslocar para Brasília, não tinha casa até então. Morava por prazo determinado, na casa do Presidente do Banco do Brasil. Para ter uma casa, como todos os demais seus colegas, de duas, uma: ou compraria um terreno na Península e ia construir sua casa, ou adquiria uma casa construída.

Sr. Presidente, consideramos isso nonada, dentro da complexidade do problema que estamos aqui enfrentando — o energético —

e, no caso setorial, aquele outro percutivo pelo eminente Senador Franco Montoro, qual seja o do racionamento. Mas não poderíamos deixar de respigar uma afirmativa dessas.

Com prazer, ouviremos o eminente Senador Paulo Brossard.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — V. Ex^a falou em seca. Até há pouco não havia seca, havia falta de chuva, na palavra ministerial.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — CE) — Perfeito. Inicialmente, há falta de chuva. Se estas se prolongam existe a seca, eminente Senador. Neste ponto não pode haver a menor contestação porque, eminente gaúcho, nós somos, senão entendidos, pelo menos sofridos no assunto. E não há um nordestino, por mais apaixonado que seja, que vá contestar o que estamos afirmando a V. Ex^a

Dizíamos, Sr. Presidente, que este é um Governo responsável. Se estivesse convencido da absoluta necessidade do racionamento, na forma propugnada pela nobre Oposição, tomaria essa medida. Passa pela cabeça de alguém que — até por mero princípio de moralidade e de respeito a si mesmo — o Senhor Presidente da República, com medo de maior ou menor popularidade, iria deixar de empregar esse meio? Daí a ênfase que damos a este ponto, embora não gostemos de fazer pronunciamentos enfáticos neste recinto. Estimamos muito mais examinar números e calmamente sobre eles discutir. Mas queremos chamar a atenção dos Srs. Membros da Oposição para o seguinte: se há um homem que não cultive a popularidade e que seja capaz de tomar as soluções, por mais impopulares que elas sejam, por menos aceitas pela coletividade, desde que convencido de que esse é o melhor caminho, este homem é o General Geisel, que dirige os destinos da Nação.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — Permite-me um aparte, nobre Senador?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — CE) — Com prazer.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — Nobre Senador Virgílio Távora, V. Ex^a gosta muito de números, eu vou aqui tentar numerar o meu aparte.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — CE) — Já vimos que temos um adepto nos números. Os números nem sempre concordam, mas temos um adepto.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — Começo a seguir os caminhos de V. Ex^a

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — CE) — Já vai bem a Oposição. (Risos.)

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — N^o 1^o V. Ex^a reconhece que a política de tentar deter a tendência de aumento de consumo, à base dos altos preços, não deu até aqui qualquer resultado. Certo?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — CE) — Não.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — Mas o próprio Governo reconhece, Ex^a

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — CE) — Permite nos dizer, eminente Senador, deus! Desculpe estarmos afirmando assim: Pois diríamos que aumentou mas não fora ela, muitíssimo maior, seria a taxa de incremento desse consumo.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — Até agora ela provou ser ineficaz.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — CE) — Perdão. Veja o incremento dos anos anteriores e veja o atual, e V. Ex^a não pode julgar por um.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — Provou ser ineficaz; já no mês de maio, no mês passado portanto, nós chegávamos a 600 milhões de dólares gastos em importação de óleo.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — CE) — Muito obrigado.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — O óleo não subiu, não teve alta...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — CE) — Muito obrigado, nobre Senador.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — O óleo não subiu, repito, não teve alta nos preços internacionais deste ano. Pelo contrário, alguns países da OPEP chegaram a baixar, até significativamente, o preço do barril de petróleo. E, conseqüentemente, os efeitos da alta de preços dos combustíveis são danosos, estão aí patentes no custo de vida, inclusive até como fator de realimentação da inflação. Nós chegaremos, ao fim deste ano, nobre Senador, com inflação a média de quanto? De 55 ou 57%, a continuar as tendências atuais. E pergunto a V. Exª: Vamos continuar subindo o preço do petróleo, para tentar deter o avanço do consumo? E o que será feito do homem que trabalha, do operário, aquele que vive do salário mínimo, e que não ganha o suficiente para comer, nobre Senador? Qual a solução que V. Exª dá para o problema?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — CE) — Terminou o aparte? Inicialmente, vejamos Srs. Senadores, talvez até um pouco anti-parlamentarmente, demos um "muito obrigado" no meio do aparte de S. Exª, quando falou da importação, em mão, ter sido tão grande. Foi, e foi absolutamente certa, pois o que a PETROBRÁS fez, estourando os limites que o próprio Governo havia assinalado para ela, foi ante a eminência da OPEP aumentar os preços, ela, com todos os recursos que possuía adiantou compras que teriam que ser estendidas durante o ano. Isso é fácil de V. Exª conferir. É um dado para o qual não precisa haver contestação, se está certo ou errado, é só esperar as compras que ela vai fazer nos meses seguintes.

Mas eminente Senador, todos nós estamos à procura da melhor solução. Isso é o que queremos fazer compreender na nossa linguagem de técnico e de militar de antigamente, talvez uma linguagem rude, que não tem floreios, ou que envolvendo, às vezes, idéias pouco agradáveis, torna-as receptivas, dizemos: o Governo, se convencido estivesse da adequação da medida do racionamento, podia a casa vir abaixo, que essa era a solução adotada.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Permite V. Exª um aparte?

O Sr. Franco Montoro (MDB — SP) — Ele precisa ouvir mais a voz do povo e dos cientistas.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — CE) — V. Exª tem sua opinião sobre a voz do cientista, sobre a voz do povo. O Governo, colhendo a voz do povo, colhendo a voz dos cientistas, colhendo, enfim, as suas próprias observações, toma uma decisão não aleatória, mas à base de raciocínio frio, de raciocínio de um homem que, no dizer de De Gaulle, "como chefe é solitário na decisão".

Concedemos o aparte ao nobre Senador Jarbas Passarinho.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Nobre Senador Virgílio Távora, devo começar confessando a V. Exª o meu começo de desalento, quando vejo o rumo que certas discussões tomam. Não é a primeira vez, realmente, que aqui se fala, como se fosse um grande argumento, em favor da diminuição dos gastos em combustíveis líquidos, que não deveria existir avião para transporte privativo dos Ministros de Estado. O equívoco que, realmente, V. Exª já analisou tem sido repetido aqui mais de uma vez, mas é de muito menor significância. É de se confundir que o consumo dos aviões a jato é de gasolina quando, na verdade, é de querosene. Não daria tanta significância ao fato, porque preferiria discutir em termos um pouco mais amplos. Uma política de contenção, que fosse feita com grande êxito, poderia chegar, por exemplo, a economizar 20% do total de

gasolina. Já seria um grande êxito se conseguíssemos economizar 20% do total. Como a gasolina entra, nos gastos de combustíveis líquidos, na percentual de 30, nós teríamos uma economia final de 20% sobre 30%, ou seja, depois de ingentes esforços, diminuiríamos meia dúzia por cento do consumo. Cortando, por exemplo, os aviões dos Ministros, conseguindo o mesmo com os empresários particulares — quem sabe a Oposição nos daria uma fórmula que também cancelasse os aviões dos executivos que eles usam à vontade, também a jato e, também, a turbo-hélices que, também, por seu turno, consomem querosene — nós paralelamente, estaríamos correndo um risco muito sério, neste País como em vários outros. Era que a fraude, que é permeável a esses processos, poderia tornar praticamente nula toda a série de medidas adotadas, visando obter a economia. Por exemplo: fala-se em permitir que as chapas de terminação par pudessem ser livres, num dia, ou nos dias pares, por tantas semanas, e os ímpares nos dias ímpares, e assim por diante. Ocorre que, desgrazadamente, teríamos que enfrentar problemas de câmbio negro, de chapa fria, ou daqueles que têm dois automóveis e que, naturalmente, podem ter um com chapa ímpar e o outro com chapa par, o que é perfeitamente possível, e que não seriam atingidos na medida geral, que seria, portanto, injusta a partir do momento que atingisse uma só pessoa ou apenas a um grupo.

O Sr. Franco Montoro (MDB — SP) — Eu estava falando...

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Eu lastimo não poder ouvir V. Exª, porque estou dando um aparte. Teria, realmente, muita alegria de poder ouvi-lo, mas como estou dando um aparte o Regimento me impede, me faz surdo às palavras de V. Exª, o que é uma tristeza para mim. E creio mais, nobre Sr. Senador Virgílio Távora —, creio na honestidade dos meus companheiros da Oposição aqui nesta Casa, mas suponho que se o Governo viesse atender a recomendações tão insistentemente feitas por ele, e estabelecer um regime de racionamento de combustíveis líquidos — que teria que ser drástico, para causar algum efeito —, pois acabei de provar que apenas meia dúzia por cento seria o resultado de 20% de economia em gasolina — repito, creio nos meus colegas, mas duvido que o partido de S. Exªs não explorasse este fato, à beira das eleições, exatamente contra o Governo e contra nós.

O Sr. Franco Montoro (MDB — SP) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — CE) — V. Exª sabe que não negamos apartes, aqui, a ninguém.

O Sr. Franco Montoro (MDB — SP) — O próprio Governo, toda a argumentação feita cai por terra, quando se sabe que o Governo quer a redução, e está trabalhando por isso. O problema é saber se essa redução será melhor atingida com a elevação dos preços ou com a racionalização do uso. Quero acrescentar que a proposta do MDB não é apenas a da racionalização da gasolina, mas a utilização de uma série de outras fontes de energia, que não têm sido devidamente consideradas, como o álcool, a energia solar, o aproveitamento da lenha, do carvão mineral; enfim, toda esta série de depósitos que o MDB foi colher no meio dos professores universitários de todo o Brasil, e que mostram um fato inegável, sem julgar a honorabilidade de ninguém. Não adianta, a uma discussão, discutir se Presidente é honesto ou desonesto. Todos reconhecemos a honestidade do Presidente, os seus bons propósitos, a sua reta intenção, mas isso é de todos nós; todos nós temos a mesma reta intenção e somos honestos. O problema é verificar se a medida é certa ou errada. E todos sabemos, que por influências internacionais, que são incontestáveis, a pressão é para que se desenvolva a indústria automobilística, que se consuma gasolina, que se importe petróleo, e em lugar de uma tecnologia nacional, utilizemos a tecnologia estrangeira. Vou dar a V. Exª, um dado objetivo, sem discutir a intenção de ninguém: "Das pesquisas tecnológicas que hoje se fazem no mundo, 98% do total é gasto nos países industrializados, e apenas

2%, no conjunto de todos os países da América Latina, Ásia e África". Este é o quadro. Não vou culpar a ARENA ou o atual Presidente da República ou a Revolução ou os governos revolucionários, por este fato, o fato é mais sério e mais grave; vamos alargar a nossa discussão e reconhecer que esse desenvolvimento dependente, em que o Brasil tem vivido há muitos anos, precisa ser seguido de uma tomada de consciência, e adotarmos medidas que correspondam à nossa realidade, às nossas necessidades e aos nossos materiais. Para a Europa, por exemplo, o álcool é impossível, porque para o álcool é preciso grande extensão de terra, muito sol, muita mão-de-obra. É o que nós temos e eles não têm. Daí a necessidade de uma tecnologia própria. Este fato é incontestável. E é em função desta verdade que o MDB propõe uma política nacional de energia. Não vamos reduzir a nossa proposta à simples medida ocasional e incidente, mas justa, de que os Ministros não andem exclusivamente de avião. Porque esta é uma inovação. V. Ex^a foi Ministro como eu, e até o governo passado os Ministros andavam normalmente em aviões comerciais, o que era mais econômico, e mais democrático. Por que não voltar a esta prática? Não queira V. Ex^a defender o Governo a todo o transe. Posso dizer a V. Ex^a que uma boa parte dos atuais Ministros desejariam que essa medida fosse tomada, para poderem viajar em aviões comuns. Peço desculpas a V. Ex^a pela extensão do aparte...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — CE) — V. Ex^a já terminou o discurso paralelo?

O Sr. Franco Montoro (MDB — SP) — ... mas tive necessidade de recolocar o problema nas suas dimensões gerais, porque ele estava caindo para um picadinho, para uma diminuição da grandeza do problema, que não condiz com a seriedade e gravidade da questão.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — CE) — Sr. Presidente, testemunhe V. Ex^a que vamos conservar o mesmo nível de debates, esquecendo algumas das últimas expressões proferidas pelo eminente Senador Franco Montoro, cujo calor oratório talvez o tenha feito ir um pouco mais além do que desejava dizer. Não descomos a "picadinhos", quem citou a palavra "picadinhos" não foi o orador.

Vamos, então, Sr. Presidente, apenas, em ficando na altitude que gostaríamos que o debate fosse, dizer que aqui foi citado, por exemplo, o álcool, como se o Governo não tivesse entrado no plano do álcool. Fê-lo não com conversa, mas com ações.

Vamos, apresentar alguns dados, aqui, Sr. Presidente, atendendo a V. Ex^a de raspão, porque pretendemos responder quando inscritos — e portanto dispondo de mais tempo — a esses diferentes itens aqui percutidos, inclusive as sugestões apresentadas pelo eminente Líder do MDB em nome de seu Partido, que são, nada mais nada menos, algumas excluídas, aquilo que o Governo está fazendo.

Mas, Sr. Presidente, S. Ex^a fala em plano do álcool, como se o Governo não tivesse feito o esforço. Sabem os senhores quanto, até o fim deste ano, terá gasto o Governo no incentivo ao álcool? A esse aumento da produção do álcool? Um bilhão e seiscentos milhões de cruzeiros, garantindo no ano que vem, já uma produção de um bilhão de litros.

Passemos adiante. Até o dia de hoje, temos — e vamos nos permitir ver, aqui, os dados — aprovados 38 projetos e, até o fim do ano, teremos 60. Até o dia de hoje, esses projetos têm um montante de recursos a ele aportados de 934 milhões de cruzeiros. Como, senhores, em sã consciência, dizer-se, apresentar-se outras fontes, que devem ser, que não a gasolina, como se o Governo não a elas estivesse dando a devida atenção?

E, assim, repetimos Sr. Presidente, essas diferentes fontes apresentadas pelo honrado Partido da Oposição serão aqui discutidas, uma por uma, e mostrando que o Governo está dando uma solução globalizante para este problema, — que realmente deve ser preocupação da ARENA e do MDB — qual seja a nossa dependência energética, ainda acentuada, do exterior, da ordem de 40%.

Eram estas as declarações iniciais que tínhamos que dar, Sr. Presidente, escusando-nos pela ênfase que não gostamos de emprestar a nossos discursos. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marcos Freire. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Orestes Quêrcia.

O SR. ORESTES QUÊRCIA (MDB — SP) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, e nobres Srs. Senadores:

Dias atrás, usando da palavra, nós tecemos algumas críticas ao Governo do Estado de São Paulo. Naquela oportunidade, levantando o problema da Associação Paulista dos Empreiteiros de Obras Públicas, lamentávamos a maneira como o DERSA, que é o órgão encarregado de construções de estradas do Governo de São Paulo, estava encaminhando um edital para a construção da importante Via Norte, no seu primeiro trecho, que deve ser de aproximadamente 100 km e que ligará a cidade de São Paulo à Campinas.

E a reclamação, Sr. Presidente, era de que o DERSA, provavelmente, estaria realizando uma concorrência de tão alta monta, com cartas marcadas, para que grandes empresas vencessem essa determinada concorrência.

Diziam, então, que foram estabelecidos cinco trechos de 20 km e que, exatamente, poucas firmas, em todo o Brasil, têm condições de um capital de duzentos milhões de cruzeiros para ingressar — como de fato ingressaram — na concorrência a que estamos nos referindo.

Dias depois, lemos nos jornais de São Paulo declarações do Engenheiro Luiz Roberto Marri do Amaral, que é exatamente o Presidente do DERSA, justificando a atuação daquele órgão do Governo do Estado. Disse que, realmente, o Governo de São Paulo pretendeu que aquela concorrência acessem firmas grandes, com saúde econômica —, disse ele, — e mais, com saúde financeira, realmente em condições de realizar a obra no prazo de vinte e seis meses, que é a intenção do Governo do Estado de São Paulo.

Mais ou menos na mesma oportunidade, no Encontro Nacional de Presidentes de Sindicatos e Associações de Classe da Construção, realizado em Salvador, a Câmara Brasileira da Indústria e da Construção, os Sindicatos e Associações de Classe da Indústria da Construção enviaram um telegrama ao Senhor Presidente da República, vazado nos seguintes termos:

Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Sindicatos e Associações de Classe da Indústria da Construção reunidos em Salvador, face a atual conjuntura falta de obras especialmente no setor rodoviário provocando ociosidade equipamentos e homens dezenas de empresas solicitam Vossa Excelência providências sentido reestudar caso licitação construção Via Norte a se realizar dia 31 de Maio, DERSA — Desenvolvimento Rodoviário S/A., que limita possibilidade trabalho apenas algumas empresas trazendo também — preocupação ferir aspecto moral contratantes já escolhidos previamente.

Hoje, Sr. Presidente, estamos voltando rapidamente ao assunto para mostrar mais dois aspectos à consideração desta Casa e serem alinhados àqueles que trouxemos, em nome da Associação a que me referi, por entender que o interesse do Estado de São Paulo deve ser tratado pela sua representação nesta Casa.

O primeiro é, ao que tudo indica, que realmente o DERSA quis que a concorrência ficasse adstrita àqueles empresas. E foi longe, muito mais longe, Sr. Presidente; quando, por ocasião do edital que publicou, o DERSA especificou que as firmas que poderiam participar na concorrência deveriam ter um capital de 200 milhões de cruzeiros até 31 de 12 de 1975, meses antes da abertura da referida concorrência. Realmente, talvez com a intenção de impedir que novas firmas pudessem — firmas que aumentaram o seu capital no

início deste ano — também, ter o direito legítimo de concorrer àquela importante obra viária do Estado de São Paulo.

O outro aspecto é o seguinte: o argumento usado pelo DERSA, por subjetivo, podemos até entender e compreender; pretende que a obra seja executada por grandes empresas que tenham saúde econômica e financeira, talvez num princípio de economia de escala, para beneficiarem, em última análise, o Governo e o Erário público de São Paulo.

Entretanto, Sr. Presidente — e é exatamente por isso que estamos voltando ao assunto nesta Casa — parece que não será levada em consideração que não haverá lucro, por parte do Governo do Estado, em empreitar esta obra para grandes empresas. Como dizia, talvez tenha o DERSA, querido contratar obra de tamanha importância com grandes empresas para que houvesse lucro através do princípio de economia de escala que, realmente, poderia trazer benefícios ao Estado de São Paulo. No entanto, os preços do DERSA, que serviram à planilha da concorrência, são superiores aos preços do Departamento de Estradas de Rodagem, em cerca de 50%.

Ora, se pequenas empresas constroem obras pequenas, a determinado preço unitário, evidente que, grandes empresas, realizando grandes obras terão preços menores. No entanto, isso não acontece, Sr. Presidente, ocorre exatamente o contrário.

A Associação Paulista de Empreiteiros de Obras Públicas distribuiu um documento no qual esclarece a situação. Limitar-me-ei a falar a respeito de alguns itens que demonstram, através desse documento que realmente os preços do DERSA são superiores aos do DER.

Nos itens:

Limpeza — preço DERSA, 264,86% superior ao preço DER;

Transporte — preço DERSA 54,15% superior ao preço DER;

Compactação — preço DERSA 60,65% superior ao preço DER;

Brita graduada — preço DERSA 43,59% superior ao preço DER;

Concreto, de 150 kg — preço DERSA 42,60% superior ao preço DER;

Formas de concreto — preço DERSA 56,14% superior ao preço DER;

Cerca — preço DERSA 58,40% superior ao preço DER.

Portanto, Sr. Presidente, para juntar aos argumentos que já trouxemos a esta Casa — com base em informações da Associação Paulista de Empreiteiros de Obras Públicas, e do noticiário da Imprensa — estamos trazendo mais estes.

Temos, como já referimos anteriormente, a maior consideração pela pessoa do Governador de São Paulo; sabemos que se trata de um homem digno, que realmente é honesto e que, de maneira alguma compactuaria com nenhuma negociação sob a sombra do seu Governo.

Entretanto, estranhemos que os preços do DERSA, em termos de economia de escala, deveriam ser menores e acontece exatamente o oposto: preços do DERSA, grandes obras, grandes empresas e preços maiores.

Quero crer que o Erário público do meu Estado está em desvantagem e gostaríamos que o Governo do Estado de São Paulo prestasse esclarecimentos para que pudéssemos, realmente, compreender o que está ocorrendo com essa obra que reputamos bastante importante para o nosso Estado e para o nosso País.

O Sr. Otto Lehmann (ARENA — SP) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — SP) — Com muito prazer.

O Sr. Otto Lehmann (ARENA — SP) — Prestarei, com muita satisfação, esses esclarecimentos que V. Exª está pedindo. Vou-me inscrever para, na primeira oportunidade, dar a informação que tenho, já em mãos, a esse respeito.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — SP) — Agradeço ao nobre novo colega nesta Casa, o ilustre Senador Otto Cirillo Lehmann, a intervenção no sentido de — como representante da Aliança Renovadora Nacional do meu Estado — obter dados que, para S. Exª, evidentemente são mais fáceis junto ao Governo do Estado e, assim, esclarecer esta Casa a respeito dessa matéria.

O Sr. Otto Lehmann (ARENA — SP) — Desde já desejo esclarecer a V. Exª que não é o Governo do Estado. É a DERSA que vai dar os elementos, porque é Sociedade de Economia Mista que não tem dependência direta do Governo do Estado, embora funcione com capital do Estado.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — SP) — Somente para esclarecer a V. Exª: A DERSA tem dependência direta do Governo do Estado de São Paulo, tanto que seus diretores são nomeados pelo Governador e o órgão pertence ao Governo do Estado de São Paulo. Evidentemente que se trata de uma empresa pública o que é muito comum hoje nos Governos Estaduais, e municipais, porque facilita realmente os empreendimentos de obras públicas. Mas, realmente trata-se de um órgão ligado diretamente ao Governador do Estado.

Agradeço sinceramente ao nobre Senador, pelo esclarecimento que S. Exª deverá prestar a esta Casa. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Benjamim Farah) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marcos Freire, por cessão.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

As hordas mouras tornaram-se célebres na Europa, sobretudo na Península Ibérica, durante a Idade Média. Os infiéis praticavam toda sorte de violência contra os cristãos, ao enfrentar os povos a que se contrapunham.

Num fenômeno simbiótico e ininteligível aos comuns dos mortais, elas parecem ter se transplantado no tempo e no espaço. Depois de séculos de suas famosas façanhas, ressurgem estilizadas em terras de Pernambuco e, como no passado, pelo abuso e prepotência aonde chegam, vão se tornando celeremente célebres, no Brasil de nossos dias.

Sim, há hordas mouras em Pernambuco! Elas se espalham a toda hora e em todo lugar. Já não é mais preciso haver reuniões de políticos adversários para elas se manifestarem. Em repouso, durante períodos tão longos, as hordas mouras precisam recuperar o tempo perdido. Pouco importa que tenham que extrapolar os limites territoriais de Pernambuco. Para a insânia e a truculência não existem obstáculos.

Abramos os jornais. Aqui está o *Correio Braziliense* do último dia 14. Em primeira página, sua manchete:

SEQUESTRO — Brasília, quarta-feira, 8,30 horas, no Setor Comercial. Três homens arrastaram o comerciante Aristóteles Machado de Queiroz para uma *Variant* amarela.

O Deputado Álvaro Gaudêncio esteve, ontem, no gabinete do Ministro da Justiça para denunciar a Falcão e pedir providências para um caso de sequestro. O sequestrado, o comerciante Aristóteles Machado de Queiroz, primo de Gaudêncio e proprietário de uma loja de pneus, estava, numa hora já de movimento, de manhã, na Galeria Nova Ouvidor, quando foi agarrado por três homens que o jogaram dentro de uma camioneta *Variant* amarela. E levaram também o carro de Aristóteles, um *Volks* que foi encontrado depois perto do Hospital das Forças Armadas.

No dia seguinte, 15, este mesmo jornal tratava do mesmo assunto:

O silêncio total dos sequestradores do comerciante Aristóteles Machado de Queiroz deixa mais apreensiva a sua família. O dono de uma lanchonete disse que um dos sequestrado-

res era policial do DOPS. Mas o líder do Governo na Câmara, José Bonifácio, não acredita.

De novo, o **Correio Brasiliense**, dia 16 na primeira página:

Aristóteles Machado Queiroz pertence a uma família de prestígio nos meios políticos, judiciários e empresariais. Seu primo, Álvaro Gaudêncio (Deputado Federal), pensando inicialmente tratar-se de uma intervenção dos órgãos de segurança, procurou e obteve toda a colaboração do Ministério da Justiça para desvendar o mistério do desaparecimento de Aristóteles. Em estado de choque, a mulher e as filhas do comerciante temiam que se tratasse de vinda de contrabandistas e rezavam para que Aristóteles tivesse sido detido por órgãos de segurança.

E no outro dia, 17

"Ponto final na novela do comerciante Aristóteles Machado Queiroz: Seqüestrado reaparece.

O comerciante Aristóteles Machado Queiroz, seqüestrado em Brasília na última quarta-feira, pela polícia de Pernambuco por causa de um derrame de cheques frios em João Pessoa e Recife, chegou ontem a esta cidade, inteiramente livre de qualquer suspeita, e revelando a verdadeira história de sua prisão que se deveu a um lamentável equívoco.

Qual a história do seqüestrado? Vejamos. Diz ele:

"O que aconteceu comigo parece história de ficção. Coisa de filme policial. Eu estava chegando à minha loja, eram mais ou menos 8, 20 da manhã de quarta-feira, quando fui cercado por alguns indivíduos, um dos quais exibiu uma carteira de policial e me deu voz de prisão. Sem que eu tivesse tempo sequer de saber do que se tratava, empurraram-me para dentro de uma van e, obrigaram-me a ficar de cócoras no chão do veículo e me vendaram os olhos com a toalha. Como eu reclamasse explicações, me disseram: Fica quieto, que o teu cúmplice já está aqui também e tu estás sendo muito bem tratado". A van andou cerca de uma hora e parou num local que eles diziam ser quartel, mas que não era. Fui retirado do carro e colocado em frente a uma parede. Rapidamente retiraram a toalha e me cobriram o rosto com esparadrapo. Em seguida enfiaram minha cabeça dentro de um saco, o mesmo acontecendo com o outro preso, cujo nome não cheguei a saber".

"Andamos durante muito tempo. Um ou dois ou quatro horas talvez. Em certo momento, percebi que o carro diminuía a marcha e parava no acostamento. Tiraram-me do carro, juntamente com o outro preso e levaram-nos para dentro do matagal. Retiraram o saco e o esparadrapo e começaram a me interrogar: queriam explicações sobre os papéis e os endereços de empresários que eu tinha na minha pasta. Queriam saber o que eu estivera fazendo em João Pessoa no dia 12 de março e no Recife três dias depois. De acordo com as minhas respostas e com a promessa de que provaria tudo chegando a Recife, senti que eles começaram a desconfiar de que haviam prendido a pessoa errada. O outro preso que seguiu comigo foi submetido ao mesmo interrogatório. Quando voltamos ao carro, o tratamento que nos dispensaram já foi outro. Viajamos com muita cordialidade e eu devo confessar que em nenhum momento sofri qualquer violência, a não ser esta de ser arrancado da porta de minha loja e levado para outra cidade, sem qualquer conhecimento de minha família".

Como se vê, só mesmo coisa de **hordas mouras**...

Pernambuco, Sr. Presidente e Srs. Senadores, sofre muitas dores e tristezas, em especial agora, nos tempos de seca, que atravessamos. Mas, apesar de tudo, seu povo encontra sempre ânimo para sorrir e exaltar os feitos de seus filhos.

E eis que, a gente que vive e vibra com o futebol, exultou quando Givanildo, integrante do Santa Cruz, conhecido no Recife como o Clube das Multidões, foi convocado para integrar a Seleção Brasileira que foi disputar o Torneio Comemorativo do Bicentenário da Independência dos Estados Unidos. Mas ainda, quando, de volta da viagem, seu valor individual foi ressaltado por unanimidade e comprovada a sua efetiva contribuição para o sucesso do Brasil.

Era o primeiro jogador atuando em clube pernambucano que teve oportunidade de vestir a camisa canarina, sendo um dos co-autores da nossa vitória sobre a Itália, naqueles 4 a 1.

Era, talvez, alegria de pobre, mas era a alegria de um povo sofrido.

Givanildo, pelos jornais, dizia, no dia 1º de junho:

"Sobre a violência do adversário, tudo foi desespero de causa. — A violência de lá e não ainda a de cá. Um time que faz um gol relâmpago como a Itália fez, inclusive chegando a dominar alguns momentos da partida, e, de repente, ver seu time perdendo de 2 a 1, chegando ao elástico escore de 4 a 1, só pode se desesperar e partir para a violência, que não ganha jogo. Jogo se ganha com tranquilidade e com jogadas conscientes como o time do Brasil fez."

Mal sabia Givanildo duas coisas: Primeiro que dava um conselho de alta profundidade, e não apenas para o setor desportivo. Mas não sabia ele que, chegando de terras estrangeiras, teria de enfrentar outra espécie de violência ao aportar à sua terra, o Estado de Pernambuco. E não apenas ele, mas a torcida pernambucana também. Todos que para sua chegada foram, torcedores não apenas tricolores mas de Pernambuco inteiro, preparavam-se para recebê-lo festivamente no aeroporto da minha cidade do Recife. Mas, para lá — segundo ainda nos dá conta a imprensa — terão ido, também as **hordas mouras**...

É o que se deduz da notícia que se lê no **Jornal do Brasil**, do último dia sete:

"RECEPÇÃO PROIBIDA

RECIFE — A multidão que lotava o Aeroporto dos Guararapes ficou em silêncio, as bandeiras da torcida do Santa Cruz foram enroladas e a charanga parou de tocar seus principais frevos, quando Givanildo chegou. Não foi um tipo novo de homenagem, preparada coletivamente. Pelo contrário, a torcida queria mesmo era explodir num grande carnaval, tendo o seu principal ídolo como um grande estandarte.

Mas a polícia impediu, e mal saiu do avião, Givanildo foi escondido por um número exagerado de policiais, que nem a ele, ao jogador consagrado na Seleção, permitiram qualquer ato de liberdade, chegando até mesmo a deixar os torcedores ridicularizados, como se estivessem ali sem qualquer pretexto. Algumas bandeiras foram jogadas fora e houve o desabafo de um torcedor: "Será que ele ficou difícil ou pensam que o homem é de ouro, que não pode sequer ser tocado?"

Em casa, na Praia da Boa Viagem, o jogador repetiu muitas vezes:

— Não sei como isso aconteceu, de repente me vi dentro de um carro policial, quando o que eu queria, realmente, era comemorar um pouco junto aos torcedores. A festa era minha ou não era?"

Na verdade, a festa não era só de Givanildo, a festa era do povo de Pernambuco. Mas as **hordas mouras** não deixaram que a festa se realizasse. É o que informa, igualmente, a coluna de João Saldanha, assinada a crônica por Fausto Neto, publicada pelo **Jornal do Brasil**, no último dia oito:

"Chato foi o que ocorreu no Recife, onde a torcida organizou uma festa para receber seu herói — Givanildo —

mas a polícia interveio e, além de esconder o jogador, rasgou muitas bandeiras e calou a multidão."

Sr. Presidente, Srs. Senadores, que destino o de Pernambuco!

Hordas mouras querendo calar o seu povo. Já não apenas em suas reuniões políticas, mas até mesmo em suas exaltações desportivas. Que horror a povo é este? Permitindo-se o neologismo, será povofobia?

Talvez se diga, mais uma vez, que as **hordas mouras** foram à rua para oferecer "proteção". Basta desses tipos de "proteção". O povo quer sentir, de perto, os seus "líderes". Fiquem sabendo que essa gente é formada em uma outra escola, escola de amor à liberdade e respeito à personalidade humana. O "espírito mouro" baixou, de repente, em terreno caboclo, sem que se cantasse o "ponto", sem que houvesse atabaques nem curimbas porém, mais dia, menos dia, vai ser exorcizado porque ali, em Pernambuco, não se tem medo de cara feia. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Benjamim Farah) — Tem a palavra o nobre Senador Fausto Castello-Branco.

O SR. FAUSTO CASTELLO-BRANCO (ARENA — PI. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Antes de iniciar esta breve comunicação, e por maior apreço que eu tenha ao Presidente desta Casa e à Mesa que ora preside estes trabalhos, queria deixar registrado o meu protesto. Quando aí me inscrevi e fui precedido pelo nobre Senador Marcos Freire, por quem, também, mantenho o mesmo apreço, tendo eu o cuidado de me comunicar com o nobre Senador Benedito Ferreira, pelo telefone, ele me disse não haver cedido a palavra a nenhum nobre Senador antes do meu pronunciamento.

É este o meu protesto, veemente, em virtude de fato que jamais tinha visto nesta Casa do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A Medicina Brasileira reunirá em Teresina — Piauí, no período de 18 a 25 de julho do corrente ano, com a realização da I Jornada Médica Governador Dirceu Arcoverde.

É mais um gesto entre outros gestos e decisões, a mostrar a coerência de uma classe voltada para o homem, vale dizer, para a valorização crescente do ser humano.

Nunca foi fácil fazer o desenvolvimento da Medicina. Mas seus profissionais, sem medir esforços, têm sempre procurado numa luta permanente melhorar a sua qualidade. É grande o entusiasmo dos médicos brasileiros nessa arrancada cívica em busca da solução brasileira para um secular problema brasileiro, igualmente imensa é a responsabilidade de quantos detêm parcelas maiores de participação nessa tarefa, a fim de fazer com que todos os esforços se concentrem, todos os recursos se multipliquem, toda energia se canalize para maior êxito na evolução da Medicina no Brasil.

É importante salientar que, esse conclave tem como objetivos primordiais: a melhoria das condições de trabalho do médico, adequadas instalações dos ambulatórios e hospitais, um ensino médico mais eficiente e um maior rendimento operacional na rede médico-hospitalar posta pelo Governo a serviço do povo.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, congratulamos com a Academia Nacional de Medicina, pela presença do seu eminente Presidente, Professor Magalhães Gomes, que será o líder dos conferencistas e mais 18 entidades médicas que estão patrocinando esse importante encontro médico-cultural para o Piauí e Estados vizinhos, entre as quais destacam-se por suas atuações a Academia Brasileira de Medicina Militar, Sociedade Brasileira de Cancerologia, Sociedade Brasileira de Ortopedia, Sociedade Brasileira de Cardiologia, Sociedade Brasileira de Oftalmologia e outras, sob os auspícios da Associação Piauiense de Medicina, Universidade Federal do Piauí, Secretaria de Saúde, Secretaria de Cultura e Secretaria de Educação, órgãos pertencentes ao Governo do Estado do Piauí.

Será, sem dúvida alguma, o maior acontecimento médico já registrado no Piauí. Serão pronunciadas 35 conferências médicas de "Atualização em Medicina e Cirurgia" e um curso para a Faculdade de Odontologia. Será uma semana de intensa atividade médico-científica onde desfilarão proeminentes galardões da medicina do Rio e São Paulo. Está confirmada a presença do Professor Pedro Kassab, Presidente da AMB e atual Presidente da Associação Mundial de Saúde. A Academia Piauiense de Medicina, fará uma sessão especial em homenagem ao Professor Magalhães Gomes, Presidente da Academia Nacional de Medicina.

Queremos uma medicina progressista, mas, acima de tudo, queremos uma medicina em que o desenvolvimento se realize dentro dos princípios de assistência social e que se ajuste inteiramente às legítimas aspirações do povo brasileiro e aos altos interesses nacionais. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Benjamim Farah) — Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Brossard.

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Apenas vou dizer duas palavras.

O Tribunal de Justiça do meu Estado, pelo qual tenho o maior respeito, dadas as altas qualidades que exornam os seus integrantes, dirigiu-se a S. Ex.^a, o Sr. Ministro da Justiça, a propósito da propalada reforma do Poder Judiciário, externando a sua convicção de que não devem ser extintos os Tribunais de Alçada.

A chamada reforma do Poder Judiciário de que se fala, desde o ano passado, e que vem sendo prometida, em verdade não é conhecida no seu conteúdo.

Consta, entretanto, que ela abrigaria, em seu seio, a extinção dos Tribunais de Alçada.

O Rio Grande do Sul é um dos Estados que criaram Tribunal de Alçada. Também, o Estado de São Paulo, que foi o primeiro deles, e outros a ele se seguiram.

O Tribunal de Alçada do Rio Grande do Sul tem funcionado de forma impecável e contribuído de forma admirável para a prestação jurisdicional, de tal forma e a tal ponto que o Tribunal de Justiça do meu Estado entendeu de oferecer este seu depoimento às altas autoridades da República, no sentido de que considerassem a experiência daquele Estado, e, certamente, de outros Estados, para que na chamada e projetada reforma do Poder Judiciário não viessem a ser eliminadas estas cortes de Justiça.

Era isto apenas, Sr. Presidente, que queria transmitir ao Senado e, por seu intermédio, ao Governo e à Nação.

No Rio Grande do Sul, o Tribunal de Alçada tem funcionado de maneira a colher louvores — e quem o diz não é o Senador pelo Rio Grande do Sul, mas o egrégio Tribunal de Justiça daquele Estado.

Como subsídio aos estudos que o Congresso tiver de fazer, quando a ele chegarem as proposições que o Poder Executivo anuncia, e que ocupo a tribuna neste instante, para inserir nos Anais o pronunciamento da egrégia corte rio-grandense.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. PAULO BROSSARD, EM SEU DISCURSO:

Do TJE ao Governo Federal

EXTINÇÃO DOS TRIBUNAIS DE ALÇADA É RETROCESSO

Como o **Correio do Povo** antecipou, o Tribunal de Justiça do Estado, por decisão unânime de seus membros, manifestou-se, em documento enviado ao ministro Armando Falcão, para ser dado conhecimento ao presidente da República, contrário à propalada extinção dos Tribunais de Alçada, que se anuncia, prevista na reforma do Poder Judiciário, em andamento.

O documento do tribunal gaúcho, ontem liberado à publicação pelo presidente da Corte, desembargador José Faria Rosa da Silva, foi elaborado por uma comissão integrada pelos desembargadores Júlio Costamilan Rosa, Pedro Soares Muñoz, Niro Teixeira de Souza e Cristiano Graeff Junior.

Diz na íntegra:

"Senhor Ministro. O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul sempre que teve oportunidade de pronunciar-se a favor de uma reforma do Poder Judiciário destinada a aprimorá-la, apresentou sugestões. Em 30 de agosto de 1965, ofereceu ao saudoso Ministro Milton Campos a sua contribuição à reforma em estudos. Em agosto de 1974, encaminhou ao eminente Presidente do egrégio Supremo Tribunal Federal colaboração à reforma ora em andamento. Entre outras importantes inovações, sugeriu explicitar-se a situação constitucional dos Tribunais de Alçada, com o objetivo de assegurar maior unidade do Poder Judiciário, na organização de seu orçamento. Assim se manifestando, obviamente entendeu necessários tais tribunais, baseando-se na experiência de um quarto de século, verificada não só em São Paulo, que os mantém desde 1951, senão também na dos antigos Estados do Rio e Guanabara, Estados de Minas Gerais e Paraná e, especialmente no Rio Grande do Sul. Aqui o Tribunal de Alçada foi instalado em 1971, com 10 juízes, aumentados para 16 em 1974. Revelou-se pretório capaz de cumprir sua missão de desafogar a Justiça de segunda instância, possibilitando realização do ideal de justiça rápida. No ano de 1975, o julgamento dos feitos no Tribunal de Alçada do Rio Grande do Sul acompanhou a distribuição, encerrando-se o ano com acórdãos lavrados, segundo o relatório anexo. O relacionamento entre o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Alçada, entre os Juízes de Alçada e os Desembargadores, no Rio Grande do Sul é perfeito. Pode-se, pois, afirmar que na distribuição da justiça em segunda instância, neste Estado, não há crise, mas realização da justiça célere. Aliás, parece fora de dúvida que assim também é nos Estados onde existem Tribunais de Alçada. A todos, portanto, surpreendeu a notícia de que se pretende extingui-los, transformando-os em seções especializadas dos Tribunais de Justiça dos Estados. Diante das fontes de que emanam tais notícias, entendeu este Tribunal, por unanimidade, de seu dever manifestar ao Exmo. Sr. Presidente da República, por intermédio de V. Ex^a, a sua apreensão pelo futuro da Justiça brasileira de segunda instância, se efetivada essa medida que, com a devida vênia, reputa prejudicial, constituindo-se em retrocesso, pelos motivos a seguir expostos:

"Dois são os pressupostos até aqui apontados como determinantes da necessidade da propalada extinção: a) o desestímulo aos juízes que os integram, que "se considerem impossibilitados de atingir ao término da carreira, devido ao reduzido número dos Desembargadores dos Tribunais de Justiça; b) a possibilidade desses tribunais inferiores, "pela competência que lhes pode ser atribuída, de desempenhar a maior atividade judicante de segundo grau, decidindo soberanamente sobre questões de fato relevantes e a interpretação de leis estaduais" (da conferência do Ministro J.G.R. Alckmin, Problemas Brasileiros, nº 149).

Nenhum desses dois motivos justifica a pretendida extinção.

Todos os juízes dos Estados aspiram ser Desembargadores, atingindo ao ápice da carreira. Somente alguns, porém, o conseguem. Isso pela ordem natural das coisas porque não há modo de proporcionar a todos os que ingressam em carreiras profissionais meio de atingir o ponto mais alto quando este ponto é limitado.

Os Tribunais de Alçada, ao revés, oferecem a todos os juízes maiores oportunidades de subir à segunda instância, percebendo vencimentos muito aproximados dos vencimentos dos Desembargadores.

A sua substituição por seções dos Tribunais de Justiça apenas ampliaria o número dos juízes que chegariam a ser Desembargadores. A reforma, dessa maneira, não objetivaria aprimorar a distribuição da Justiça, mas a atender interesse individual de cerca de 150 juízes. E, **permissa venia**, em detrimento da Justiça e dos tribu-

nais de segunda instância. Esta se constituiria em cada Estado de um Tribunal gigante, como aconteceu em São Paulo com o primeiro Tribunal de Alçada, que chegou a ter 38 juízes e, por esta razão, teve de ser desdobrado para melhor funcionamento. É de sapiência comum a dificuldade de administrar através de órgãos gigantes. E, na distribuição da Justiça é preciso haver um órgão máximo com a autoridade decorrente da participação de todos os integrantes do Tribunal Superior que administra esta distribuição, zelando pela sua eficiência. Essa, aliás, a mais importante missão dos Tribunais de Justiça, órgãos de cúpula, nos Estados, que organizam, dirigem e orientam a distribuição da justiça, ao mesmo tempo que também a aplicam nos casos mais complexos.

Sustenta-se que, com a especialização de Turmas ou Seções, sem "atribuição alguma ao Tribunal Pleno", as seções "funcionariam como se, na realidade, exercessem a função jurisdicional em Tribunais distintos".

Supõem-se, que as Seções dos tribunais gigantes se comportariam como os Tribunais de Alçada, "cujos excelentes serviços têm sido por todos admitidos" (Conferência do Min. J. G. R. Alckmin, no Instituto dos Advogados). Será difícil acontecer isso porque justamente o fato de serem os Tribunais inferiores de segunda instância, reside a sua capacidade de apresentar maior volume de julgamentos. Essa inferioridade, que não humilha, nem rebaixa, possibilita a repartição da competência recursal de acordo com as necessidades de cada momento histórico, segundo as pressões econômicas ou sociais. É necessária a existência de um órgão de cúpula, constituído de juízes de igual categoria, que possa, na sua totalidade, sentir e atender aos reclamos de justiça, criando, quando for o caso, e disciplinando tribunais inferiores autônomos, com direito a organizar sua secretaria, fazer seu regimento interno e eleger sua direção de forma a adaptar-se às necessidades de cada dia. Isso somente é possível através de um Tribunal Superior, que escolha os juízes do inferior, acompanhe suas atuações e possa também julgá-los se acusados de maus distribuidores da justiça.

Por outro lado, para evitar que sejam atribuídas aos Tribunais de Alçada competência que não seja a inferior mencionada na Constituição, basta editar lei complementar a respeito. Aliás, no Rio Grande do Sul foi atendido esse espírito constitucional e o Tribunal de Alçada tem a sua competência traçada por espécie, de forma inferior ao Tribunal de Justiça. A este ficou reservado o julgamento de ações sobre direitos indisponíveis e patrimoniais ligados aos direitos permanentes, àquele as ações mais comuns, mais numerosas, menos complexas e ligadas ao que ordinariamente acontece ao homem comum."

O SR. PRESIDENTE (Benjamim Farah) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Vasoncelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES (ARENA — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A população do Município fluminense de Três Rios vem lutando, há longos anos, junto ao Ministério dos Transportes, para a construção de um viaduto na rua Nelson Viana, uma das principais artérias daquele município, que é um dos maiores entroncamentos rodoferroviário do País.

Várias vidas ali têm sido sacrificadas em virtude da precariedade da passagem de nível.

Tenho recebido torrencial correspondência do Município de Três Rios a respeito desse problema e decidi trazê-lo ao conhecimento do Senado Federal, tornando-o público, visando sensibilizar o Ministro Dirceu Nogueira para a solução deste angustiante problema.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Benjamim Farah) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou declarar encerrada a presente sessão, designando para a extraordinária das 18 horas e 30 minutos, anteriormente convocada, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 36, de 1976 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 126, de 1976), que autoriza a Prefeitura Municipal de Casa Branca (SP), a realizar operação de crédito no valor de Cr\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil cruzeiros), tendo

PARECER, sob nº 127, de 1976, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

Discussão, em turno único, do Parecer nº 369, de 1976, da Comissão de Agricultura, que conclui pela aprovação da Indicação nº 3, de 1975, do Sr. Senador Nelson Carneiro, relativa ao exame, pela Comissão de Agricultura, da viabilidade de realização de estudos e debates acerca da situação florestal brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Benjamim Farah) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 30 minutos.)

ATA DA 93ª SESSÃO, EM 10 DE JUNHO DE 1976

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

PRESIDÊNCIA DO SR. MAGALHÃES PINTO

Às 18 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guimard — Evandro Carreira — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domicio Gondim — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — A lista de presença acusa o comparecimento de 61 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 36, de 1976 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 126, de 1976), que autoriza a Prefeitura Municipal de Casa Branca (SP), a realizar operação de crédito no valor de Cr\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil cruzeiros), tendo

PARECER, sob nº 127, de 1976, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Redação.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Parecer nº 369, de 1976, da Comissão de Agricultura, que conclui pela aprovação da Indicação nº 3, de 1975, do Senhor Senador Nelson Carneiro, relativa ao exame, pela Comissão de Agricultura, da viabilidade de realização de estudos e debates acerca da situação florestal brasileira.

Em discussão o parecer.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar usar da palavra, encerra-se a discussão. (Pausa.)

Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o parecer, a matéria será enviada à Comissão de Agricultura para as providências necessárias.

É o seguinte o parecer aprovado.

PARECER Nº 369, DE 1976

Da Comissão de Agricultura, sobre a Indicação nº 3, de 1975, que “indica o exame, pela Comissão de Agricultura, da viabilidade de realização de estudos e debates acerca da situação florestal brasileira”.

Relator: Senador Benedito Ferreira

Na indicação que vem ao exame desta Comissão, o Senador Nelson Carneiro consulta sobre a oportunidade e a viabilidade de serem promovidos estudos sobre a situação florestal brasileira, em face do indiscriminado desmatamento que se processa em todo o País, realizando amplo debate sobre a matéria, e propondo, ao final, medida legislativa capaz de proteger e ampliar nossas reservas florestais.

A Justificativa levanta questões como as que passam a ser alinhadas:

I — a humanidade alcançou extraordinário grau de desenvolvimento tecnológico e científico; paradoxalmente, provoca a deterioração do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;

2 — o progresso, portanto, é responsável pela poluição do ar, dos rios e dos mares, além de destruir a flora e a fauna, num irreversível processo de exaurimento dos recursos naturais;

3 — a destruição das florestas brasileiras tem constituído verdadeiro crime, pois "é brutal e indiscriminada": são retirados duzentos milhões de metros cúbicos de material lenhoso, por ano, sendo 83% do total destinados à produção de lenha e de carvão;

4 — também a pecuária e a agricultura desorganizadas contribuem para a situação. As **queimadas** e os poderosos desfolhantes químicos ajudam a destruir as florestas;

5 — a expansão urbana, desordenada e caótica, é outro fator de destruição de nossas matas;

6 — essa **devastação florestal** acarreta um complexo de situações danosas, como a alteração da economia da água, com a redução das reservas de água do subsolo;

7 — mais de três mil espécies vegetais já foram exterminadas no Brasil, e igual número se encontra em estágio avançado de extinção;

8 — estão sendo extintas, ainda, inúmeras espécies animais, em virtude do aniquilamento das matas;

9 — impõe-se amplo debate nacional sobre a matéria, "antes que seja demasiadamente tarde, a fim de que alternativas e soluções sejam apontadas, com uma integral e **ontológica reformulação na equivocada política florestal brasileira**".

A Indicação em apreço se fundamenta no art. 248, do Regimento Interno, que diz:

— Art. 248. Indicação corresponde a sugestão de Senador ou Comissão para que o assunto, nela focalizado, seja objeto de providência ou estudo pelo órgão competente da Casa, com a finalidade do seu esclarecimento ou formulação de proposição legislativa.

Na realidade, a matéria em exame é da maior atualidade. O problema da destruição de nossas matas ultrapassou os limites de discussões acadêmicas e se projetou como desafio que precisa ser enfrentado com coragem pelas autoridades brasileiras.

Ainda agora, esta Comissão teve oportunidade de estudar doze projetos de reflorestamento, estimulados pelo Governo do Estado de Minas Gerais, que solicitou do Senado Federal autorização prévia para vender vastas áreas de terras devolutas, impróprias a atividades agropecuárias. Isso demonstra que, no âmbito do Executivo, existe consciência da necessidade de reflorestar.

Entretanto, as distorções de ordem ecológica são gravíssimas; e precisam ser detectadas em sua intensidade. Ainda mais quando a nossa silvicultura prefere o plantio homogêneo de eucalipto ou pinheiro, o que, para muitos técnicos é prejudicial. Houve, há meses, interessante debate, em que despontaram duas posições:

a) "Nas matas de eucaliptos não há alimentos para os pássaros nem para outros bichos. São matas silenciosas, onde só se ouve o ruído dos ventos agitando a cota das árvores. Quer dizer: estão trocando matas cheias de vida por florestas sepulcrais" (Opinião de Roberto Burle Marx, paisagista);

b) "É ridículo acusar o reflorestamento pela devastação da fauna e da flora. Reflorestamento se faz em terras exploradas e já cansadas pela agricultura e, além disso, onde existem plantas há pássaros e outros animais" (Opinião de Armando Navarro, Presidente da Associação dos Reflorestadores do Brasil).

Essas postulações, conflitantes, como se vê, mostram que o problema do reflorestamento precisa de estudo mais profundo. O

plantio de árvores, que se vem realizando, em alguns Estados, sob os incentivos governamentais, deve ser olhado sob outros aspectos, a fim de que as espécies plantadas ofereçam perspectivas mais promissoras.

Com certeza, ninguém pode afastar, liminarmente, sem pesquisar, as críticas dos paisagistas que, basicamente, argumentam que, com fins comerciais, se derrubam florestas naturais ou heterogêneas para substituí-las por florestas homogêneas. Ao tratar do assunto, a *Folha de S. Paulo*, edição de 14/15 de setembro de 1974, salientou o seguinte:

"Pergunta-se, então, por que plantar só pinus e eucalipto e não se preocupar em fazer reflorestamento com espécies indígenas, já que está aumentando a destruição de plantas nobres como o jacarandá, cedro, embaui, pau-marfim mogno, pau-brasil etc? Se se descobrirem técnicas agrícolas que possibilitaram a diversificação das culturas dos cereais, árvores frutíferas e verduras, por que não desenvolver técnicas de diversificação no setor da silvicultura, aperfeiçoando assim os métodos de florestamento e de reflorestamento?"

Efetivamente, há quem argumente com a experiência da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, que teria fracassado no reflorestamento com espécies indígenas. Os dispêndios teriam sido elevados e o rendimento volumétrico obtido parece muito baixo. Indaga-se, contudo: teriam sido, tais espécies, plantadas e tratadas dentro dos melhores sistemas?

O reflorestamento está merecendo, por parte do Governo brasileiro, a maior atenção. A imprensa noticia facilidades e estímulos ao empresariado, no sentido de que junte seus esforços ao Poder Público, a fim de que o empreendimento seja coroado de êxito. Logo no princípio deste ano, houve temores de que os incentivos fiscais para o reflorestamento fossem rebaixados. Entretanto, permaneceram em torno de vinte por cento, para o exercício financeiro de 1976.

O assunto que a Indicação aborda é de extraordinária significação para o Brasil. Precisa de estudo metódico, antes que esta Comissão de Agricultura se manifeste quanto a formulações de caráter legislativo. Útil seria se este órgão técnico promovesse uma série de conferências em que os dirigentes e técnicos de órgãos federais competentes, inclusive os organismos regionais, venham expor a realidade nas diferentes áreas do País e apresentar sugestões cabíveis.

Somos, portanto, pelo conhecimento da presente Indicação, o que motiva um trabalho compreendendo as seguintes etapas:

1 — promoção, por esta Comissão, de um **Ciclo de conferência sobre Reflorestamento, ouvindo-se dirigentes e técnicos de órgãos federais competentes, inclusive os de desenvolvimento econômico das diferentes regiões, os Secretários de Estado da Agricultura e a Confederação Nacional da Agricultura;**

2 — formulação de conclusões a serem encaminhadas à autoridade competente, como subsídio para o I Plano Nacional de Reflorestamento.

3 — Elaboração de um Projeto de Atualização do Código Florestal.

Sala das Comissões, em 20 de maio de 1976 — **Orestes Quêrcia**, Presidente — **Benedito Ferreira**, Relator — **Italvino Coelho** — **Altevir Leal** — **Agenor Maria**.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, redação final do Projeto de Resolução nº 36, de 1976, aprovado na Ordem do Dia da presente sessão e que, nos termos do parágrafo único do art. 355 do Regimento Interno, se não houver objeção do Plenário, será lida pelo Sr. 1º-Secretário. (Pausa.)

É lida a seguinte

PARECER Nº 425, DE 1976
Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução nº 36, de 1976.

Relator: Senador Renato Franco

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 36, de 1976, que autoriza a Prefeitura Municipal de Casa Branca (SP) a realizar operação de crédito no valor de Cr\$ 1.600.000,00 (hum milhão e seiscentos mil cruzeiros).

Sala das Comissões, em 10 de junho de 1976. — Danton Jobim, Presidente — Renato Franco, Relator — Otto Lehmann — Orestes Quércia.

ANEXO AO PARECER Nº 425, DE 1976

Redação final do Projeto de Resolução nº 36, de 1976.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, _____, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº _____, DE 1976

Autoriza a Prefeitura Municipal de Casa Branca, Estado de São Paulo, a realizar operação de crédito no valor de Cr\$ 1.600.000,00 (hum milhão e seiscentos mil cruzeiros).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Casa Branca, Estado de São Paulo, autorizada a elevar, temporariamente, os parâmetros fixados pelos itens II e III do art. 2º da Resolução nº 62, de 1975, do Senado Federal, a fim de que possa realizar uma operação de crédito, no valor de Cr\$ 1.600.000,00 (hum milhão e seiscentos mil cruzeiros), com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A., destinada a complementar o financiamento da construção de sua nova Estação Rodoviária e financiar os serviços de pavimentação asfáltica a serem executados em vias públicas daquela cidade.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — A redação final lida vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 259, DE 1976

Nos termos do art. 356 do Regimento Interno, requiro dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 36, de 1976.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1976. — Virgílio Távora.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final do Projeto de Resolução nº 36, de 1976.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 243, de 1976, do Sr. Senador Lourival Baptista e outros Srs. Senadores, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da "Aula Inaugural", proferida pelo Presidente Magalhães Pinto, no "Seminário sobre Modernização Legislativa e Desenvolvimento Político".

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 244, de 1976, do Sr. Senador Lourival Baptista e outros Srs. Senadores, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da nota oficial do Governador de Sergipe, José Rollemberg Leite, publicada no *Jornal de Brasília*, de 4 de junho de 1976.

— 3 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 103, de 1975, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que altera o artigo 5º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que "cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço", tendo

PARECERES, sob nºs. 689 e 690, de 1975, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de **Legislação Social**, favorável, com voto vencido do Sr. Senador Domicio Gondim.

— 4 —

Ofício "S" nº 2, de 1975, do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Senado cópias das notas taquigráficas e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 77.578, do Estado de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 40 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. CATTETE PINHEIRO NA SESSÃO DE 28-5-76, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES NO DCN — SEÇÃO II — DE 29-5-76, PÁGINA 3.075 E SEQUINTE:

O SR. CATTETE PINHEIRO (ARENA — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O mundo amazônico é apanhado, uma vez mais, pelo que se convencionou chamar de "grande enchente" do maior sistema fluvial do mundo. A imensa massa líquida, que transborda pelas margens do Amazonas e afluentes, invadiu as matas ciliares, criando vastas extensões de igapós. As terras baixas ficaram submersas e, das várzeas, sobraram apenas aqueles pontos mais altos, que o ribeirão denomina "tesos".

Quem olha de cima vê as águas pontilhadas de esparsos blocos de mato. Os capinzais desapareceram, exceto aquela parte que beirava os rios, e que, agora, é carregada, junto com mururés, pela corrente forte.

A natureza cumpre o seu ciclo, porém atingindo os habitantes — esses brasileiros que, todo ano, vêm o gado subir às marombas e definhar; assistem ao fenômeno das terras caídas, que permite o espraio do Rio-Mar no milenarmente continuado furto do solo, que acaba depositado na orla atlântica da Guiana Francesa.

Os órgãos de comunicação do País noticiam amplamente sobre as consequências das atuais cheias do Rio Amazonas. Fenômeno anual, tem merecido estudos aprofundados e ampla análise, mas nada de prático e que permita o amparo real da gente que habita as áreas atingidas. O ciclo das águas tem sido sempre acompanhado por um outro: o de apelos e providências paliativas, que nada representa,

em face do complexo de problemas crônicos, à espera de decisões que conduzam às soluções reclamadas.

Volto de visita à região do Baixo-Amazonas, no Pará. Encontrei ali, na repetição das frustrações, os anseios que as cheias anuais causam ao caboclo. Ao lado disso, o estardalhaço em torno da abertura de crédito para distribuição de tábuas, farinha, café, arroz e feijão ao ribeirinho.

Enxergo nas medidas de solidariedade um reflexo da atenção do Governo Federal no tocante ao problema. Mas, julguei imperioso dizer que a repetição de medidas tão precárias, frente à amplitude das soluções a alcançar, gera desencanto e coloca os representantes daquela gente na obrigação de requerer decisões definitivas, que possam realmente dar ao ribeirinho a libertação dos males que o afligem, a assistência que lhe defina vida melhor.

Como ponto de partida, é bom que se crie a consciência de que é preciso libertar o habitante das margens dos rios do pesadelo dos "programas de emergência". A atual vítima das enchentes deseja o auxílio do Estado para que possa tomar os caminhos seguros que a tecnologia apresenta, e tirar das várzeas férteis o potencial de riqueza que elas oferecem.

Felizmente, a imprensa vai tomando e revelando consciência da realidade. Ainda há poucos dias, o **Jornal de Brasília** afirmava com muito acerto:

"Na Amazônia, enchente é redundância. É uma espécie de prejuízo planejado. Fenômeno inadmissível para um país pobre e que vive em esforço de desenvolvimento. Na Amazônia, observa-se logo de saída a inexistência de uma engenharia que tenha desenvolvido técnicas próprias à especificidade regional. A engenharia fluvial brasileira não se desenvolve, mas não é por impossibilidade técnica. Aliás, o domínio físico sobre os rios não é algo muito difícil, embora para as dimensões amazônicas, inegavelmente, a questão exija sofisticação maior."

Em Belém, no jornal **O Liberal**, os jornalistas João Malato e Lúcio Flávio Pinto sintetizam, em artigos que considero integrantes deste pronunciamento, as reações dos que lutam pela Amazônia, quanto à necessidade de uma tomada de posição racional, técnica e decisiva para o aproveitamento da riqueza das várzeas.

O Ministério do Interior — e neste momento quero destacar a atuação incansável e patriótica do Ministro Rangel Reis — já fixou **Programa Especial de Controle de Enchentes e Recuperação de Vales**, "no sentido de se desenvolver, em áreas prioritárias, amplo programa de recuperação de terras, controle de enchentes e desassoreamento de rios, na certeza de que a execução da referida programação reduzirá, amplamente, a possibilidade de ocorrência, no futuro, de calamidades resultantes de problemas hídricos".

Seria bom — e isto vale como petição em favor da minha gente — que o Ministro Rangel Reis marcasse também a sua passagem pelo Ministério do Interior, com o início do efetivo controle das enchentes do Amazonas e o aproveitamento econômico de suas várzeas. Para tanto, basta que se coloque a SUDAM na real posição de órgão de desenvolvimento regional, entregando-lhe a execução do Programa Especial de Controle de Enchentes. Ali está Hugo de Almeida, um dos grandes valores da nova geração de técnicos brasileiros, que tenho encontrado sempre em ansiedade por abrir os verdadeiros caminhos do desenvolvimento amazônico. Que lhe sejam dados esta missão e os meios para cumpri-la. A tarefa está à altura de seus méritos e de seus ideais. Acredito que dar à SUDAM o papel de distribuir, anualmente, tábuas, feijão e arroz, quando os rios encham, para depois lançar sobre o problema cíclico o silêncio, é desempenho tragicamente ridículo.

Paul Le Cointe, que dedicou sua vida à Amazônia, em 1949, reuniu apreciações que relembro:

"Nas margens do Amazonas, as pequenas cidades, centros administrativos, acham-se situadas nas pontes de "terra firme" em que o Rio esbarra no seu curso sinuoso através da planície de várzeas formada por suas aluviões: a população

rural, a que produz, tem quase sempre habitações nestas últimas terras, cuja fertilidade favorece as suas plantações e onde os campos naturais lhes alimentam o gado, enquanto todos os transportes lhes são facilitados por um sem número de "paraná", "furos", canais e lagos.

Para que a vida humana possa adaptar-se definitivamente a qualquer meio, é de toda necessidade estudá-lo, conhecê-lo bem; foi do que pouco se preocupou, até agora, essa população ribeirinha, cuja vida é tão intimamente ligada à do Rio Mar. Muito tempo viveu assim, despreocupada, acomodada às variações anuais do nível das águas, ficando surpreendida, e estranhando, quando, em 1859, uma cheia maior do que as habituais deu-lhe não pequeno prejuízo; chegou a considerá-la como verdadeiro dilúvio cuja lembrança encontramos ainda viva em 1892. Depois, longa série de anos havia transcorrido sem grave perturbação no regime fluvial, quando principiaram a suceder-se, com crescente frequência, grandes enchentes, que classificam de anormais, limitando-se a lamentar as perdas sofridas, sem procurar explicação para semelhante fenômeno.

Estas inundações eram separadas a princípio por intervalos quase regulares de 3 ou 4 anos, mas o nível atingido foi-se elevando cada vez mais.

A seguinte lista das grandes enchentes desde 1892 até 1947, indica, mais ou menos, por um número entre parêntesis, o grau relativo da altura máxima atingida pelo nível das águas.

(1) 1892	(6) 1918
(1) 1895	(4) 1921
(2) 1898	(7) 1922
(1) 1901	(5) 1931
(2) 1904	(6) 1934
(3) 1908	(7) 1938
(4) 1909	(6) 1944
(4) 1913	(8) 1947

São 16 grandes cheias em 47 anos; a última, que excedeu todas as anteriores, foi uma calamidade: no Baixo-Amazonas, especialmente, secção mais povoada e cultivada do grande vale, as águas inundaram os cacauais, estragando-os — destruíram as plantações de juta, indústria nova em plena fase de promissor desenvolvimento — levaram as pequenas culturas alimentícias — alagaram os campos, morrendo o gado por falta de pastagens e de pouso — manifestando-se epidemias nas pequenas criações e piorando bastante o estado sanitário geral. É evidente que, só podendo esperar de futuro uma completa miséria a não ser que, com urgência, sejam tomadas medidas para salvá-la desta ameaça, a população, cansada de ver a indiferença com que são recebidos os seus apelos angustiosos, terá de abandonar estas margens tornadas, agora, inóspitas depois de a ter atraído pela fertilidade de suas terras, penhor de abundância e tranqüila existência.

Será que estas investidas brutais do Amazonas são manifestações extraordinárias das forças naturais contra as quais não existe nenhum meio de defesa eficaz?

Absolutamente não.

Todos estes acidentes da vida do Amazonas podiam ter sido previstos, acontecendo simplesmente que este possante Rio, ainda relativamente novo sob o ponto de vista geológico, chegou à fase muito natural das lentas transformações do seu leito, pela qual já passaram outros rios mais velhos, cujas bacias apresentavam condições análogas e nas quais já se tornou, há tempo, necessária a intervenção dos seus habitantes se não quisessem ver-se expulsos das suas mais férteis províncias".

"Todos os rios em cujas nascentes, situadas em regiões de altas montanhas, se produzem os fenômenos de erosão que já ficaram descritos, carregam nas suas águas grandes quantidade de matérias sólidas das quais a maior parte vai ser depositada por eles diante das suas fozes, ponto em que o fluxo das suas correntezas próprias se acha paralisado, em parte ou totalmente, pelo fluxo das marés. É a razão da formação das barras que obstruem a frente das suas embocaduras, ou dos deltas cujo arquipélago de ilhas novas se vai estendendo e ganhando sobre o mar. Entre outras lembramos as barras de diversos rios da costa ocidental da África, e os deltas do Pô, da Itália, do Rhodano, na França, do Mississipi nos Estados Unidos, do Hohang Ho na China, do Nilo, no Egito... Na foz do Amazonas, o maior de todos os rios, onde devia se observar semelhante disposição, vem-o-lo desembocar, ao contrário, no fundo de um recôncavo bem acentuado da Costa, a Bahia de Santa-Rosa. Esta anomalia é devida a uma disposição geográfica especial do encontro das águas fluviais com as do Oceano e será graças a ela que poderá ser resolvido o problema da defesa contra as inundações."

"Não é possível que, aqui, possa julgar-se especialmente privilegiados e dispensados de qualquer esforço para limitar, pelo menos, a irrupção periódica do Amazonas fora do seu leito. Sem apoio, a população tão reduzida do vale nada pode fazer, e, até, agora, nada ou muito pouco tem sido feito oficialmente, não somente em favor destes infelizes pioneiros da Amazônia como em obediência ao dever evidente de defender o futuro, gravemente comprometido, de uma das mais extensas e mais belas parcelas do território nacional, quando é talvez possível dispensar por muito tempo ainda as obras gigantescas que possam tornar-se um dia inadiáveis, intervindo desde já para retardar o aterramento na saída do estuário.

E, entretanto, o Governo Federal, justamente alarmado pela ruína que trazem ao sertão do nordeste as prolongadas secas, não hesitou em decretar e realizar as obras que deviam dotar essas regiões de reservas de água suficientes à garantia de sua vida normal. Não há razão para não olhar com o mesmo interesse a situação dolorosa em que as inundações crescentes já têm colocado a Amazônia que foi, aliás, o refúgio de muitos nordestinos.

Sob o ponto de vista econômico geral, é bem evidente que há o maior interesse em evitar, custe o que custar, a ruína definitiva e o despovoamento desta vasta região. As medidas necessárias para solucionar o problema apontado não apresentam dificuldades insuperáveis, como poderá parecer num primeiro exame; aliás, os resultados que se devem obter merecem esforços e sacrifícios. Não somente poder-se-ia evitar que as cheias fertilizadoras sejam substituídas breve por verdadeiros dilúvios devastadores, mas parece que, mediante processo bastante simples, se alcançaria fazer baixar sensivelmente o nível habitual destas cheias, de modo a recuperar, para a cultura, extensos terrenos de várzeas, de valor incomparável, recentemente alçados pelos depósitos das últimas inundações, e que encontrariam aqui em diante fora do alcance das águas, próprias à criação de numerosos rebanhos e plantações de cacaueiros, de seringueiras, de arroz, de juta... etc. em condições muito mais vantajosas que as apresentadas pelas "terras firmes" do interior."

"Naturalmente, tratando-se de conquistar para a Amazônia novos elementos de prosperidade, não se deverá esquecer de tomar medidas para conservar o benefício dos que já são aproveitados. Do mesmo modo que se faz para qualquer rede de ferrovias ou de rodovias, será indispensável, como complemento dos trabalhos anteriores, organizar, de acordo

com as outras nações ribeirinhas do Amazonas, um serviço permanente de conservação e melhoramentos das comunicações e transportes na foz do Amazonas e em todo o seu percurso navegável. Atualmente encontram-se obstruídas quase todas as bocas dos desaguidores dos lagos marginais, portas de entrada da planície aluvial e mesmo as de alguns dos seus afluentes como, por exemplo, o confluente do rio Maicuru que conduz ao porto da pequena cidade de Monte-Alegre, no Baixo-Amazonas, e que algumas horas de serviço de uma draga poderia manter fraco em tempo de águas baixas."

Em outubro de 1975, dirigi expediente ao Ministro Rangel Reis, solicitando-lhe atenção para o que vem acontecendo na Estação Experimental do Baixo-Amazonas, situada no Lago Grande de Maicuru, Município de Monte-Alegre. Salientei, naquela oportunidade, que as consequências da inundação de 1975 nada mais representavam do que o resultado de lamentável imprevidência. O documento em apreço, considero-o também parte deste discurso, como elemento de análise dos fatos atuais.

Tenho confiança de que o problema terá solução do Poder Executivo. O Presidente Ernesto Geisel, na firmeza de suas decisões, não há de faltar à Amazônia. Por isso mesmo, espero que, dos recursos destinados ao Polamazônia, sejam liberadas as parcelas do Pólo Trombetas, iniciando-se a imediata regularização dos rios, de modo a beneficiar os núcleos urbanos de Monte-Alegre, Oriximiná e Alenquer. O trabalho reduzirá a ameaça anual das enchentes. Será a primeira etapa de ação séria para o desenvolvimento da área.

Sr. Presidente, aqui fica o apelo dos meus coestaduanos, expresso com doses de amargura mas, também, de confiança na determinação do Governo do Presidente Ernesto Geisel. (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. CATTE-PINHEIRO EM SEU DISCURSO:

João Malato

Essa questão das enchentes do Amazonas precisa ser encarada à luz da experiência, do conhecimento e da sensatez. Com alarmismo e sensacionalismo será difícil atingir a uma compreensão realística do problema, que à força de ser superdimensionado acabará por cair na contumácia dos exageros, prejudicando, para o futuro, a credibilidade geral, quando o fenômeno chegue a se apresentar, de fato, em suas mais críticas proporções.

Não é de hoje, nem de ontem, que o rei dos rios enche e vaza — vaza e enche, proporcionando os espetáculos estupendos das suas descargas anuais, que cumpre ao homem se afeiçoar a elas — e não elas ao homem.

Desde que o Amazonas se delineou no caos telúrico que o formou há milhões de anos, que o seu processo de desaguiamento e de evasão de seus excessos mantém-se dentro dos níveis que lhe foram traçados pela natureza que o cerca, e de acordo com a capacidade da sua imensa e desproporcionada calha, cujo extravasamento depende do maior ou menor contingente líquido que lhe vem do altiplano andino e das cabeceiras dos seus poderosos caudatários. Mesmo assim, é ele considerado como o mais regular dos rios da terra, a exibir um equilíbrio potâmico que se reflete no regime de águas predominante em seus afluentes, cujas cheias anuais nunca coincidem com as enchentes do rio-mater. (Agora mesmo, em meio ao noticiário da cheia amazônica, jornais estão frisando que, o Madeira e o Purus estão em período de franca vazante.) Esse equilíbrio, ao que sabemos, não se verifica em nenhuma outra bacia fluvial do mundo.

Se é verdadeira a asserção de Euclides da Cunha de que o homem é um intruso na Amazônia, então há que se estabelecer determinadas regras, para que essa penetração se amolde às peculiaridades regionais, e não tente subordinar a força imanente do rio às conveniências temporárias do homem.

A localização de núcleos populosos, ou de exploração pecuária ao longo das margens remontáveis das caudais amazônicas, foi sempre um erro de que o rio não tem culpa, e que tem de ser levado à responsabilidade exclusiva da imprevidência humana. Aliás, precisa-se frisar que o caboclo ribeirinho é quem menos se surpreende com os entumescimentos naturais do rio, cujas fases de enchentes e vazante ele está habituado a conhecer, através da convivência secular que ele e seus ancestrais mantiveram com o ambiente. As enchentes nunca se lhe apresentaram como calamidade, ou cataclisma — e a prova está nesse telegrama do prefeito de Santarém que os jornais de ontem publicaram, dando conta de haver mandado sustar a distribuição de alimentos às populações das zonas inundadas, porque a única coisa de que elas necessitavam era de tabuados para a improvisação de *jitrus* sobre os seus assoalhos domésticos invadidos pelas águas. E a despeito dos relatos alarmantes e das fotos sensacionalistas, a vida segue o seu curso no Baixo-Amazonas, com Alenquer despachando as suas 150 toneladas de juta para Santarém, e o seu Banco do Brasil dando livremente os seus dois expedientes diários só que em vez de automóveis, tem à porta canoas a remo ou motor de popa.

As enchentes são acontecimentos inevitáveis na vida amazônica, e o fato delas serem menores neste ano, do que as verificadas no ano passado, não implica em prever que serão muito maiores no ano que vem. Cumpre aos governos conscientizarem as populações ribeirinhas a adaptarem as suas vidas às contingências do rio, construindo as suas casas e criando os seus bois em terras a cavaleiro das maiores águas — muito embora se saiba que o que engorda o gado e alegra o ribeirinho, é a pastagem doce e farta que só as baixadas inundáveis podem prodigalizar.

Com referência às cidades e vilas amazônicas, que anualmente têm o seu litoral invadido pela enchente, acarretando-lhes quadros paisagísticos dos mais típicos do mundo, é de se estranhar e deplorar que Santarém, Juruti, Monte Alegre e Alenquer já não tenham construído os seus diques contra a massa líquida que há séculos lhes corrói os litorais desguarnecidos, num processo de erosão que, pouco a pouco, lhes estrangula a própria área urbana. O aterro disponível em Alenquer, representado por um enorme morro que dificulta o crescimento da cidade e se situa logo atrás da Igreja matriz, bastaria para levantar o nível de toda a orla citadina exposta às inundações e ainda sobriaria para eliminar o monstruoso animal de águas paradas que ladeia o antigo trapiche municipal e é foco descomunal dos milhões de mosquitos que, todas as noites, desabam como um flagelo sobre as vinte mil criaturas humanas que habitam o lindo aglomerado urbano.

Dessas e de outras falhas humanas é que é feita a psicose anual das cheias amazônicas, a cuja tona sobrenadava a incompreensão e o oportunismo.

INFORME AMAZÔNICO

Lucio Flávio Pinto

Nosso mundo

Parece até inevitável: nos últimos anos, sempre que as enchentes adquirem maior gravidade, alguns órgãos públicos defendem a necessidade de transferir a população das várzeas para a região de terra firme. Parece também inevitável que os defensores dessa tese sejam técnicos vinculados a organismos sediados em Brasília, que após rápidas visitas à região amazônica — algumas tão rápidas que se restringem a sobrevôos e telegráficas conversas com moradores de algumas áreas — sentem-se seguros para teorizar sobre a mais complexa região do País. Não é apenas temerário do ponto de vista do rigor científico: é absolutamente inconsequente sob a dimensão social.

Uma tese dessas aplicada aos colonizadores das margens do Nilo seria considerada risível. Mesmo restrita à Amazônia brasileira, é despropositada. Definitivamente, é absurdo considerar inviável a vida e a atividade econômica nas várzeas do grande rio: a Jari não investiria mais de dois bilhões de cruzeiros no seu projeto de arroz irrigado se isso fosse verdade. A experiência da Jari, é verdade, não

pode ser estendida aos pequenos criadores ribeirinhos; mas um outro tipo de experiência, que utilize os conhecimentos criados pela experiência, que utilize os conhecimentos criados Jari, é viável.

Os governos federais que se sucederam a partir de 1966 (ano considerado como marco de referência pelas modificações que se criaram a partir daí, não dispõem de um modelo de ocupação da várzea, embora possuam conhecimentos às vezes vastos sobre outras áreas, porque não se preocuparam com esse setor da Amazônia. Afetaram esse setor, mas indiretamente: ao substituírem uma vasta hidrovia por precárias rodovias, contribuíram para desviar a diretriz da ocupação da Amazônia, desequilibraram as bases de uma existência anterior, sem chegar a substituí-la por uma outra. Mas as várzeas continuam sendo absolutamente desconhecidas para esse governo: o conhecimento de que se dispõe sobre elas se concentra nos próprios moradores dessas áreas — e é um conhecimento empírico, matutado nos séculos de experiência, vivo pelo menos por enquanto refratário às teorizações de gabinete. Impossível absorvê-lo em rápidas viagens de avião.

Falta o mínimo de seriedade a essas teses porque a maior contrapartida que elas poderiam oferecer — informações obtidas através da observação científica sistemática, capaz de esclarecer a mitologia criada pelo conhecimento empírico e experimental — não existe. O que, a rigor, se conhece sobre as cheias do rio Amazonas que não seja também mitologia com palavreado técnico? O que se conhece sobre o regime das chuvas e dos rios que influem sobre o Amazonas peruano (ou Maraçon)? são confiáveis as medidas obtidas atualmente sobre as águas do Amazonas?

Nenhuma instituição ou organismo brasileiro dispõe dessas informações, mas muitos deles defendem com segurança a inevitabilidade de transferir as populações ribeirinhas para outras áreas. Esses habitantes, contudo, que anualmente e durante seis meses sofrem com a subida das águas estão dispostos a permanecer nas várzeas. Estupidez? Ao menos é preciso ter o direito a ela; no caso, porém a relação favorece a esse caboclo tão desprezado por esses técnicos salvadores que mais mal do que bem têm feito a esta região.

Esse caboclo sobreviveu à selvageria da primeira ocupação da Amazônia, resistiu ao abandono de três séculos e meio e não foi destruído por uma visão do desenvolvimento que o exclui (mas não elimina a possibilidade dele ser prejudicado por uma política centralizada na estrada). Os técnicos apressados podem continuar pregando uma tese que nos parece absurda, mas enquanto pudermos interferir um pouco sobre nossos destinos é preciso que exijamos provas convincentes dessa tese e julguemos se ela nos é benéfica.

A propósito, Waldemar Cardoso, que dirigiu o Fomento Agrícola Federal do Amazonas, participando de várias campanhas de prevenção aos males das enchentes, escreveu uma longa carta à coluna relatando suas experiências. Uma parte dessa carta é particularmente interessante porque Cardoso mostra as medidas adotadas durante suas inspeções à região:

"Para constatar de fato, os danos originados pelas cheias de grandes proporções, é preciso adentrar no problema e percorrer como nós, durante semanas, na vanguarda de embarcações de socorro e atendimento, os rios, paranás e furos das regiões inundadas. Observar o gado que aguarda transporte, onde se destacam as fêmeas com as tetas decepadas pelas piranhas. O desespero dos varzeanos isolados, sem alimento suficiente porque o peixe espalhou-se pelas águas imensas, difícil de captura. A justa e outras plantações perdidas. Casas e marombas primitivas destruídas. As cobras e outros animais venenosos que, fugindo das águas, escondem-se no interior das habitações. O isolamento das famílias que não conseguem transporte para a "terra firme", e o desespero dos refugiados, sem abrigo e trabalho. O gado é transportado para lugares elevados, que não dispõem de pasto, obrigando o varzeano a procurar canoas para conduzir canarana, das "ilhas" que flutuam na superfície dos rios.

Depois, o período da vazante. O retorno do gado ainda para a várzea não consolidada e nua de vegetação, obrigando o pequeno criador exausto de recursos, a vender parte dos animais esqueléticos aos matadouros, por qualquer preço resultando no aniquilamento crescente do rebanho pecuário do Baixo-Amazonas.

O ribeirinho também volta. É um forte na, adversidade, procura reconstruir o que foi destruído e aproveita a lama da várzea, sedimentada de ricos nutrientes, para plantar milho, feijão, mandioca, cana, jerimum, tomate e outros frutos para sua alimentação e venda do excedente nas cidades próximas. Necessita de madeira, ferramentas de trabalho, sementes e algumas vezes material de pesca. Geralmente estão na miséria, logicamente não dispondo de meios pecuniários para garantir financiamento bancário de recuperação.

Pensar na possibilidade de transferência permanente do varzeano para a "terra firme" é utopia. Ele jamais abandonará o meio, com as vantagens periódicas de alimentação, inclusive pesca nos lagos que se formam na vazante ou na beira dos rios, do plantio de vegetais de ciclo rápido e de comunicação a remo ou motor.

Ao deixar o Amazonas, apresentamos projeto sobre construções de invernadas em vários pontos daquele Estado. No primeiro Plano da extinta SPVEA, e que jamais foi executado, também constava um projeto de construção de invernadas. Providência alguma foi concretizada nesse sentido. Sabe-se que os custos de construção e manutenção são aparentemente elevados. Mas os resultados compensam indiretamente, desde que evitam a degradação e diminuição crescente dos rebanhos bovinos do Baixo-Amazonas.

Oxalá que não se repita agora a ocorrência dos anos anteriores.

Na fase da enchente, diante do sensacionalismo, providências são efetivadas em parte, para satisfazer o clamor da imprensa que traz o grito de socorro das populações angustiadas.

Quando os rios iniciam a vazante o assunto vai sendo esquecido, os projetos e promessas adormecem no esquecimento enquanto mais de uma centena de milhares de seres humanos esparsos na imensa várzea continua marginalizada, na expectativa e rezando a Deus, para que no ano seguinte, os rios não subam tanto.

Pretender regularizar as águas dos rios do gigantesco sistema potâmico que forma o Rio Amazonas e evitar as enchentes anormais que se repetem agora com amedrontadora frequência é trabalho ciclópico, para além do ano 2.000. Todavia, montar um sistema preventivo de conhecimento dos fatores que concorrem para a elevação do Rio-Mar é possível. Inicialmente com a montagem de estações pluviométricas e fluviométricas, mediante colaboração dos países vizinhos onde estão situadas as nascentes do Grande rio e parte do seu leito. Em seguida, outras medidas que cabem ao estudo dos técnicos especializados".

Em 31 de outubro de 1975

Of. 58/75

A Sua Excelência o Senhor Doutor Maurício Rangel Reis
Ministro de Estado do Interior

Senhor Ministro

A permanente preocupação revelada pelo Governo e, mais diretamente, pelo Ministério do Interior, sob a patriótica gestão de V. Ex^a, em relação aos problemas das inundações provocadas pelas enchentes que têm assolado o País, nos últimos anos, levam-me a solicitar-lhe atenção para o que vem acontecendo na Estação Experimental do Baixo-Amazonas, do Ministério da Agricultura, situada no Lago Grande de Maicuru, Município de Monte-Alegre, Estado do Pará.

Em 1949, foi instalada, pelo Ministério da Agricultura, aquela Estação Experimental, visando ao aproveitamento das áreas de várzeas de propriedade do Governo, entre o Rio Amazonas e o Lago

Grande de Maicuru. Como parte do projeto, foram, à época, abertos quatro canais de colmatagem ligando o Lago ao Rio.

Atualmente, dois canais estão obstruídos; e, na enchente deste ano, ocorreu transbordo das águas do Amazonas para o Lago Grande, estimado em 150 milhões de metros cúbicos por dia. O fenômeno foi atribuído à destruição da margem e da mata ciliar na área, em virtude das "terras caídas". Tal exige, na opinião dos técnicos que observaram o problema, a construção de barragens para controle da invasão das águas.

Disse-me, recentemente, em carta, o Professor Felisberto Camargo, um dos grandes técnicos que passaram pelo Ministério da Agricultura:

— As consequências decorrentes da inundação de 1975 nada mais representam do que o resultado de lamentável imprevidência.

Barranca, quebrada, ou melhor, "terra caída" é fenômeno comum, conhecido por qualquer caboclo filho da região das várzeas do Amazonas. As correntes fluviais do Amazonas, orientadas contra os barrancos das matas ciliares, que as próprias correntes construíram no passado, abrem passagem para dentro dos lagos, nascendo assim o "furo", quando é estreita, o "paraná", quando é mais larga ou o "braço", quando atinge a largura de algumas braçadas.

A formação de um "furo" ou de um "paraná" é simplesmente uma demonstração de maturidade no desenvolvimento normal dos rios, pequenos ou grandes, naturalíssima em todos as formações de terras planas e de origem sedimentária. Constitui amadurecimento a obra de redução do tamanho e da profundidade dos lagos marginais que, outrora, constituíram, também, parte dos rios.

A invasão do Amazonas sobre o Lago de Maicuru é resultante de simples processo de maturação da calha.

Dentro do Lago de Maicuru se pode observar, num rápido exame do mapa Radam 098-475, os restos de um "furo" que se estendia por mais de 20 quilômetros e cuja boca ficava a 18 quilômetros este do Paraná de Tapará e que se achava totalmente obstruído, antes da desapropriação da Fazenda Cacaual Grande. Esse "furo" deve datar de mais de 200 anos, tendo em vista seu comprimento.

Enfatizou o Dr. Camargo que "a recente rutura, consequência natural dos efeitos de desbarrancamentos provocados pela erosão do subsolo das matas ciliares da região de Dores, foi uma obra maravilhosa da natureza. Obra maravilhosa porque virá, inevitavelmente, permitir a formação de um paraná, transformando as terras da Estação Experimental do Baixo-Amazonas na Ilha Grande de Maicuru, completamente desligada da parte norte das terras firmes da Bacia Hidrográfica de Maicuru. No futuro, o novo paraná estará formado, paralelo ao leito principal do Amazonas e será o futuro paraná da colmatagem, com intensa formação de solo, desde que a rutura da Costa das Dores não venha a ser muito larga, de modo a reduzir nestes 30 anos a diferença de nível entre o braço principal no Amazonas, o restante Lago de Maicuru e o novo paraná de Maicuru."

Tratando-se, Senhor Ministro, de problema que afeta profundamente a atividade agropecuária que desenvolve não só o Governo, agora pela EMBRAPA, mas também a população que habita as margens do Lago Grande de Maicuru, solicito o apoio de V. Ex.^a, no sentido de que a SUDAM possa definir um projeto-piloto, de controle de inundações e aproveitamento das várzeas amazônicas para a agropecuária, em área própria do Governo: a Estação Experimental do Baixo-Amazonas.

Há técnicas do Governo Federal, no Pará, como o engenheiro hidráulico Stelio Elleres de Sousa, do Ministério de Minas e Energia,

e o agrônomo Italo Falesi, especialista em solos e Diretor do IPEAN-EMBRAPA, os quais, com representantes da SUDAM, do Governo do Pará e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia poderiam constituir um Grupo de trabalho para estudar as questões correlatas ao problema e definir um projeto que terá a maior significação no elenco de medidas a serem adotadas pelo Ministério

do Interior, na execução dos programas de desenvolvimento do Amazonas e do Pará.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Exa., os meus protestos de real apreço e admiração.

Senador Cattete Pinheiro.

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e dar parecer sobre o Projeto de Lei nº 07, de 1976-CN, que "estabelece regime especial para o aproveitamento das jazidas de substância mineral em áreas específicas objeto de pesquisa ou lavra de petróleo, e dá outras providências".

1ª REUNIÃO, REALIZADA EM 9 DE JUNHO DE 1976

Aos nove dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e seis, às quinze horas e quarenta e cinco minutos, no Auditório Milton Campos, presentes os Srs. Senadores Alexandre Costa, Virgílio Távora, Augusto Franco, Lourival Baptista, Heitor Dias, Ruy Santos, Eurico Rezende, Itálio Coelho, Gilvan Rocha, Itamar Franco e Roberto Saturnino e Deputados Celso Carvalho, Francisco Rollemberg, Passos Porto, Raymundo Diniz, Luiz Fernando, Antônio Florêncio, José Carlos Teixeira, Jerônimo Santana, Marcos Tito, Guaçu Piteri e Henrique Cardoso, reúne-se a Comissão Mista incumbida de examinar e dar parecer sobre o Projeto de Lei nº 07, de 1976-CN, que "Estabelece regime especial para o aproveitamento das jazidas de substâncias minerais em áreas específicas objeto de pesquisa ou lavra de petróleo, e dá outras providências".

De acordo com o que preceitua o Regime Comum, assume a Presidência, interinamente, o Senhor Senador Augusto Franco, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente eventual esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas, o Sr. Presidente convida para funcionar como escrutinador o Sr. Deputado Francisco Rollemberg.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado José Carlos Teixeira	21 votos
Em branco	01 voto

Para Vice-Presidente:

Deputado Raymundo Diniz	21 votos
Em branco	01 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Srs. Deputados José Carlos Teixeira e Raymundo Diniz.

Assumindo a Presidência o Sr. Deputado José Carlos Teixeira agradece em nome do Sr. Deputado Raymundo Diniz e no seu próprio a honra com que foram distinguidos e designa o Sr. Senador Lourival Baptista para relatar a matéria, marcando para o dia vinte e três de junho do corrente, a próxima reunião para apreciar o parecer do Sr. relator.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, e para constar, eu, Alfeu de Oliveira, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, e demais membros da Comissão, e vai à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e Parecer sobre a Mensagem nº 52, de 1976 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-Lei nº 1.469, de 24 de maio de 1976, que "reajusta vencimentos e salários dos servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dá outras providências".

1ª REUNIÃO, (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 7 DE JUNHO DE 1976

Às dezessete horas do dia sete de junho do ano de mil novecentos e setenta e seis, no Auditório do Senado Federal, presentes os Srs. Senadores José Guimard, Henrique de La Rocque, Jessé Freire, Augusto Franco, Heitor Dias, Vasconcelos Torres, Mendes Canale, Adalberto Sena, Itamar Franco e Mauro Benevides e os Srs. Deputados Furtado Leite, Peixoto Filho e Nóide Cerqueira, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 52, de 1976 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei nº 1.469, de 24 de maio de 1976, que "reajusta vencimentos e salários dos servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dá outras providências".

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência o Sr. Senador José Guimard, que declara instalada a Comissão.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senador José Lindoso e Deputados Elcival Caiado, Nunes Rocha, Ulisses Potiguar, Antônio Ferreira, Ivahir Garcia, Antônio Pontes, Jerônimo Santana e Juarez Bernardes.

A fim de cumprir dispositivo regimental, o Sr. Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas, o Sr. Presidente convida para funcionar como escrutinador o Sr. Senador Henrique de La Rocque.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Peixoto Filho	12 votos
Em branco	1 voto

Para Vice-Presidente:

Deputado Nunes Rocha	13 votos
----------------------------	----------

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Srs. Deputados Peixoto Filho e Nunes Rocha.

Assumindo a Presidência, o Sr. Deputado Peixoto Filho agradece em nome do Deputado Nunes Rocha e no seu próprio a honra com que foram distinguidos e designa o Sr. Senador Mendes Canale para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, demais membros da Comissão e vai à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 1976, que "acrescenta parágrafo ao art. 177 da Constituição Federal".

**2ª REUNIÃO REALIZADA EM
9 DE JUNHO DE 1976**

Às quinze horas do dia nove de junho do ano de mil novecentos e setenta e seis, no Auditório Milton Campos, presentes os Senhores Senadores Henrique de La Rocque, José Sarney, Helvídio Nunes, Arnon de Mello, Augusto Franco, Saldanha Derzi, Otair Becker, Nelson Carneiro e Leite Chaves e os Deputados Ribamar Machado, Magno Bacelar, Melo Freire, Tarcísio Delgado e Israel Dias Novaes, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 1976, que "acrescenta parágrafo ao art. 177 da Constituição Federal".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Gustavo Capanema e Paulo Brossard e os Deputados Daso Coimbra, Darcílio Ayres, Carlos Wilson, Eloy Lenzi, Ruy Lino e Airton Sandoval.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que, em seguida, é dada como aprovada.

Dando início aos trabalhos, o Senhor Deputado Tarcísio Delgado, Presidente da Comissão, comunica à Comissão o recebimento de ofícios recebidos das Lideranças da ARENA no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, indicando as substituições dos Senhores Senador João Calmon, por Augusto Franco e os Deputados Rafael Faraco, Antonio Gomes e Leur Lomanto, respectivamente, pelos Deputados Daso Coimbra, Ribamar Machado e Darcílio Ayres, e, em seguida, concede a palavra ao Relator da Matéria, o Senhor Senador Saldanha Derzi, que emite parecer pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 1976.

Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado, com voto vencido do Senhor Senador Leite Chaves e Deputado Israel Dias-Novaes.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião, e eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

**26ª Reunião do Conselho de Supervisão do CEGRAF
Realizada em 19 de maio 1976**

Aos dezenove dias do mês de maio de 1976, no Gabinete do Senhor 1º-Secretário da Mesa Diretora do Senado Federal, reuniu-se o Conselho de Supervisão do CEGRAF, sob a Presidência do Senador Dinarte Mariz, presentes os Conselheiros Antonio Pio da Câmara Cavalcanti de Albuquerque, Vice-Presidente, Luiz do Nascimento Monteiro, Abel Rafael Pinto e Luciano de Figueiredo Mesquita. Teve ainda a presença do Sr. Arnaldo Gomes, Diretor Executivo do CEGRAF. Abertos os trabalhos, o Sr. Diretor Executivo apresentou as propostas de programação do FUNCEGRAF, proposta Orçamentária para 1977, e o Orçamento Plurianual de 1977 a 1979, que foram aprovados pelos Senhores Conselheiros, sem restrições. A seguir, o Sr. Diretor Executivo apresentou a Tomada de Contas do Ordenador da Despesa do ano de 1975, e o Balanço do Exercício de 1975, que foram encaminhados a Auditoria do Senado Federal. Continuando os trabalhos, o Conselho aprovou o Ato nº 01/76, de normas regulamentares para a concessão do Prêmio de Produtividade aos servidores do CEGRAF, apresentado pelo Sr. Diretor Executivo, com alteração sugerida pelo Conselheiro Luciano Mesquita. O Sr. Presidente colocou em votação as Contas do CEGRAF, referente aos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 1975, o que foi aprovado sem restrições. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, lavrando eu, José Paulino Neto, Secretário do Conselho, a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente. Brasília-DF., 19 de maio de 1976. — Senador Dinarte Mariz, Presidente do Conselho do CEGRAF.

Republicado por haver saído com incorreções no DCN; (Seção II), de 27-5-76.

MESA

Presidente:
Magalhães Pinto (ARENA—MG)

1º-Vice-Presidente:
Wilson Gonçalves (ARENA—CE)

2º-Vice-Presidente:
Benjamim Farah (MDB—RJ)

1º-Secretário:
Dinarte Mariz (ARENA—RN)

2º-Secretário:
Marcos Freire (MDB—PF)

3º-Secretário:
Lourival Baptista (ARENA—SE)

4º-Secretário:
Lenoir Vargas (ARENA—SC)

Suplentes de Secretários:
Ruy Carneiro (MDB—PB)
Renato Franco (ARENA—PA)
Alexandre Costa (ARENA—MA)
Mendes Canale (ARENA—MT)

**LIDERANÇA DA ARENA
E DA MAIORIA**

Líder
Petrônio Portella
Vice-Líderes
Eurico Rezende
Jarbas Passarinho
José Lindoso
Mattos Leão
Osires Teixeira
Ruy Santos
Saldanha Derzi
Virgílio Távora

**LIDERANÇA DO MDB
E DA MINORIA**

Líder
Franco Montoro
Vice-Líderes
Mauro Benevides
Roberto Saturnino
Itamar Franco
Evandro Carneira

COMISSÕES

Diretor: José Soares de Oliveira Filho
Local: Anexo II — Térreo
Telefones: 23-6244 e 24-8105 — Ramais 193 e 257

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 24-8105 — Ramais 301 e 313

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Orestes Quércia
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

Titulares**ARENA**

1. Vasconcelos Torres
2. Paulo Guerra
3. Benedito Ferreira
4. Itálvio Coelho
5. Mendes Canale

MDB

1. Agenor Maria
2. Orestes Quércia

Suplentes

1. Altevir Leal
2. Otair Becker
3. Renato Franco

1. Adalberto Sena
2. Amaral Peixoto

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 706
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas.
Local: Sala Epiácio Pessoa — Anexo II — Ramal 615

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Agenor Maria

Titulares**ARENA**

1. Cattete Pinheiro
2. José Guimard
3. Teotônio Vilela
4. Renato Franco
5. José Esteves

MDB

1. Agenor Maria
2. Evandro Carneira

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312.

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Epiácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

Suplentes

1. Saldanha Derzi
2. José Sorney
3. Benedito Ferreira

1. Evelásio Vieira
2. Gilvan Rocha

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Accioly Filho
1º-Vice-Presidente: Gustavo Capanema
2º-Vice-Presidente: Paulo Brossard

Titulares**ARENA**

1. Accioly Filho
2. José Sorney
3. José Lindoso
4. Helvídio Nunes
5. Itálvio Coelho
6. Eurico Rezende
7. Gustavo Capanema
8. Heitor Dias
9. Henrique de La Rocque

MDB

1. Dirceu Cardoso
2. Leite Chaves
3. Nelson Carneiro
4. Paulo Brossard

Suplentes

1. Mattos Leão
2. Otto Lehmann
3. Petrônio Portella
4. Renato Franco
5. Osires Teixeira

1. Franco Montoro
2. Mauro Benevides

Assistente: Maria Helena Buena Brandão — Ramal 305.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Heitor Dias

Vice-Presidente: Adalberto Sena

Titulares**Suplentes****ARENA**

1. Helvídio Nunes
2. Eurico Rezende
3. Renato Franco
4. Osires Teixeira
5. Saldanha Derzi
6. Heitor Dias
7. Henrique de La Rocque
8. Otair Becker

MDB

1. Adalberto Sena
2. Lázaro Barboza
3. Ruy Carneiro

1. Augusto Franco
2. Luiz Cavalcante
3. José Lindoso
4. Virgílio Távora

1. Evandro Carneira
2. Nelson Carneiro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306.

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Cabral

Vice-Presidente: Renata Franco

Titulares**Suplentes****ARENA**

1. Milton Cabral
2. Vasconcelos Torres
3. Jessé Freire
4. Luiz Cavalcante
5. Arnon de Mello
6. Jarbas Passarinho
7. Paulo Guerra
8. Renato Franco

MDB

1. Franco Montoro
2. Orestes Quércia
3. Roberto Saturnino

1. Benedito Ferreira
2. Augusto Franco
3. Ruy Santos
4. Cattete Pinheiro
5. Helvídio Nunes

1. Agenor Maria
2. Amaral Peixoto

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Tarso Dutra

Vice-Presidente: Henrique de La Rocque

Titulares**Suplentes****ARENA**

1. Tarso Dutra
2. Gustavo Capanema
3. João Calmon
4. Henrique de La Rocque
5. Mendes Canale
6. Otto Lehmann

MDB

1. Evelásio Vieira
2. Paulo Brossard
3. Adalberto Sena

1. Arnon de Mello
2. Helvídio Nunes
3. José Sarney
4. Ruy Santos

1. Franco Montoro
2. Itamar Franco

Assistente: Cláudia Maria B. F. Cruz — Ramal 598.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Clovis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

Titulares**Suplentes****ARENA**

1. Saldanha Derzi
2. Benedito Ferreira
3. Alexandre Costa
4. Fausto Castelo-Branco
5. Jessé Freire
6. Virgílio Távora
7. Mattos Leão
8. Tarso Dutra
9. Henrique de La Rocque
10. Helvídio Nunes
11. Teotônio Vilela
12. Ruy Santos

MDB

1. Amaral Peixoto
2. Leite Chaves
3. Moura Benevides
4. Roberto Saturnino
5. Ruy Carneiro

1. Daniel Krieger
2. José Guimard
3. José Sarney
4. Heitor Dias
5. Cattete Pinheiro
6. Osires Teixeira

1. Danton Jobim
2. Dirceu Cardoso
3. Evelásio Vieira

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 303.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nelson Carneiro

Vice-Presidente: Jessé Freire

Titulares**ARENA**

1. Mendes Canale
2. Domicio Gondim
3. Jarbas Passarinho
4. Henrique de la Rocque
5. Jessé Freire

MDB

1. Franco Montoro
2. Nelson Carneiro

Suplentes

1. Virgílio Távora
2. Eurico Rezende
3. Accioly Filho

1. Lázaro Barboza
2. Ruy Carneiro

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon

Vice-Presidente: Domicio Gondim

Titulares**ARENA**

1. Milton Cabral
2. Arnon de Mello
3. Luiz Cavalcante
4. Domicio Gondim
5. João Calmon

MDB

1. Dirceu Cardoso
2. Itamar Franco

Suplentes

1. Paulo Guerra
2. José Guimard
3. Virgílio Távora

1. Gilvan Rocha
2. Leite Chaves

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE REDAÇÃO (CR)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Danton Jobim

Vice-Presidente: Renato Franco

Titulares**ARENA**

1. José Lindoso
2. Renato Franco
3. Otto Lehmann

MDB

1. Danton Jobim
2. Orestes Quéricio

Suplentes

1. Virgílio Távora
2. Mendes Canale

1. Dirceu Cardoso

Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134.

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger

1º-Vice-Presidente: Luiz Viana

2º-Vice-Presidente: Virgílio Távora

Titulares**Suplentes****ARENA**

1. Daniel Krieger
2. Luiz Viana
3. Virgílio Távora
4. Jessé Freire
5. Arnon de Mello
6. Petrônio Portella
7. Saldanha Derzi
8. José Sarney
9. João Calmon
10. Augusto Franco

1. Accioly Filho
2. José Lindoso
3. Cattete Pinheiro
4. Fausto Castelo-Branco
5. Mendes Canale
6. Helvídio Nunes

MDB

1. Danton Jobim
2. Gilvan Rocha
3. Itamar Franco
4. Leite Chaves
5. Mauro Benevides

1. Nelson Carneiro
2. Paulo Brossard
3. Roberto Saturnino

Assistente: Cândido Hipperth — Ramal 676.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fausto Castelo-Branco

Vice-Presidente: Gilvan Rocha

Titulares**Suplentes****ARENA**

1. Fausto Castelo-Branco
2. Cattete Pinheiro
3. Ruy Santos
4. Otair Becker
5. Altevir Leal

1. Saldanha Derzi
2. Mendes Canale

MDB

1. Adalberto Sena
2. Gilvan Rocha

1. Evandro Carreira
2. Ruy Carneiro

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

Titulares

1. Luiz Cavalcante
2. José Lindoso
3. Virgílio Távora
4. José Guimard
5. Vasconcelos Torres

Suplentes**ARENA**

1. Jarbas Passarinho
2. Henrique de La Rocque
3. Alexandre Costa

MDB

1. Amaral Peixoto
2. Adalberto Sena
1. Agenor Maria
2. Orestes Quércia

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312.

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:30 horas.

Local: Sala "Clóvia Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 312

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Lázaro Barboza
Vice-Presidente: Otto Lehmann

Titulares

1. Augusto Franco
2. Otto Lehmann
3. Heitor Dias
4. Accioly Filho
5. Luiz Viana

Suplentes**ARENA**

1. Mattos Leão
2. Gustavo Capanema
3. Alexandre Costa

MDB

1. Itamar Franco
2. Lázaro Barboza
1. Danton Jobim
2. Mauro Benevides

Assistente: Sonia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala Eptácia Pessoa — Anexo II — Ramal 615

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Alexandre Costa
Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

Titulares

1. Alexandre Costa
2. Luiz Cavalcante
3. Benedito Ferreira
4. José Esteves
5. Paulo Guerra

Suplentes**ARENA**

1. Otto Lehmann
2. Mendes Canale
3. Teotônio Vilela

MDB

1. Evandro Correia
2. Evelásio Vieira
1. Lázaro Barboza
2. Roberto Saturnino

Assistente: Claudio Carlos R. Costa — Ramal 301

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala Rui Barbosa — Anexo II — Ramal 621

B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO
Comissões Temporárias

Chefe: Ruth de Souza Castro.

Local: Anexo II — Térreo.

Telefone: 24-8105 — Ramal 303.

1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.

2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos.

3) Comissões Especiais e de Inquérito, e

4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

Assistentes de Comissões: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674;
Marília de Carvalho Bricio — Ramal 314; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598; Mauro Lopes de Sá — Ramal 310

SENADO FEDERAL**SUBSECRETARIA DE COMISSÕES****SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES****HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL**

PARA O ANO DE 1976

HORAS	TERÇA	S A L A	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	S A L A S	ASSISTENTE
10:00	C.A.R.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	LEDA	09:00	C.D.F.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO
	QUARTA	S A L A S	ASSISTENTE				
10:00	C.C.J.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	MARIA HELENA	10:00	C.E.C	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	CLEIDE
	C.E.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	DANIEL		C.S.P.C.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	SONIA
10:30	C.R.E.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	CANDIDO	10:30	C.F.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	MARCUS VINICIUS
	C.A.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	MARCUS VINICIUS		C.M.E.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	RONALDO
11:00	C.R.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	MARIA CARMEM		C.L.S.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	DANIEL
				11:00	C.S.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	LEDA
11:30	C.S.N.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	LEDA		C.T.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	CLAUDIO COSTA